



PUC RIO

SONIA NEVES LANGLANDS

"RESISTÊNCIA/CONTRA-RESISTÊNCIA" NO "CAMPO PSICANALÍTICO"

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, agosto de 1977

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

SONIA NEVES LANGLANDS

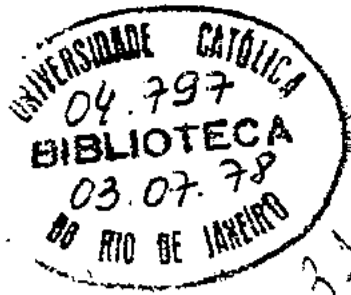
"RESISTÊNCIA/CONTRA-RESISTÊNCIA" NO "CAMPO PSICANALÍTICO"

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Samuel M. Faro

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, agosto de 1977



BC 31624

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE RIO DE JANEIRO

... de ...
... de ...
... de ...
... de ...
... de ...

150
222

1963
OC 1963-4

1963

Este trabalho é dedicado a:

meu marido Geoffrey e

meus filhos Christina, Michael,

Robert e Diana

Meus agradecimentos:

- Ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ.
- A todos que, com seus incentivos, conhecimentos e experiências, me ajudaram na confecção desse trabalho, meus sinceros agradecimentos, principalmente a Carlos Paes de Barros, Luiz Alfredo Garcia-Roza , Yolande Lisbona, e meu orientador, Samuel Faro.
- Aos meus supervisores clínicos, em particular José Inácio de Sá Parente, Regina Taccola e Ivan Ribeiro.
- Um agradecimento especial, àqueles que deram a esse trabalho significação, meu analista, Nahman Armony e meus clientes.

RESUMO

Essa dissertação versa sobre os conceitos de "resistência" e "contra-resistência" enfocados dentro de uma concepção de "campo psicanalítico".

Como sabemos, o conceito de "resistência" é um conceito nuclear para o desenvolvimento da teoria e da técnica psicanalítica.

Assim, partindo do conceito de "resistência" em Freud, tentamos mostrar como a psicanálise atual lida tanto com esse conceito como com o seu simétrico, o conceito de "contra-resistência", em termos de uma abordagem de "campo".

A fim de justificar o emprego dessa abordagem, recorremos a uma concepção teórica, no caso a de Sullivan, que nos permitisse tal enfoque.

Isso foi possível, em primeiro lugar, porque o pensamento sullivaniano possibilita dar uma dimensão de campo a psicanálise, e em segundo lugar, pela existência, a nosso ver, de uma analogia entre os conceitos explicativos do fenômeno da "resistência" na teoria freudiana e na teoria sullivaniana.

Por outro lado, a fim de clarificar a noção de "campo", mostramos como esta é usada em psicologia tanto pelos gestaltistas quanto por K. Lewin. Mostramos depois a utilização da noção de "campo psicanalítico" dentro da psicanálise, por

autores como J. Bleger, H. Racker, e W. e M. Baranger.

Dessa exposição, consistiu a primeira parte do nosso trabalho.

Numa segunda parte, procuramos efetuar uma avaliação crítica do uso de um modelo de "campo" em psicanálise. Nosso intuito aqui foi chegar a uma maior sistematização da noção de "campo psicanalítico", já que esta só pode se constituir, dentro da própria psicanálise.

Nesta segunda parte, falamos também das implicações da utilização dos conceitos de "resistência" e "contra-resistência" dentro de uma perspectiva de "campo psicanalítico".

Concluimos que, não podemos considerar "resistência" e "contra-resistência" como conceitos isolados, mas temos que considerá-los a partir do jogo dialético que se instala entre analista e analisando.

Neste sentido, "resistência" e "contra-resistência" dizem respeito a um impedimento da mobilização do "campo psicanalítico".

ABSTRACT

This study is concerned with the concepts of "resistance" and "counter-resistance" from the point of view of a "psycho-analytical field".

As we know, the concept of "resistance" is fundamental to the development of psychoanalytical theory and technique.

Thus, starting from Freud's concept of "resistance", we have attempted to show how modern psychoanalysis deals both with this concept and its parallel, "counter-resistance", in terms of a "field" approach.

In order to justify the use of this approach we have called on Sullivan's theoretical conception. This was made possible for two reasons: firstly, because Sullivan's theory allows us to give a "field" dimension to psychoanalysis, and secondly, due to the existence of an analogy between the concepts which explain the phenomenon of "resistance" both in Freud's and Sullivan's theories.

On the other hand, in order to clarify the notion of "field", we show how it is used in psychology by the Gestaltists and by Kurt Lewin, as well as its employment in psychoanalysis by authors such as Bleger, Racker and W. and M. Baranger.

The first part of this study contains such an exposition.

The second part, consists of a critical avaiiation of the use of a "field model" in psychoanalysis. Our intention here was to attempt a further sistematization of the concept of "psychoanalitical field", since we believe that such a concept can only be constituted within psychoanalysis itself.

We have come to the conclusion that we cannot consider "resistance" and "counter-resistance" as isolated concepts, but we must look at them from the dialectic interplay that takes place between analyst and patient.

In this sense, "resistance" and "counter-resistence" refer to an obstacle to the mobilization of the "psychoanalytic field".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
.. DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE RESISTÊNCIA NA TEORIA FREUDIANA.....	6
1.1 - Histórico da resistência enquanto fenômeno clínico.....	6
1.1.1 Resistência na hipnose.....	6
1.1.2 Resistência e o conceito de repressão....	7
1.1.3 Resistência e associação livre.....	8
1.1.4 Resistência e transferência.....	8
1.1.5 Resistência no analista.....	10
1.2 - Implicações teóricas da resistência.....	11
1.2.1 Os três pontos de vista da metapsicologia freudiana.....	11
1.2.2 Forças geradoras de tensão e forças com- pensadoras de tensão.....	13
1.2.3 A ansiedade.....	15
1.2.4 Mecanismos de proteção contra a ansieda- de.....	16
1.2.5 Repressão.....	18
1.2.6 Inconsciente.....	18
1.2.7 Conflito.....	19
1.2.8 Âmbito da repressão.....	20
1.2.9 Manutenção da repressão.....	20
1.2.10 O retorno do reprimido e a formação de sintoma.....	22
1.2.11 O id e o ego.....	23
1.2.12 O super-ego.....	25
1.2.13 Resistência e capacidade do ego para su- portar tensão.....	26
1.3 - Os cinco tipos de resistência.....	28
1.3.1 Resistência da repressão.....	28
1.3.2 Resistência do id.....	29
1.3.3 Resistência do ganho secundário do sin- toma.....	30
1.3.4 Resistência da transferência.....	30
1.3.5 Resistência do super-ego.....	32

2. O SISTEMA DO EU NA TEORIA SULLIVANIANA.....	34
2.1 - O sistema-do-eu no desenvolvimento.....	36
2.1.1 O animal humano e seu meio.....	37
2.1.2 A experiência e suas diferentes modalidades.....	39
2.1.3 A noção de personalidade.....	42
2.1.4 Tensão e transformação de energia.....	44
2.1.5 Tensões de necessidades.....	45
2.1.6 Tensão de ansiedade.....	47
2.1.7 A empatia.....	49
2.1.8 A relação interpessoal.....	51
2.1.9 Conflito entre busca de satisfação de necessidades e a busca de segurança....	52
2.1.10 Tensão de sono.....	52
2.1.11 Dinamismo.....	53
2.1.12 Personificações.....	56
2.1.13 A linguagem e a fusão de personificações.....	59
2.1.14 Fantasia.....	60
2.1.15 Teorema da emoção recíproca.....	61
2.1.16 O sistema-do-eu.....	61
2.1.17 Resistência a mudança no sistema-do-eu.	63
2.1.18 Desatenção seletiva.....	65
2.1.19 Dinamismos dissociados.....	67
2.1.20 O sono e o relaxamento das operações de segurança.....	69
2.2 - O sistema-do-eu e a situação terapêutica.....	72
2.2.1 A psiquiatria e a doença mental.....	74
2.2.2 O psiquiatra como observador-participante.....	75
2.2.3 A situação terapêutica e seus objetivos.	76
2.2.4 A expansão do sistema-do-eu na situação terapêutica.....	78
2.2.5 A capacidade de alerta na situação terapêutica.....	82
3. O CONCEITO DE CAMPO COMO UTILIZADO NA PSICOLOGIA PELA TEORIA DA GESTALT E POR KURT LEWIN.....	84
3.1 - O conceito de campo na física.....	84
3.2 - O conceito de campo na Teoria da Gestalt.....	85
3.2.1 Início do movimento gestaltista.....	87
3.2.2 A escola de Graz.....	88
3.2.3 A escola de Leipzig.....	88
3.2.4 A escola de Berlin.....	88
3.3 - O conceito de campo em Kurt Lewin.....	98
3.3.1 Teoria de campo.....	98
3.3.2 O conceito de campo.....	98
3.3.3 Campo psicológico.....	100

3.3.3.1	A psicologia topológica do espaço de vida.....	101
3.3.3.2	A psicologia vetorial do espaço de vida.....	102
3.3.3.3	O princípio de contemporaneidade.....	106
3.3.3.4	A constituição do campo psicológico.....	108
3.3.3.5	A motivação do comportamento..	110
4.	RESISTÊNCIA E CONTRA-RESISTÊNCIA ENFOCADAS DO PONTO DE VISTA DO CAMPO PSICANALÍTICO.....	114
4.1	- Uma concepção dialética materialista da psicanálise segundo José Bleger.....	114
4.1.1	O enfoque dinâmico e o enfoque dramático.....	115
4.1.2	A situação analítica como uma Gestaltgestaltung.....	119
4.2	- Resistência e Contra-resistência e suas relações com transferência e contra-transferência na situação analítica segundo Heinrich Racker	121
4.2.1	Resistência em função da transferência.	121
4.2.2	A interdependência entre transferência e contra-transferência.....	122
4.2.3	A contra-resistência: impecilho à compreensão e/ou interpretação na situação analítica.....	126
4.3	- A cristalização ou mobilização do campo psicanalítico segundo Willy e Madeleine Baranger .	127
4.3.1	A situação analítica como um campo dinâmico.....	127
4.3.2	O ponto de urgência como fantasia inconsciente da diáda analítica.....	130
4.3.3	O efeito da interpretação no campo psicanalítico.....	134
4.3.4	O baluarte como impecilho à mobilização do campo.....	136

5. ANALOGIA ENTRE AS TEORIAS FREUDIANA E SULLIVANIANA, NO QUE SE REFEREM A CONCEITOS EXPLICATIVOS DO FENÔMENO DA RESISTÊNCIA.....	139
5.1 - Relação entre repressão freudiana e dissociação sullivaniana no que diz respeito à discontinuidade da vida consciente.....	139
5.2 - Relação entre repressão e dissociação no que diz respeito à ansiedade.....	140
5.3 - Relação entre a repressão e dissociação no que diz respeito ao inconsciente.....	141
5.4 - Relação entre resistência freudiana e operação de segurança sullivaniana no que diz respeito à resistência à mudança.....	144
6. O MODELO DE CAMPO EM PSICANÁLISE: JUSTIFICATIVA, AVALIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO.....	145
6.1 - Justificativa para o uso de um modelo de campo em psicanálise.....	145
6.1.1 Comportamento e abordagem fenomenológica.....	146
6.1.2 Comportamento e situação.....	147
6.1.3 O desenvolvimento como diferenciação progressiva entre pessoa e meio.....	149
6.2 - Avaliação do modelo de campo em psicanálise..	153
6.2.1 Condições necessárias para se falar de campo.....	154
6.2.2 Condições necessárias para se falar de psicanálise.....	160
6.3 - Campo psicanalítico e sua sistematização.....	165
6.3.1 O campo psicanalítico como uma situação experimental.....	165
6.3.2 O campo psicanalítico como um sistema de correlações.....	168
6.3.3 O campo psicanalítico como um princípio de ordem e estabilidade.....	169
6.3.3.1 A moldura analítica como condições de contorno do campo psicanalítico.....	169
6.3.3.2 O processo analítico como a dinâmica do campo.....	170

7. IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA E CONTRA-RESISTÊNCIA DENTRO DE UMA PERSPECTIVA DE CAMPO..... 172

BIBLIOGRAFIA..... 176

INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho surgiu de uma preocupação com a prática psicanalítica.

Nossa intenção aqui é a de chegar a uma melhor compreensão dos conceitos psicanalíticos de "resistência" e "contra-resistência", ao mesmo tempo que há uma maior eficácia terapêutica.

Uma vez que "resistência" e "contra-resistência" são constructos, esses necessitam referir-se à teoria à qual pertencem, no caso a teoria psicanalítica.

Para tal, é indispensável partirmos do pensamento freudiano.

No entanto, as evoluções subsequentes, tanto da técnica quanto da teoria psicanalítica, nos levam cada vez mais à necessidade do emprego da noção de "campo" em psicanálise.

Isso torna-se particularmente verdade para a teoria das relações interpessoais sullivaniana.

Por estas razões, pretendemos aqui, esclarecer o conceito de "resistência" em Freud, relacioná-lo ao conceito de "sistema-do-eu" em Sullivan, assim como ainda avaliar o uso da noção de "campo" em psicanálise mostrando que este pode levar a um novo enfoque dos conceitos de "resistência" e "contra-resistência".

Esta dissertação se divide em duas partes. A primeira parte, que consta dos primeiros quatro capítulos, consiste numa exposição dos pensamentos de diversos autores relevantes ao problema. A segunda parte, que engloba os três últimos capítulos, consiste num estudo crítico das possibilidades de se fornecer uma abordagem de campo a psicanálise em geral e em particular aos conceitos de "resistência" e "contra-resistência".

Assim, no primeiro capítulo, vamos delimitar o conceito de "resistência" na teoria freudiana. Para Sigmund Freud, o conceito de "resistência" é um conceito clínico, embora nuclear tanto para a técnica quanto para a teoria psicanalítica. Assim vamos nos referir ao aparecimento da "resistência" enquanto fenômeno clínico, ao mesmo tempo que falar de suas implicações na evolução tanto da técnica quanto da teoria freudiana.

Portanto, de um lado, vamos fazer um histórico da "resistência" enquanto fenômeno clínico, relacionando-o às importantes modificações na técnica, tais como o uso da "associação livre" do paciente e da "atenção flutuante" no tratamento; falaremos ainda das relações entre o fenômeno da "resistência" e o fenômeno da "transferência". Por outro lado, nós vamos nos deter sobre as implicações teóricas da "resistência" em termos da construção da "teoria da repressão" e do conceito de "inconsciente". Aqui pretendemos enfatizar o papel essencial da "ansiedade" e do "conflito"; só assim se

faz possível uma compreensão dos "cinco tipos de 'resistência'".

No segundo capítulo, vamos conceituar o "sistema-do-eu" na teoria das "relações interpessoais" sullivaniana. Além disso, vamos relacionar os "dinamismos do sistema-do-eu" ou "operações de segurança" com a "situação terapêutica" tal como vista por H.S. Sullivan.

Dessa forma, vamos ressaltar a importância que Sullivan dá a experiência interpessoal para a existência da pessoa humana. Aqui também é essencial o papel da "ansiedade" e do "conflito" para a compreensão dos "dinamismos do sistema-do-eu".

Quanto à "situação terapêutica", vamos caracterizar sua estruturação como uma "situação interpessoal", cujo objetivo é a expansão do "sistema-do-eu" do paciente, embora num certo grau isto também ocorra com o terapeuta, dado a dimensão de "observador-participante" deste último.

No terceiro capítulo, vamos conceituar a noção de "campo" tal como esta é utilizada em psicologia tanto pelos gestaltistas quanto por Kurt Lewin.

Inicialmente vamos mencionar o emprego dessa noção pela física, para depois enfocá-la como constituinte da própria "teoria da Gestalt"; aqui nos deteremos mais sobre a sua explanação, com a exposição dos pensamentos de Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler. Vamos também mostrar a utilização desta noção por Kurt Lewin em sua tentativa de

atingir não apenas uma descrição (psicologia topológica), como ainda uma explicação (psicologia vetorial) da noção de "espaço-de-vida" que inclui a "pessoa" e seu "meio psicológico".

No quarto capítulo, vamos lidar com a noção de "campo", não mais apenas dentro da psicologia, mas dentro da própria psicanálise. Assim, vamos expor os pensamentos de alguns autores, que a nosso ver, utilizam este conceito, tais como José Bleger, Heinrich Racker e Willy e Madeleine Baranger. Vamos procurar ainda, na medida do possível, explicitar como os referidos autores tratam dos conceitos de "resistência" e "contra-transferência" dentro desse enfoque de "campo", assim como suas consequências para a prática analítica.

No quinto capítulo, vamos tentar uma aproximação analógica entre as teorias freudianas e sullivanianas no que se refere aos conceitos explicativos do fenômeno da "resistência"⁽¹⁾.

No sexto capítulo, vamos procurar avaliar a adequação do modelo de campo em psicanálise, ao mesmo tempo que procurar justificar o seu uso.

(1) Aqui a palavra resistência está sendo usada no sentido fenomenológico do termo, ou seja, como o dado de observação a que temos acesso durante o tratamento.

Aqui discutiremos primeiramente a necessidade de uma abordagem de campo em psicanálise.

Em segundo lugar, vamos defender a idéia de que o conceito de "campo psicanalítico" só pode se constituir dentro da própria psicanálise. Para isso é imprescindível especificar quais as condições necessárias para se falar de campo e quais as condições necessárias para se falar de psicanálise. Somente assim podemos passar a uma maior sistematização da noção de "campo psicanalítico".

No sétimo capítulo vamos falar das implicações dos conceitos resistência/contra-resistência dentro dessa perspectiva de campo.

1. DELIMITAÇÃO DOS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA NA TEORIA FREUDIANA

O conceito de resistência em Freud, é um conceito eminentemente clínico. É a partir da evidência do fenômeno clínico resistência, que tanto a teoria da repressão quanto o conceito de inconsciente dinâmico são construídos.

Na prática analítica, resistência diz respeito a tudo que o indivíduo coloca em termos de oposição ao tratamento.

A nosso ver, no entanto, as implicações teóricas desse fenômeno dizem respeito não apenas a força que luta para impedir o levantamento da repressão, como ainda a força que visa evitar a ansiedade.

Achamos que é apenas tomando resistência enquanto evidência de um esforço para impedir a vinda da ansiedade, que se faz possível explicar os cinco tipos de resistência a que Freud se refere.

1.1 Histórico da Resistência enquanto fenômeno clínico.

É através da evidência clínica do fenômeno da resistência que torna-se possível o desenvolvimento tanto da técnica quanto da teoria psicanalítica.

1.1.1 Resistência da hipnose:

Desde a terapia hipnótica, Freud se defronta com um obstáculo a que ele chama de "elemento autocrático" da

personalidade (13, p.283-302), ou seja, com uma "resistência" por parte da pessoa hipnotizada em obedecer a sugestão do médico.

Isso leva-o a suspeitar que a desistência da doença implica antes num grande sacrifício por parte do paciente. Aqui Freud já falava da necessidade de "suplantar uma força psíquica nos pacientes que seria oposta às idéias patogênicas se tornarem conscientes" (13, p.268).

1.1.2 Resistência e o conceito de repressão:

Posteriormente Freud passa a utilizar o método catártico de Breuer, passa a insistir com o paciente de que ele saberia dos fatos traumáticos, incitando-o a lembrar do ocorrido e a verbalizar o afeto correspondente.

Mais tarde, com a finalidade de convencer o paciente de que ele era capaz de lembrar-se, utiliza o "método de pressão sobre a fonte". Freud percebe que este novo método requer um grande esforço por parte do terapeuta o que o faz concluir que o próprio paciente oporia uma "resistência" a esta lembrança.

Essa evidência do fenômeno da resistência leva Freud a desenvolver sua teoria a fim de abranger a explicação deste fenômeno; dessa forma uma nova teoria é construída com base na inferência de um processo de "repressão" e um processo de "formação de sintoma". Isto, porque "o conceito de repressão foi inevitavelmente sugerido pelo fenômeno clínico da

resistência" (16, p.144).

1.1.3 Resistência e associação livre:

Portanto, esses progressos teóricos levam a importantes modificações na técnica⁽¹⁾. Agora, o objetivo do tratamento deixa de visar o desaparecimento do sintoma para o de tornar consciente o reprimido, assim como também, de evidenciar e interpretar a resistência. Além disso, o conhecimento teórico da resistência vai demonstrar que o caminho para o acesso às idéias inconscientes é através da livre associação, técnica que passa então a ser regra fundamental de um novo método, a psicanálise. "Ao invés de insistir com o paciente para dizer algo agora era pedido que ele se abandonasse à livre associação, isto é, dizer o que quer que lhe viesse à cabeça e deixar de dar qualquer direção consciente à seus pensamentos" (20, p. 40).

1.1.4 Resistência e Transferência:

Por outro lado, Freud vai constatar clinicamente o fenômeno da "transferência". Este fenômeno em seu sentido amplo implica na substituição pela "repetição atuada" de uma "memorização falada", ou seja, ao invés de lembrar o paciente vai reviver a sua lembrança como se ela estivesse realmente acontecendo.

(1) Sabemos que teoria e técnica se interinfluenciam. Assim, qualquer evidência na prática vai levar a uma modificação teórica ao mesmo tempo que essas mudanças na teoria acarretam mudanças na técnica.

Freud escreve: "Parecia não fazer diferença ao tratamento se o paciente fazia desse repúdio psíquico o tema do seu trabalho no sentido histórico ou na relação comigo" (9,p. 304).

Além disso Freud se dá conta que a transferência presta inestimável serviço ao tratamento na medida em que revive o reprimido e também o próprio processo da repressão. Salienta a importância dessa experiência revivida uma vez que "nada pode ser vencido "in absentia" ou "in effigie"" (15, p. 108).

Com isso, a ênfase do tratamento passa a ser deslocada do passado para o presente, isto é, para o que se passa entre o paciente e o analista. Essa nova experiência vivida com o analista passa a ser de fundamental importância.

Um outro aspecto, é que não basta a comunicação, emitida pelo analista ao paciente, do material reprimido (in - interpretação). Faz-se necessário ainda que a memória da "experiência" reprimida se junte à memória dessa "comunicação", para que a repressão se desfça.

Vimos que o paciente fornece ao analista esse material reprimido de duas formas possíveis: através de idéias(associação livre) e de ações (transferência). Tanto uma quanto a outra precisam pois ser vinculadas a experiência que lhes são correspondentes.

Freud chama a atenção para isso dizendo que:"Ouvir algo e experimentar algo são em sua natureza psicológica duas

coisas diferentes mesmo que o conteúdo de ambas sejam iguais" (16, p. 176).

Assim, o método psicanalítico vai se estruturar a partir da evidenciação e análise desses dois fenômenos intimamente relacionados: resistência e transferência.

1.1.5 Resistência no analista:

Freud vai concluir ainda que a contrapartida da associação livre "no paciente corresponde a "atenção flutuante" no terapeuta. Como diz Freud o terapeuta deve evitar toda influência consciente sobre sua capacidade de "escuta" e abandonar-se por completo à sua memória inconsciente" (15, p.112).

Isto porque o indivíduo possui no seu próprio inconsciente um instrumento para captar o inconsciente do outro. O inconsciente do terapeuta "é capaz, através dos derivativos do inconsciente que, lhe são comunicados, de reconstituir esse inconsciente, o qual determinou as associações livres do paciente" (15, p.116).

No entanto, para que o terapeuta "possa servir-se de seu próprio inconsciente como instrumento na análise, (ele precisa) não tolerar resistência alguma que afaste de sua consciência o que seu inconsciente percebeu; caso contrário, introduziria na análise uma nova forma de seleção e distorção que seria muito mais prejudicial que a que se poderia produzir da concentração da atenção consciente" (15, p.116).

Para isso, se faz necessário "uma purificação psicanalítica e ter conscientes os seus complexos que estariam pas-

síveis de interferir no material do paciente". Adverte ainda que "toda repressão não resolvida nele mesmo (analista) constitui um ponto cego na percepção analítica" (15, p.116).

1.2 Implicações Teóricas da Resistência

É a observação do fenômeno da resistência que conduz a construção da teoria da repressão e do inconsciente.

1.2.1 Os três pontos de vista da metapsicologia freudiana

Sabemos que a metapsicologia freudiana é uma construção teórica que se propõe a explicar o funcionamento psíquico. Para tal, Freud vai hipotetizar um aparelho psíquico a ser enfocado de três pontos de vista: o topográfico, o dinâmico e o econômico.

O ponto de vista topográfico fala da estrutura do aparelho psíquico, isto é, dos diversos sistemas ou regiões que o compõem e de suas relações entre si.

O ponto de vista econômico se refere aos processos energéticos que ocorrem no aparelho psíquico, suas origens e seus destinos, assim como as leis que regulam esses processos.

O ponto de vista dinâmico diz respeito às forças geradoras de tensão e compensadoras de tensão, cuja integração é a causa dos fenômenos psíquicos.

Ora, esses diferentes pontos de vistas se interrelacionam e se completam de tal modo que quando estamos nos referindo a um deles, os outros estão implícitos quaisquer que sejam os conceitos que estejamos tentando explicar.

No entanto, quando nos referimos ao discurso freudiano, utilizamos para tal, necessariamente, um desses pontos de vista; o que constitui sem dúvida, um recorte.

Para explicar a resistência é preciso nos remontarmos ao conceito de repressão, suas causas e consequências; daí ser necessário uma visão panorâmica, embora bastante sucinta do funcionamento psíquico. (1)

Por outro lado se faz necessário para tal, utilizarmos uma linguagem baseada em pelo menos um dos pontos de vista citados. A fim de evitar uma exposição extensa, vamos utilizar basicamente a linguagem referente ao ponto de vista dinâmico, embora fazendo referências constantes aos outros, principalmente ao econômico. (2)

(1) Um estudo mais detalhado do aparelho psíquico pode ser encontrado nas teses de: Antonio Carlos Sá Harp e Ana Maria Malan.

(2) A razão dessa escolha está no fato de "resistência" ser um conceito dinâmico. Além disso a linguagem dinâmica é a que mais facilmente se adapta ao entendimento do resto do trabalho, fornecendo a este uma maior coerência interna.

§.2.2 Forças geradoras de tensão e forças compensadoras de tensão

Poderíamos dizer que Freud parte do postulado de que, toda vez que existir um distúrbio de equilíbrio intrapsíquico vai haver uma tendência a restabelecer o equilíbrio anterior ou então a deslocar esse equilíbrio (atingir um novo estado de equilíbrio). Esse equilíbrio pode ser afastado (perturbado), quer por razões interiores ao próprio psiquismo, quer por razões exteriores, podendo estas últimas serem de origem intra-organísmica (endógena, mas extra psíquica) ou extra-organísmica (endógena, mas extra psíquica) ou extra-organística (exógena).

Portanto, sempre que houver um estado de tensão vai haver uma tendência a terminar com esse estado de forma que às forças geradoras de tensão vão corresponder forças compensadoras de tensão.

Em termos econômicos, dizemos que a tensão ocorre quando há um aumento de "catex" acima de nível de constância.

Esse desequilíbrio (aumento de catex acima do nível de constância) pode ser proveniente, como vimos, quer do interior do soma (necessidade), quer do mundo externo (dor) ou quer do interior do próprio aparelho psíquico (afeto). (1)

A tensão de necessidade é portanto somática e leva

(1) Afeto aqui significando "tensão de dor" ou "tensão de desejo".

a vivência de desprazer e a uma tendência a terminar com esse desprazer. A nível psicológico essa tendência se traduz em termos de desejo. Desejo é pois uma força psicológica que tende a perceber o objeto de satisfação quer de forma alucinatória ou real (1) a fim de através de reflexo adequado, atingir a satisfação e com isso restaurar o equilíbrio. Quando a satisfação se dá de forma alucinatória esse equilíbrio só é restaurado a nível psicológico.

Em termos energéticos, dizemos que o organismo tende a descarregar pelas vias motoras toda a energia que se acumula além do nível de constância.

A tensão de dor por sua vez é proveniente do mundo externo e conduz à vivência de dor, gerando uma força que tende a terminar com essa dor. A nível psicológico essa tendência se traduz em termos de repulsa ou tendência à defesa, levando à fuga em relação ao objeto, a fim de proporcionar o alívio da dor, restaurando com isso o equilíbrio.

Portanto, enquanto o desejo visa uma identidade perceptual a repulsa visa o seu oposto, isto é, uma não identidade perceptual.

Freud vai identificar as tensões de necessidades com instintos. As características dos instintos são que eles se originam nas fontes somáticas e aparecem como uma força

(1) Alucinatória ou real conforme o processo em vigor, se primário ou secundário.

constante até conseguirem sua satisfação. Por esta razão, o organismo não pode fugir dos instintos. O instinto é pois uma tensão de necessidade que requer uma satisfação.

Essa satisfação vai ser atingida através de um objeto. Esse objeto é a coisa em relação a qual ou através do qual o instinto é satisfeito. Este objeto pode ou não ser parte do indivíduo. O instinto é pois a representação mental de um processo somático. A dor, no entanto, provém não de um instinto, mas de um estímulo externo o qual pode ser evitado através da fuga.

No entanto, posteriormente, frente apenas a lembrança da vivência de dor relacionada ao objeto que causou a experiência de dor (objeto hostil), vai ocorrer um aumento de tensão. Este vai ser vivenciado em termos de afeto penoso, gerando uma tendência a bloquear essa lembrança. Portanto no afeto a tensão é criada dentro do próprio psiquismo e só é possível quando já houve a experiência de dor (afeto penoso). O mesmo ocorre com a experiência de prazer (afeto prazeroso).

1.2.3 Ansiedade:

Sempre que o aumento de tensão for de tal ordem que o organismo se achar impotente para lidar com essa tensão advém um estado afetivo desprazeroso que Freud denomina ansiedade. (1)

(1) Não vamos entrar aqui na discussão existente entre o emprego da palavra angústia ou ansiedade. Freud designa uma só palavra: "angst" em alemão que se traduzida para o inglês com "anxiety" pela Standart Edition.

Esse estado afetivo desprazeroso pode vir quer da dor (exógeno), ou de um afeto (endopsíquico) ou ainda de um instinto não satisfeito (endógeno).

Vimos que os instintos visam obter satisfação através de um objeto. Essa satisfação pode não ocorrer, quer pela ausência do objeto de satisfação (frustração) ou sempre que uma satisfação interna representar ao mesmo tempo um perigo externo (conflito). Assim, tanto a frustração quanto o conflito, podem levar à ansiedade.

1.2.4 Mecanismo de proteção contra a ansiedade:

Ansiedade é, portanto, um aumento de tensão acima de certo limiar. Esta ocorrência vai deflagrar "mecanismos de proteção" que visam diminuir ou terminar com essa ansiedade.

Existem várias formas de "mecanismos de proteção" que variam num contínuum, isto é, de formas mais primitivas à formas menos primitivas e mais adaptativas. A forma mais primitiva desses mecanismos leva simplesmente à uma tendência a apagar no psiquismo a memória do que quer que possa ser o motivo de ansiedade.

No entanto, para que isso ocorra, é necessário que o organismo já tenha tido a experiência da ansiedade.

Um outro aspecto a ser considerado, é que essa forma de mecanismo de proteção impede o aproveitamento de experiências passadas já que "apaga" a memória desagradável, impedindo tanto a aprendizagem quanto a adaptação; faz-se, portanto,

necessário a utilização de outras formas de "mecanismo de proteção" mais elaborados que englobamos sob o nome de "defesa".

A defesa pressupõe a existência de um funcionamento psíquico mais desenvolvido que caracteriza o "ego".

Aqui a memória do que é ansiogênico não vai desaparecer inteiramente; além disso vai ser possível evitar que a ansiedade se instale completamente devido ao sinal de ansiedade.

O "sinal de ansiedade" consiste num aumento moderado de tensão e implica numa manutenção dessa tensão sob certo controle, possibilitando deflagrar a defesa antes que o limiar de ansiedade seja atingido. Tanto o sinal de ansiedade quanto a defesa são funções de ego.

Assim, ao mesmo tempo que permite alguma memória da lembrança ansiogênica impede a vinda da ansiedade.

Hã diferentes formas de defesa, que variam de defesas mais eficazes à defesas menos eficazes conforme uma maior ou menor possibilidade de acesso às memórias desagradáveis.

Um indivíduo com um ego suficientemente forte pode ter acesso à memórias desagradáveis sem que seja invadido pela ansiedade. A essa defesa, Freud denomina "Juízo de Condenação" e refere-se a ela como "defesa adequada" por possibilitar o aproveitamento das experiências passadas em função de melhor ajustamento.

1.2.5 Repressão

No entanto, quando não existe um ego suficientemente forte, (1) ou este ego se encontra debilitado ou ainda na presença de uma tensão muito grande, o indivíduo é compelido a se defender de outras formas. Isso é o que acontece na repressão. (2)

Na repressão vai haver uma tendência a tornar inconsciente as memórias desagradáveis.

Do ponto de vista econômico isto significa que as "catexes" que iriam ativar as imagens mnêmicas da representação ansiogênica vão ser desviadas dessas imagens pelas "contra catexes" do ego.

A idéia reprimida é necessariamente uma idéia, que foi consciente uma vez, mas devido a ansiedade tornou-se inconsciente.

1.2.6 Inconsciente

"Consciente é qualidade do psiquismo que pode estar presente, juntamente com outras qualidades ou pode estar ausente" (19, p.13).

No entanto, o "inconsciente não coincide com o reprimido; tudo o que é reprimido é inconsciente, mas nem tudo o que é inconsciente é reprimido" (19, p.18).

(1) A força do ego se mede de acordo com uma maior ou menor possibilidade de captação de sinais que possam levar à ansiedade, uma maior ou menor capacidade de reação a esses sinais, uma maior ou menor tolerância a tensão.

(2) Vamos tratar aqui apenas da repressão por ser o mecanismo de defesa que mais nos interessa para o trabalho.

Uma das hipóteses freudianas sobre inconsciente ou seja, a hipótese mais recente, caracteriza inconsciente na medida em que uma idéia não está enlaçada às representações verbais, isto é, na medida em que a um símbolo não se liga um significado. Isto justifica o uso exclusivo da palavra no processo terapêutico, uma vez que a função do terapeuta seria a de ajudar o indivíduo a refazer este enlace verbal, desfazendo a repressão.

Para Freud "a diferença real entre idéia inconsciente e idéia consciente consiste nisso: que a primeira ocorre num material desconhecido enquanto que a segunda entra em conexão com representações verbais". "Essas representações verbais são resíduos de memórias que foram uma vez percepções e como todo resíduo mnêmico pode tornar-se consciente outra vez" (19, p.20).

No entanto, como vimos, nem tudo que é inconsciente é necessariamente reprimido, isso porque há muitas experiências e sentimentos que nunca chegaram a ser verbalizadas e esses sempre foram inconscientes.

"O papel da representação verbal agora torna-se perfeitamente claro. Pela sua interposição, processos de pensamentos internos tornam-se percepções" (19, p.23).

Isso significando que vivências inconscientes tornam-se conscientes.

1.2.7 Conflito:

Freud verifica clinicamente que uma satisfação, mesmo quando pode ser possível e prazerosa é às vezes irreconciliável.

liável com outros objetivos e intenções, causando portanto de um lado prazer e de outro desprazer. Em outras palavras, à uma mesma idéia estariam associadas tanto memórias desprazerosas quanto memórias prazerosas.

O conflito é condição para que haja "repressão".

No entanto a repressão não surge nos casos onde a tensão produzida pela falta de satisfação de uma necessidade chega a um grau intolerável.

1.2.8 Âmbito da repressão:

Um outro aspecto, é que a repressão não incide sobre uma só idéia mas pode incidir sobre várias. Assim, além da força de repulsão que opera no sentido de tornar uma idéia inconsciente, também existe uma força no sentido de tornar também inconsciente tudo o que está conectado ao reprimido. Segundo Freud "a repressão falharia se essas duas forças não cooperarem" (16, p.148).

Isso não significa porém que a força do reprimido torne inconsciente todos os derivativos do que é primariamente reprimido; quando suficientemente distorcidos esses derivativos são conscientes. É neste princípio que se baseia a formação de sintoma e a técnica de associação livre.

1.2.9 Manutenção da repressão:

Resumindo podemos dizer que:

A repressão é uma defesa que visa impedir a vinda da ansiedade. A primeira vez que essa defesa é usada as memó

rias são conscientes.

A necessidade de tornar essas memórias inconscientes vem o conflito, isto é, vem do fato de uma mesma idéia ser alvo simultaneamente de desejo e de repulsa, por a ela estarem associados prazer e desprazer.

Portanto quanto a idéia de reprimida (a fim de satisfazer à repulsa) vai surgir uma pressão contínua com o intuito de torna-la novamente consciente (a fim de satisfazer ao desejo).

Isso vai tornar necessário uma contra pressão também contínua a fim de impedir que a repressão se desfça. É esta força que evidenciamos clinicamente como resistência.

Freud, embora diferenciando os vários momentos do processo de repressão se refere a uma mesma palavra: "repressão", para esses diferentes momentos, guardando o termo "resistência" apenas para a evidência clínica desse processo.

Freud diz: "repressão não é um acontecimento que ocorre uma vez, mas requer um dispêndio permanente (de energia). Se esse dispêndio terminasse a repressão se desfaria ou teria que se repetir inúmeras vezes". Portanto "é porque os impulsos instintivos são contínuos em sua natureza que o ego tem que tornar sua ação defensiva segura por um gasto permanente" sendo que "essa ação levada a cabo para proteger a repressão é observada no tratamento analítico como resistência" (20, p.157).

Assim podemos dizer que durante o processo da re -
pressão, num primeiro momento frente à uma idéia ambivalente, o
psiquismo vai empregar uma força no sentido de tornar essa idéia
inconsciente.

Num segundo momento, o psiquismo vai empregar uma
força constante no sentido de impedir a possibilidade dessa
idéia inconsciente se tornar novamente uma representação cons-
ciente, sendo a resistência a constatação clínica dessa força.
Além disso toda vez que o reprimido for ameaçado vai haver ne-
cessidade de estender a repressão a outras memórias.

1.2.10 O Retorno do Reprimido e a Formação de Sintoma

Vimos no entanto que a repressão se dá frente a um
conflito, coexistindo pois desejo e repulsa. No momento da re-
pressão, tanto a força que luta para manter o impulso reprimi-
do, quanto a força que luta para satisfazer esse impulso estão
presentes. Dessa forma a força do desejo permanece e está cons-
tantemente lutando para obter satisfação, enquanto a força da
repulsa luta para impedir essa satisfação.

Ora, sempre que a força do desejo for reativada
quer interna ou externamente, a repressão corre o risco de se
desfazer e o ego se encontra ameaçado.

Por outro lado o ego dispense um gasto permanente
de energia para manter o reprimido. A fim de, não somente im-
pedir que essa situação de perigo se materialize, e como tam-
bém impedir a excessiva debilitação do ego com esse gasto cons-
tante de energia, vão surgir soluções de compromisso entre im-
pulso e defesa. Essas soluções de compromissos vão permitir a
satisfação do instinto (servindo portanto ao desejo), porém de
forma reduzida e de forma deformada e assim impedindo que esta
seja reconhecida como tal (servindo portanto a repulsa).

Isso ocorre no sonho, nos atos falhos, na transfe
rência e no sintoma neurótico.

Portanto, o sintoma é índice de que embora tivesse
havido uma repressão esta não foi completa.

1.2.11 O Id e o Ego:

Vimos que a fim de garantir a sobrevivência, a um
sistema de funcionamento psíquico de atividade mais simples
e automática -id- vai se sobrepor um outro sistema mais com
plexo-ego. Assim, enquanto no psiquismo estiver vigorando o
Processo Primário de pensamento regulado apenas pelo Princípio
do Prazer, estamos nos referindo ao id. Se no entanto, está em
vigor um pensamento de Processo Secundário que leva também em
consideração o Princípio da Realidade, falamos de ego. E ego
é pois o id quando modificado pela influência do meio. Esse
contato com a realidade se faz através do sistema percepção.

Ego e id porém não correspondem necessariamente a
consciente e inconsciente.

Tudo o que foi percebido foi um dia consciente e
somente o que foi percepção (de dentro ou de fora) pode tornar-
-se uma idéia consciente (as sensações e sentimentos tornam-
-se consciente na medida em que são percebidos).

No entanto muito do que foi consciente como já vi
mos é reprimido devido à censura. Esta censura que, faz parte
do ego, é muitas vezes também inconsciente.

Resumindo, podemos dizer que o ego é a "organização coerente dos processos mentais" (19, p.17).

A ele está ligada a consciência e o acesso à motilidade voluntária, que permite entre outras coisas a satisfação dos instintos no mundo externo. Dele procede a repressão que procura manter de forma não perceptível certas tendências, e dele também procede a censura que visa manter essa repressão. Além disso o ego isto é, o psiquismo funcionando à base do processo secundário, é uma organização que tem necessidade de sintetizar. Essa tendência à síntese psíquica se manifesta nas soluções de compromisso; assim o próprio sintoma se estrutura com o objetivo de síntese psíquica. Além disso, vai haver necessidade de incorporar o sintoma. Desse modo o ego vai tentar adaptar o sintoma ao resto do psiquismo como ainda vai tentar se adaptar ao sintoma, tirando dele o maior proveito possível na relação com o meio externo. Por outro lado, o sintoma representa o impulso instintivo e tem a qualidade de compulsão, obrigando o ego a dar sinal de desprazer e se manterem defesa.

Vimos que os instintos vão obter sua satisfação através de um objeto e que essa satisfação nem sempre é atingida. Chamamos de frustração a impossibilidade de atingir essa satisfação.

O ego ainda fraco não tolera a frustração; ou obtém o objeto ou reprime o impulso. Uma forma inicial de lidar com a frustração, vai ser através de tentativa de se identifi-

car com o objeto a fim de possuí-lo. Assim, quando o indivíduo não tem acesso ao objeto, ele vai tender a assumir as características desse objeto para se satisfazer. Dessa forma o mecanismo de "introjeção" é precocemente, também como a repressão, a única maneira que o ego tem para desistir do objeto.

1.2.12 Superego:

Um caso particular dessa identificação com o objeto (que é resultante do complexo de Édipo) leva ao surgimento do "super-ego".

O superego, ao mesmo tempo que é expressão dos impulsos instintivos, corresponde também a identificações com os objetos, tanto em seus aspectos amorosos quanto punitivos. Essas identificações por sua vez vão ser função tanto do instinto do indivíduo quanto da maneira como o objeto é percebido pelo indivíduo.

Como os primeiros objetos da criança são aqueles (os pais)os quais ela ama e dos quais depende para sua satisfação, o superego vai implicar numa introjeção dos valores adotados por essas figuras de autoridade tal como são percebidos. Isso leva não apenas a sentimentos sociais, como ainda a sentimentos de culpa e necessidade de expiação. Assim o superego, embora passível de modificações, é uma forma rígida do ego que conserva as características de uma fase primitiva de dependência.

Embora com o crescimento, a necessidade de dependên-

cia diminua, essa parte do ego continua reagindo da mesma maneira.

Um desenvolvimento adequado do super-ego é essencial à saúde mental.

No entanto a saúde mental depende ainda de outros fatores.

1.2.13 Resistência e capacidade do ego para suportar tensões:

Vimos que tanto o conflito quanto a frustração podem levar à ansiedade.

Segundo Freud, "na infância a ansiedade aparece como reação a um sentimento de perda do objeto" embora "a situação que é considerada como perigo e contra o qual o indivíduo quer se salvaguardar é aquela da não satisfação de uma tensão crescente devido a uma necessidade contra a qual ele se acha impotente" (20, p.137).

Assim para Freud o fato da ansiedade ser resultante da separação não precisaria ser explicado de forma psicológica mas poderia ser justificado biologicamente.

Freud fala da ansiedade de castração no menino como um caso particular da ansiedade de separação do objeto. No entanto quando se refere a menina fala que "não se trata do medo da perda do objeto" mas sim do medo da perda do amor do objeto" (20, p.143).

Em outro momento diz Freud: "O sujeito era saudável enquanto sua necessidade de amor era satisfeita por um objeto real no mundo externo; ele torna-se neurótico assim que esse objeto é retirado dele sem que um substituto tome seu lugar" (15, p.231).

Aqui o objeto de satisfação é tão importante quanto a necessidade a ser satisfeita, já que essa satisfação só se dá frente a um objeto.

Como isso Freud salienta o efeito patógeno da frustração. No entanto adverte que a neurose não depende apenas da frustração em si, mas também da capacidade do indivíduo para tolerar essa frustração, ou seja, da maneira segundo a qual o indivíduo vai utilizar seus recursos frente a essa frustração. Para Freud, "o efeito imediato da frustração está em colocar em jogo os fatores disposicionais que até então estavam inoperantes" (15, p.233).

Assim a neurose pode vir também de uma incapacidade interna de obter a satisfação acessível na realidade. Aqui o problema diz respeito a falta de flexibilidade por parte do sujeito para se adaptar as condições externas. Isso significando que nem sempre a realidade frustra toda satisfação, mas as vezes apenas aquela que o indivíduo considera como a única possível.

Nesse caso o conflito se dá "entre o esforço do sujeito para se conservar como é e o seu esforço para se mo

dificar a fim de conciliar as metas recentes e as demandas recentes da realidade" (15, p.233).

Em suma pode-se dizer que embora a neurose seja função da frustração, quanto maior o grau de flexibilidade interna do sujeito, maior sua capacidade de tolerar a frustração.

Disso tudo decorre que a necessidade do indivíduo de impedir o acesso as idéias inconscientes que causam ansiedade, necessidade esta que se manifesta como resistência, no decorrer do tratamento, embora de um lado tenda a aumentar com a aproximação do reprimido, de outro tende a diminuir conforme um maior acesso a utilização de sua potencialidades, que o tornam capaz de tolerar uma maior tensão.

1.3 Os cinco tipos de resistência

Freud diferencia cinco tipos de resistência: três provenientes do ego, uma do id e uma do superego. Todas elas visam evitar a ansiedade.

1.3.1 Resistência da repressão:

A primeira forma de resistência do ego é a "resistência da repressão" que como vimos luta para impedir que a representação inconsciente volte a tornar-se consciente e que a ansiedade se re-instale. Essa força que visa manter o reprimido, embora presente o tempo todo, aparece exacerbada conforme uma maior aproximação do material reprimido. Quanto maior a possibilidade de conscientização do reprimido portan

to, maior a resistência.

1.3.2 Resistência do "id"

No entanto vimos que a ansiedade provém tanto de presença do perigo ligado à satisfação do instinto quanto da ausência dessa satisfação. Como tal a resistência aparece, frente a possibilidade da retirada de qualquer via substitutiva de prazer.

Vimos também que o sintoma neurótico na medida em que é uma solução de compromisso entre desejo e repulsa, acarreta não apenas vantagens para a defesa, protegendo a repressão, mas consiste ainda numa satisfação indireta do instinto. Esta última vai implicar numa "resistência do id" em termos de luta para manter o sintoma".

Isso porque os impulsos do id mesmo reprimidos, continuam se esforçando para serem conscientizados a fim de obter satisfação, e portanto "não estão dispostos a renunciar essa satisfação substitutiva uma vez que não estão seguros que a realidade possa lhes oferecer algo melhor" (14, p.49).

Assim, mesmo depois de vencidas as resistências da repressão, "o poder de compulsão a repetição - a atração exercida pelos protótipos inconscientes sobre os processos instintivos reprimidos tem ainda que ser sobrepujada" (20, p.159). Essa é a fase de "elaboração" e implica numa mudança de via do processo instintivo.

1.3.3 Resistência do "ganho secundário do sintoma"

No entanto o sintoma além do ganho primário possui ainda um ganho secundário. O ego, como vimos, é uma organização que tende a síntese psíquica e como tal visa tanto uma adaptação interna (integração do eu) quanto uma adaptação externa (integração do indivíduo com o meio). Portanto, uma vez formada o sintoma, o ego, vai tender a incorporá-lo a si. Por outro lado o próprio sintoma é uma forma de adaptação à realidade e o ego tira disso vantagens, as quais chamamos de "ganho secundário" do sintoma; assim o sintoma vai se tornar cada vez mais ligado ao ego, chegando a lhe ser indispensável. Contra a possibilidade de perda deste ganho secundário surge uma segunda forma de resistência do ego ou seja "resistência de ganho secundário do sintoma".

Isso porque essa integração precária obtida pelo ego provoca uma resistência contra o atingir uma nova forma de integração e conseqüentemente contra a recuperação.

1.3.4. Resistência da "transferência"

No entanto o sintoma não é a única forma de solução de compromissos presentes na neurose, nem a única via de satisfação dos impulsos reprimidos. Isso também acontece na transferência como vimos.

Vimos também que existem nos impulsos reprimidos uma tendência constante a se atualizarem.

Assim, na vida em geral, e na situação analítica em particular, o paciente vai repetir operações mentais que já

enfrentou antes. Portanto durante o tratamento analítico, vão surgir intensas reações emocionais por parte do analisando em relação ao analista que não se explicam pela situação atual. Isto porque o analisando está "transferindo" para a figura do analista os protótipos inconscientes reprimidos. Esta "transferência" consiste como já mencionamos numa "repetição atuada" substituindo uma "rememoração falada".

A transferência pode ser de caráter positivo (quando o analisando revive sentimentos amorosos) ou negativo (revivências de sentimentos hostís), variando de grau de intensidade.

A transferência não é criada pela análise, apenas descoberta e isolada por ela.

Vimos que a transferência, também ela se constitui como uma solução de compromisso. Aqui também o desejo original está sendo satisfeito de forma disfarçada.

Assim a fim de manter a transferência, vai aparecer aqui a terceira forma de resistência do ego ou seja a resistência da transferência.

Isso pode servir de impecilho ao acesso ao inconsciente do analisando, parализando inclusive o fluxo de suas associações livres e chegando quase a extinguir seu interesse na recuperação.

Aqui a transferência é usada a serviço da resistência. No entanto embora a resistência utilize a transferên

cia, não a constitui. A transferência é usada como resistência enquanto transferência "negativa", ou "positiva" de impulsos eróticos reprimidos (9, p.417).

Quando interpretada, a transferência torna-se instrumento terapêutico. Isso porque na transferência, o analisando vai, não apenas, reviver as reações emocionais que tiveram sua origem nas primeiras relações objetivas, como ainda vai reviver o próprio processo defensivo que levou a repressão..

1.3.5 Resistência do "super-ego"

Vimos também que a autoridade de fora tal como percebida vai ser introjetada e passa a funcionar como autoridade interna.

Quando essa autoridade interna a que chamamos de superego, é muito severa, não somente propicia a neurose, como ainda a própria doença vai ser usada como forma de auto punição contra esse sentimento de culpa inconsciente.

Em outras palavras, o sentimento de culpa inconsciente vai necessitar da doença como uma forma de expiação, donde vai haver uma "resistência do superego" se opondo à recuperação.

No entanto, nem toda necessidade de enfermidade e de sofrimento provém da resistência do superego. Essa necessidade pode provir também, segundo Freud, de uma tendência a auto destruição, a qual chamou de instinto de morte.

Resumindo, vai haver resistência tanto contra a repressão, quanto ainda contra a dissolução do sintoma neurótico, seu ganho secundário e também contra a dissolução da transferência, uma vez que em todos esses casos está havendo alguma satisfação de desejo.

Além disso a necessidade de punição também oferece resistência contra qualquer possibilidade de recuperação.

2. O "SISTEMA-DO-EU"⁽¹⁾ NA TEORIA SULLIVANIANA

O "sistema-do-eu" é uma entidade hipotética formulada com a finalidade de fazer todo o comportamento inteligível.

Como todo constructo, tem que ser entendido dentro da teoria a que se refere.

Sullivan afirma que: "adquirimos nossa condição de pessoas como consequência de inúmeros campos de força interpessoais e que manifestamos processos inteligíveis somente em ditos campos interpessoais" (46, p.351).

Essas relações interpessoais ao mesmo tempo que auxiliam a criatura humana na satisfação de suas necessidades biológicas, também lhe oferecem segurança. Tanto uma, quanto outra são essenciais para uma vida humana equilibrada.

A ausência de satisfação das necessidades constitui um perigo para a conservação da vida biológica do animal humano, enquanto que a ausência de segurança leva à ansiedade, que é uma ameaça à vida psicológica da pessoa humana.

(1) Preferimos traduzir "self-system" por "sistema-do-eu" ao invés de "auto-sistema" a fim de manter o caráter substantivo ao invés de adjetivo de "self", como entendemos ser a colocação de Sullivan. No entanto deve ficar claro que "eu" aqui é uma entidade hipotética cujo significado lhe é conferido pela teoria da qual faz parte.

A ansiedade é um sentimento que tem sua origem em relacionamentos interpessoais ansiogênicos. Como não existe uma ação específica que possa conduzir ao alívio da ansiedade, a pessoa vai ser levada a evitar a ocorrência ou a conscientização de situações que levem a ansiedade.

Isto se faz necessário porque a ansiedade, embora em pequenas quantidades, venha a constituir um elemento funcionalmente eficaz nas relações interpessoais, possibilitando a organização da experiência e o crescimento, quando muito intensa conduz justamente ao efeito oposto, sendo desorganizadora.

Assim com a finalidade de evitar a manifestação ou a conscientização da ansiedade, a pessoa vai desenvolver certos dinamismos de segurança que vão ser englobados e organizados sob o que Sullivan denomina de "sistema-do-eu".

O "sistema-do-eu", porém, é uma espada de dois gumes. De um lado permite a socialização, de outro é a fonte dos distúrbios interpessoais. De um lado possibilita a concentração, de outro impede uma atitude de vigilância. De um lado permite usufruir de certas experiências, o que não seria possível na presença de ansiedade severa, de outro impede o aproveitamento de experiências novas que estariam em desacordo com o "sistema-do-eu".

Portanto o "sistema-do-eu" leva sempre a "resistir" a mudanças significativas na personalidade.

Assim o sentido da ansiedade na vida é inferido através do estudo das intervenções do "sistema-do-eu" o qual tende a manter a vida nos padrões acostumados.

No processo de socialização a criança passa a responder apenas ao seu desempenho com os outros que não gera ansiedade. Dessa forma efetua uma cisão entre o que não é ansiogênico e vai ser conscientizado e o que é ansiogênico e não vai ser conscientizado.

O que é conscientizado passa a constituir o "eu", mas o que não é conscientizado continua existindo na personalidade em termos de comportamento dissociado e determina grandemente a natureza das relações das pessoas com os outros.

A patologia que perturba as integrações construtivas com os outros vem do "sistema-do-eu".

Assim o objetivo da terapia para Sullivan é a expansão do "sistema-do-eu" a fim de que a pessoa aprenda a reconhecer o campo interpessoal na qual ela se encontra, e possa influenciar as forças do campo na direção de uma integração mais apropriada.

2.1 O sistema-do-eu no desenvolvimento

Harry Stack Sullivan parte de uma teoria do desenvolvimento a fim de explicar tanto a normalidade quanto a patologia psíquica.

Isso porque Sullivan acredita que apenas uma abordagem do desenvolvimento humano é capaz de abarcar o normal e

o patológico, e que além disso a organização de um pensamento sobre nós mesmos e sobre os outros tem que ser procurada não na base de diferenças individuais, mas sim na base de identidades humanas.

2.1.1 O animal humano e seu meio

Sullivan parte da definição de que o homem nasce um animal e é através da interação com outras pessoas que ele se converte em pessoa.

Uma vez que todo o organismo vive em constante existência comunal com seu ambiente necessário⁽¹⁾, o homem tampouco pode prescindir do seu meio⁽²⁾. No entanto, no caso do homem esse meio não se resume ao universo físico-químico, mas inclui também o universo cultural⁽³⁾.

(1) 47, p.30). Três princípios emprestados da biologia de Seba Eldridge: a) da existência comunal: o ser vivo não sobrevive separado de seu ambiente necessário; b) da atividade funcional: processo de integração constante entre o organismo e o meio; c) da organização: tendência do organismo a uma organização tanto estrutural (organização da matéria e dos processos fisiológicos) quanto dinâmica (no sentido de variabilidade dessa estrutura que tende a tomar inúmeras formas no futuro).

(2) "De uma posição relativa no tempo e no espaço, o meio flui através da célula viva, tornando-se sua própria vida no processo; e a célula flui e cresce através do meio, estabelecendo neste processo sua linha de evolução enquanto um organismo. É artificial, uma abstração, dizer que a célula é uma coisa e o meio outra. Essas duas unidades assim formuladas se referem a alguma coisa unitária na qual organismo e meio são um vínculo indissolúvel - enquanto a vida continua" (45, p.31).

(3) "O crescimento implica numa incorporação de substâncias químicas para a organização somática e de entidades culturais para a personalidade. A deficiência em qualquer um desses campos pode ser desastrosa" (45, p.98).

O homem se distingue dos outros animais na medida em que requer um intercâmbio com o ambiente que inclua a cultura para que exista como ser humano⁽¹⁾.

Portanto, Sullivan afirma em seu postulado do gênero único que "todas as pessoas são muito mais simplesmente humanas do que outra coisa" (47, p.32). Assim, as diferenças entre dois indivíduos humanos quaisquer que sejam eles, são muito menores do que as que possam ocorrer entre o homem e qualquer outro animal biológico da espécie mais próxima à humana.

O que torna o homem essencialmente diferente dos outros animais é a linguagem. A linguagem é o que permite ao homem comunicar suas experiências⁽²⁾.

A capacidade de linguagem não é um dado biológico, mas algo de transmissão humana.

Além disso, essa influência cultural que inclui a linguagem é, em parte, determinante da própria maneira de se experienciar algo⁽³⁾.

(1) (47, p.18). Segundo Bronislaw Malinowski "em toda atividade organizada os seres humanos estão ligados entre si por uma conexão com uma porção definida do meio ambiente, por sua associação com um refúgio comum e pelo fato de que levam a efeito certas tarefas comuns".

(2) Edward Sapir coloca a linguagem como "um método puramente humano de comunicar idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos... Esses elementos da linguagem, os símbolos... devem estar associados com grupos de experiência... antes que com experiências isoladas. Somente assim a comunicação é possível, pois a experiência singular, localizada na consciência individual, é incomunicável" (47, p.24).

(3) Ruth Benedict diz que nenhum homem olha para o mundo sem estar influenciado por um conjunto definido de costumes, instituições e modos de pensar; citando John Dewey, "que desde o momento do nascimento os costumes no qual o ser humano nasce, moldam-lhe a experiência e o comportamento(47,p.26).

O homem é o resultado de sua experiência, no entanto.

2.1.2 A experiência e suas diferentes modalidades

A experiência, segundo Sullivan, é qualquer coisa vivida, sofrida, etc.; é o componente interior de acontecimentos nos quais intervem um organismo como uma entidade organizada.

No entanto a experiência difere do acontecimento real embora seja função tanto do organismo que experiencia quanto do acontecimento que é experienciado. Poderia se dizer que a experiência possui um componente subjetivo e um componente objetivo.

A sensação, na medida em que se transforma em percepção, já se acha modificada pelas vivências anteriores assim como pelo próprio momento em que a percepção ocorre⁽¹⁾.

Sullivan fala de "senciência" e de qualquer outro dado primário da experiência como sendo "a totalidade de estados significativos do organismo relacionados aos efeitos dos acontecimentos" (47, p.28).

(1) Charles Spearman usa a palavra "senciência" para se referir aos primeiros dados dos quais obtemos informações. Segundo Spearman, "todo conhecimento começa inevitavelmente com a experiência sensorial... As percepções na medida em que se tornam passíveis de introspecção já estão muito afastadas do... efeito inicial da estimulação sensorial sobre a consciência: tem por trás delas uma estória de acontecimentos, não apenas de ocasiões prévias da vida da pessoa, mas daquela própria ocasião em si...; o efeito mental inicial da estimulação é tido por nós como sensação no sentido estrito de um estado... para o qual "senciência" é talvez um termo melhor. (47, p.27)

Além disso "nosso contato com o mundo é medido pela nossa capacidade de experienciar...a qual é em troca condicionada pela potencialidade biológica, seu estado de maturação, os resultados obtidos pela experiência prévia e pela previsão do futuro próximo. Tudo isso condiciona a capacidade de sofrer mudanças, e coloca limites nas possibilidades de experienciar" (38, p.24).

Assim, não somente o amadurecimento das capacidades humanas necessita da experiência e é por ela influenciado como essas próprias capacidades vão influir sobre a experiência. Portanto, o desenvolvimento é função do organismo em interação com o meio. A concepção de Sullivan aqui é essencialmente estrutural onde as estruturas se estruturam em exercício.

A experiência se faz através de "canais de comunicação" que promovem uma "zona de interação" (a parte da experiência comum aos dois participantes) que é o "canal de comunicação interzonal". Este provém da globalidade dos organismos envolvidos, em cujo campo se vai desenvolver a operação experiencial. Numa experiência, um e outro, entram com todas as suas vivências anteriores.

A primeira experiência da criança é, pois, função desse campo, sendo a segunda também, função dessa primeira e assim por diante. Daí a potencialidade corretiva da experiência.

Vemos, pois, que o organismo participa da experiência em sua globabilidade orgânica.

Sullivan distingue três modos de experiência, (47, p.28; 38, p.25) segundo o grau e o caráter da elaboração interior dos fatos. A linha de demarcação entre esses diferentes modos de experienciar assinala o papel preponderante da linguagem na experiência humana.

Assim, segundo Sullivan a experiência vai ocorrer, quer no modo prototático, quer paratático ou sintático.

O modo prototático é o primeiro tipo de experiência da criança. São estados momentâneos, atemporais, (sem distinção entre o antes e o depois) e sem nenhuma reflexão ou compreensão; portanto são experiências incomunicáveis, indiferenciadas, como de identificação cósmica. É, portanto, um modo de experienciar anterior ao emprego dos símbolos.

No modo paratático as experiências já se diferenciam e se associam mas não estão relacionadas de forma lógica. São experiências pré-lógicas, com significado pessoal, consistindo no emprego do símbolo de uma forma privada e autista. São experiências discretas, ao invés de contínuas.

O modo sintático implica em experiências logicamente relacionadas que podem ser comunicadas. Este último supõe a experiência de outras pessoas e a confrontação da própria experiência com a experiência alheia. Essa "validação consensual" de significados é que possibilita a univocidade da linguagem. Portanto, esses significados são, não apenas ad-

quiridos através de atividades interpessoais como também con-
duzem a atividades interpessoais.

Esse tipo de experiência é, pois, socializador e a
culturador, sendo por esse processo que o ser biológico pas-
sa ao domínio de "pessoa humana".

Esses três modos de experiência perduram por toda
a vida, embora conforme o momento e conforme a pessoa, vari-
em em diferentes proporções.

2.1.3 A noção de personalidade

Portanto é essa grande capacidade de utilizar sîm-
bolos e significados (adquirida através da experiência em re-
lações interpessoais) que torna o homem essencialmente dife-
rente de outros animais, possibilitando-o inclusive o pensar
em si mesmo como um objeto⁽¹⁾.

No entanto, o "eu" se desenvolve na interação com
outras pessoas⁽²⁾.

(1) A psicobiologia de Adolf Meyer indica que "é por uma superordenação da fisiologia por meio das funções integrativas e particularmente por meio do uso de sîmbolos como instrumentos, que o homem é capaz de desenvolver, de um lado sua captação da realidade, e de outro seus notáveis problemas no lidar com sua realidade pessoal e com a realidade de outros em sua vol-
ta"(45, p.9) (47, p.16).

(2) Para Charles Horton Cooley, o indivíduo não é separável do todo humano. Todo pensamento é, na realidade, comunicação com outra pessoa, ima-
ginária ou real. O "eu pessoal" não existe, a não ser em relação a outras pessoas. A noção do "eu reflexivo" (o "eu" que se sabe na relação) se desenvolveria da reação dos outros a nós. Neste sentido, nenhum "eu" po-
de existir separado do outro. Nossa concepção de nós mesmos está basea-
da em nosso "eu" como o vemos refletido nas reações das outras pessoas a
nós. (51, p. 5)

Assim para Sullivan a identidade se constroi a par tir da alteridade. (1)

Dessa forma, é ilusória a concepção da existência de um "eu" perdurável, único, simples e propriedade privada do sujeito. Não tem sentido pensarmos em nós mesmos como se res individuais, separados, que podem ser descritos isoladamente, mas "temos tantas personalidades quantas relações interpessoais" (46, p.333).

Isso não significa, porém, que não exista uma psi-quê porque sem ela tampouco existiriam relações interpessoais. Porém, embora a localização material dos processos psicológicos seja no organismo esses não podem ser entendidos como processos isolados. A psiquê é, pois, sempre parte de um todo mais amplo que a integra e da qual ela faz parte.

A personalidade para Sullivan é pois, uma entidade hipotética postulada para explicar a natureza dinâmica das relações interpessoais.

(1) George Herbert Mead afirma que através das atitudes das várias pessoas em relação a nós, desenvolvemos a noção do "outro generalizado". Da mesma forma, a partir da interação da nossa percepção da reação dos outros a nós e da percepção da nossa reação aos outros, desenvolvemos a idéia do nosso "eu" (self). É a partir do "outro generalizado" que antecipamos como os outros vão nos responder, quais suas atitudes em relação a nós e nos comportamos de acordo. Assim, "eus" (selves), só podem existir em relação a outros "eus", uma vez que nossos próprios "eus" existem e fazem parte, como tal, da nossa experiência apenas na medida em que os "eus" dos outros existem e fazem parte, como tal, da nossa experiência. (51, p.5)

2.1.4 Tensão e transformação de energia

Vimos, pois que a pessoa só pode ser compreendida em relação a seu ambiente ^{TANTO} físico-químico quanto sócio-cultural (1).

Isto porque a sobrevivência fisiológica e psicológica do ser vivo, implica, desde o nascimento, numa interação e equilibração constante com o meio e seu desenvolvimento se faz em função desse complexo "meio-organismo".

Um equilíbrio total com o meio sugere a noção de "euforia" em contraposição com a noção de "tensão", que implica em algum desequilíbrio.

Euforia (absoluta) e tensão (absoluta) são entidades puramente hipotéticas.

Assim no que concerne ao organismo humano "euforia" pode ser equacionada a um equilíbrio total do organismo, que sabemos nunca existe, mas do qual este se aproxima nos intervalos de tempo quando a tensão está no seu mínimo" (47, p.37).

(1) Kurt Lewin diz que o indivíduo só pode ser estudado em relação ao seu "espaço-de-vida" (E.V.), sendo esta a totalidade dos fatos que determina o comportamento do indivíduo num determinado momento. O E.V. abrange pessoa e meio, os quais são entidades interdependentes e não isoladas. Dinamicamente as características do E.V. formam um campo psicológico e são determinadas pelas forças do campo operando dentro dele.
(31)

A idéia de experiência está intimamente relacionada aos conceitos de tensão e transformação de energia. (1)

A experiência, como vimos, se processa entre o organismo e o meio. A capacidade do organismo para entrar na experiência se dá em termos de tensão e de transformação de energia. A tensão é a disposição para a ação enquanto que a transformação de energia é a própria ação.

Quando ocorre um desequilíbrio entre organismo e meio surge uma tensão que leva a uma transformação de energia a fim de atingir um novo estado de equilíbrio. É através das transformações de energia associadas à diminuição de tensão ou à sua extinção momentânea que se desenvolve a função de previsão, determinando a maneira como, daí por diante, as tensões serão transformadas em energia.

2.1.5 Tensões de necessidades

O animal humano, desde o nascimento, vai sofrer frequente e recorrentemente desequilíbrios biológicos. Essas tensões ou diminuições do nível de euforia vão ser vivenciadas como "necessidades" pertencentes primariamente a existência comunal com o meio físico-químico.

(1) Para Kurt Lewin um acréscimo para além do nível ótimo no campo psicológico leva a um estado de tensão que provoca um desequilíbrio e leva a uma tendência no sentido de atingir um novo estado de equilíbrio. Este equilíbrio é entre organismo e meio. (31)

No entanto, a criatura humana, ao nascer, não está suficientemente desenvolvida para recuperar por si só todo esse equilíbrio necessário à sua sobrevivência biológica. Para tal se faz necessário a cooperação de outra criatura que vamos chamar de mãe, figura maternal ou "outro significativo" (1).

A relaxação dessas tensões que perturbam o equilíbrio é chamada de "satisfação de necessidades"; essa satisfação implica numa equilibração com a fonte específica de desequilíbrio.

Segundo Sullivan "a necessidade... começa a se diferenciar em função do seu alívio, o que resulta em uma crescente previsão de alívio pela ação específica". (47, p.38)

Assim, a função de previsão vai se desenvolver a partir das primeiras ações da criança, associadas a diminuição ou extinção das necessidades.

Dessa forma, qualquer experiência está sempre interpenetrada de elementos do passado (próximo e remoto), e do futuro, elementos esses que têm grande influência sobre o modo pelo qual as tensões são transformadas em energia.

(1) "A existência de um vínculo social é uma condição necessária para a viabilidade de uma criança que ainda não é capaz de satisfazer suas ne-cessidades importantes do ponto de vista biológico. Este é usualmente um vínculo social com a mãe, na qual funcionalmente, as necessidades do bebê tem primazia", segundo Lewin. (47, p.39)

Ora, vimos que a criança necessita da figura maternal para o alívio das suas necessidades. Assim ela vai suscitar na figura maternal essa ajuda através de alguma atividade (ex.: choro). Para explicar como isto ocorre, Sullivan hipotetiza seu "teorema da ternura" onde diz que "A atividade observada da criança que provém da tensão de necessidade, induz tensão na pessoa maternal, tensão esta que é experienciada como ternura e como um impulso em direção a atividade para aliviar as necessidades da criança" (47, p.39).

Assim, a necessidade da criança, vai ser vivenciada como "necessidade de ternura" pela figura maternal e a ação por parte da figura maternal para aliviar esta necessidade vai ser vivenciada pela criança como "ternura".

Embora inicialmente a necessidade da criança provenga da sua existência comunal com o meio físico-químico, na medida em que precisa para tal satisfação da cooperação da figura maternal, essa necessidade de ternura se transforma também em necessidade interpessoal⁽¹⁾.

2.1.6 Tensão de ansiedade

A segurança interpessoal se opõe uma tensão a nível psicológico que se denomina "ansiedade".

(1) Segundo Kurt Lewin "A criança aprende em grau crescente a controlar seu ambiente. Ao mesmo tempo - e não menos importante - ela torna-se psicológicamente dependente de um círculo crescente de acontecimentos ambientais..." (47, p.39).

"A tensão de ansiedade quando presente na figura ma ternal, induz ansiedade na criança". (47, p.41)

A ansiedade vai ser transmitida através da interação com as pessoas. Assim, se a mãe está ansiosa, ela transmite ansiedade ao filho.

Portanto "a tensão de ansiedade pertence principalmente à existência comunal da criatura e também da mãe em um meio "pessoal", em completa contraposição ao meio físico-químico". (47, p.12).

Assim, as tensões de necessidade se referem ao meio físico-químico e buscam a satisfação, enquanto que a tensão de ansiedade se refere ao meio interpessoal e busca a segurança interpessoal.

A tensão chamada ansiedade é primariamente experimentada a nível paratáxico e se diferencia de qualquer outra tensão pela ausência de fontes específicas de desequilíbrio. Como tal, a ansiedade, diferentemente de qualquer necessidade, não possui uma ação adequada que conduza a seu alívio.

A criança, pois, não tem como manejar a ansiedade.

No caso da necessidade, o chorar da criança pode evocar na figura maternal uma ação adequada que possibilite a satisfação de sua necessidade. No entanto, em relação à ansiedade, o pranto é ineficaz podendo até levar a agravar a ansiedade materna e conseqüentemente aumentar ainda mais a ansiedade da criança.

Assim as circunstâncias que levam à ansiedade não podem ser eliminadas nem se pode escapar a elas, visto ser uma tensão inespecífica. O melhor que se pode fazer é evitar situações ansiogênicas. Frente a ansiedade da criança, a única coisa que pode acabar com sua ansiedade é a mãe deixar de ficar ansiosa e conseqüentemente de lhe induzir ansiedade. A ansiedade sempre interfere com qualquer outra tensão com a qual coincida. Dessa forma se opõe a ternura e conseqüentemente à existência comunal da criatura com seu ambiente.

A ansiedade, como qualquer tensão, admite um gradiente, ou seja pode variar de um estado de tensão quase absoluto (terror) a um estado de quase ausência de tensão (euforia). Na prática no entanto, toda euforia abrange uma certa ansiedade e vice-versa. A nossa experiência consiste em viver esta variabilidade.

2.1.7 A empatia

Tanto a ansiedade quanto a euforia são sentimentos relacionais que são transmitidos através da "empatia". A empatia consiste num "peculiar vínculo emocional que encerra a relação da criança com a pessoa significativa". (45, p.17) São experiências sensoriais comunicadas por vias sensoriais não bem conhecidas.

Através da empatia toda criança sofre algum efeito da cultura que lhe é transmitida pela atitude do outro significativo, sem se dar conta disto. É uma experiência primordialmente experimentada de forma paratáxica e que se acha li

gada ao sentimento de se sentir ou não, querida, aprovada.

Na medida em que existe um vínculo empático entre a criança e as pessoas maiores significativas, o sentimento de desaprovação provoca uma diminuição da euforia. "Em sua origem, este tipo de interferência é profundamente inconsciente no sentido de que, de nenhum modo configura um puro conteúdo da consciência... porém em definitivo se relaciona claramente com as atitudes de desaprovação que outros adotam, com o fato de que outras pessoas não se sentem contentes com nos sas atitudes, ou não estão satisfeitos com nosso desempenho. Esta experiência precoce é o começo do que se prolonga pelo resto da vida sob a forma de uma experiência emocional significativa e original... o conceito de ansiedade". (46, p.326)

Resumindo, a ansiedade se origina do desconforto frente a desaprovação empatizada do outro significativo. Diferentemente de outras tensões aqui a fonte de desequilíbrio é inespecífica, donde não existe uma ação adequada para fazer retornar o equilíbrio.

A ansiedade se diferencia do medo na medida em que este último é uma ameaça à integridade do organismo enquanto que a ansiedade consiste numa ameaça à perda da estima do outro e conseqüentemente da própria auto-estima.

Assim, enquanto a busca de satisfação vem das necessidades biológicas, a busca da segurança vem da bagagem cultural do homem.

"No entanto existe uma continuidade entre o biológico e o cultural. O ser humano é um organismo biológico aculturado" (45, p.245).

Portanto, presume-se que essas tensões não possam ocorrer separadamente uma vez que desde o nascimento, a criança para sobreviver, necessita entrar numa relação interpessoal. É neste mundo humano que vai se processar a organização de experiência.

2.1.8 A relação interpessoal

Qualquer situação onde duas ou mais pessoas se acham envolvidas, torna-se uma situação interpessoal. As situações interpessoais são integradas pela busca de satisfação e de segurança.

Embora uma certa quantidade de ansiedades seja necessária ao processo humano de tornar-se pessoa, tendo enorme influência na aprendizagem, a ansiedade, quando muito grande, é desorganizadora e tende a desintegrar a situação interpessoal.

Quando uma situação interpessoal é "resolvida", isto significa que a necessidade foi satisfeita ou a segurança foi atingida e, portanto já não existe razão para a situação continuar. Quando a situação é "desintegrada" significa que a situação cessou, embora existam ainda razões para sua continuação, uma vez que as necessidades não foram satisfeitas ou a segurança não foi

atingida.

2.1.9 Conflito entre a busca de satisfação de necessidades e a busca de segurança

O atingimento de satisfações, de acordo com os padrões aprovados socialmente, leva a um profundo sentimento de bem estar, de segurança. Quando, ao contrário, essa satisfação não se dá de acordo com esses padrões, surge um intenso sentimento de desconforto, a ansiedade.

Assim as necessidades de satisfação podem entrar em conflito com a busca de segurança.

A criança, desde cedo, aprende a discriminar situações de maior ou menor ansiedade orientando seu comportamento para as segundas. A partir daí, desenvolve um padrão que satisfaz parcialmente suas necessidades e evita a ansiedade.

"O desenvolvimento saudável da personalidade é, numa grande medida, o resultado de uma aculturação inconsciente ou socialização que se adapte no tempo certo às possibilidades biológicas do animal subjacente" (38, p. 24).

Quando a ansiedade coincide com as necessidades vitais a sobrevivência fica ameaçada.

2.1.10 Tensão de sono

Além das tensões de necessidade e da tensão de ansiedade existe um terceiro tipo de tensão pertencente ao sono, em contraste com a vigília. Sabemos que a existência humana se processa em duas fases alternantes: sono e vigília.

Ambas são igualmente necessários à vida.

Frente a necessidades persistentemente não satisfeitas e às vezes ainda agravada pela ansiedade, pode surgir o "dinamismo" de apatia. Na apatia, no entanto, as tensões de necessidades não são abolidas, apenas atenuadas; além disso, uma vez que as necessidades não são satisfeitas, o equilíbrio biológico não é retomado.

De outro lado, diante da ansiedade severa e prolongada, pode ocorrer o dinamismo de isolamento sonolento.

Uma vez que o sono é necessário à vida, desse ponto de vista a apatia e o isolamento sonolento podem ser vistos como dinamismos que asseguram a vida, sempre que as necessidades em demasia e a ansiedade muito intensa chegaram a interferir com a capacidade de dormir.

Por outro lado, vimos que esses dinamismos não terminam com as fontes de desequilíbrio, isto é, não acabam nem com as necessidades, nem com a ansiedade, tornam apenas o organismo menos sensível a elas; além disso impedem que a busca das satisfações adequadas das necessidades prossiga. Como tal, o uso prolongado dos dinamismos de apatia e de isolamento sonolento pode colocar em perigo a vida da criatura.

Isso nos remete ao conceito de dinamismo.

2.1.11 Dinamismo

Uma vez que o organismo vivo está em constante interação com o meio, ou seja, vive sempre em transformação, se

faz necessário entendê-lo em relação ao conceito de dinamismo.

Assim "os organismos vivos são frequentemente organizações multicelulares... (cujas células)... são elas próprias utilmente concebidas como dinamismos ou subdinamismo... que são regulados dinamicamente no seu viver de acordo com o viver do organismo como um todo" (47, p.102).

"Esse dinamismo total do organismo não pode no entanto, ser separado do seu meio ambiental necessário sem que este cesse de ser um organismo vivo" (47, p.103).

Portanto, geneticamente, dinamismo é definido como "o padrão de transformação de energia relativamente durável que recorrentemente caracteriza o organismo em sua duração, enquanto um organismo vivo" (47, p.103).

É esse padrão, isto é, esse continente de diferenças específicas insignificantes, que fornece identidade ao organismo.

Especificamente no que concerne às relações interpessoais, dinamismo é visto como "a configuração relativamente duradoura de energia que recorrentemente caracterizam as relações interpessoais - a interação funcional das pessoas e personificações, signos pessoais, abstrações pessoais e atribuições pessoais - que integram o ser distintamente humano" (47, p.103).

Cada organismo vai desenvolver, assim, uma variedade de padrões de comportamento a partir das primeiras experi

ências interpessoais que vão ser repetidos frente a situações interpessoais subsequentes, às vezes de forma indiscriminada⁽¹⁾.

Podemos conceber os dinamismos de dois pontos de vista (47, p.109): quanto às tensões que recorrentemente diminuem de euforia, e quanto às transformações de energia características de zonas específicas de interação⁽²⁾.

No que se refere às tensões existem dinamismos que conduzem à integração de situações interpessoais e ao concomitante abaixamento de tensão: são os dinamismos "conjuntivos".

Há dinamismos que, ao contrário, levam a desagregar a situação conduzindo a um aumento de tensão: são os dinamismos "dijuntivos".

Há, ainda, dinamismos "não-operantes" uma vez que, nem aliviam, nem aumentam a tensão.

Assim, embora os dinamismos visem uma maior equilíbrio do organismo, isso nem sempre é conseguido.

(1) Nesta concepção dinamismo pode ser comparado ao fenômeno de transfêrência postulado por Freud.

(2) Assim, há diferentes dinamismos para diferentes zonas de interação; não pretendemos, no entanto, aprofundar esse tópico visto não ser relevante para a compreensão do "sistema-do-eu", que é um dinamismo que não possui uma zona específica de interação.

2.1.12 Personificações

O campo interpessoal é resultante da interação de uma variedade desses dinamismos entre duas ou mais pessoas. Daí não se poder falar de personalidade em si, mas a persona lidade só se manifesta em relação a outros, ou seja, em situa ções interpessoais.

A personalidade é pois, função dos dinamismos utilizados nessas relações interpessoais.

O fato dos dinamismos serem calcados nas experiências anteriores que se mostram úteis à criatura, não significa que a personalidade seja algo estático. Ao contrário, es ta é essencialmente dinâmica.

Uma vez que, toda experiência possui potencialidades corretivas, os dinamismos vão ser também passíveis de se rem modificados pela experiência.

A personalidade, no entanto, na medida em que só se manifesta nas relações interpessoais, é uma inferência, a par tir dos dinamismos que ocorrem nessas relações.

Assim, é através desses dinamismos que a criatura começa a construir a imagem do outro e de si mesmo. A essa imagem que a criatura forma de si e às imagens que ela forma dos outros, Sullivan chama de personificação.

As personificações estão intimamente relacionadas às experiências tanto de necessidade e de satisfação de nece sidades, quanto de ansiedade e de segurança. As personifica

ções são, pois, consequências das experiências interpessoais.

Na medida em que as necessidades da criança são satisfeitas através das relações interpessoais, ela vai ter expectativas boas dessas relações, isto é, vai antecipar as outras experiências interpessoais com aquela pessoa, como boas. No entanto, quando as experiências interpessoais são más, insatisfatórias, ela vai antecipar as outras experiências interpessoais com aquela pessoa, como más. Por outro lado, a criança vai ter também expectativas das suas próprias significações para os outros. Assim, a criança constroi personificações da figura maternal e personificações de si mesmo.

Portanto, ao satisfazer suas necessidades e seu sentimento de segurança a criança forma, baseada num padrão muito primitivo de captação, a personificação da "mãe-boa". Quando, porém, suas experiências são de insatisfação e de grande ansiedade, ela forma a personificação de "mãe-mã". Se ainda essa ansiedade é tão grande que leva à total impossibilidade de buscar satisfação a personificação é de "mãe-péssima".

Vimos que a identidade se estrutura concomitante - mente à alteridade. Portanto, na medida em que a criança forma as personificações rudimentares da "mãe", ela forma, também, as personificações rudimentares de si mesma.

Assim, o "eu-bom" é a personificação inicial que organiza a experiência da criança onde as satisfações foram acrescidas de ternura, parecendo indicar que o ser maternal está satisfeito com ela.

O "eu-mau" é a personificação que organiza a experiência da criança onde crescentes graus de ansiedade estão associados ao comportamento da figura maternal em relação a ela.

O "não-eu" procede da experiência de ansiedade muito intensa. Uma vez que essas experiências são marcadas por uma profunda emoção (terror), não podem ser vistas claramente e persistem por toda vida, portanto, como símbolos paratáxicos não elaborados. O "não-eu" é pois, parte do modo absolutamente privado de viver, consistindo de experiências incommunicáveis. Corresponde a um "vazio vivencial".

Essa inevitável clivagem tripartida em personificações, presente em qualquer cultura, vai ser unificada através do conceito crescente de "meu corpo".

Da mesma forma, a criança diferencia sua experiência com a mãe "real" em três personificações, como vimos, de "mãe-bona", "mãe-mã" e "mãe-péssima".

Além disso, toda relação com quem quer que seja, que leve à satisfação de necessidades, ao sentimento de cooperação terna e de segurança, se funde na personificação de "mãe-bona", ao passo que toda experiência com quem quer que seja, que resulte em ansiedade, se funde na personificação de "mãe-mã". Se essa ansiedade for de tal ordem que chegue ao "terror", a experiência se desorganiza e o sentimento é de "mãe-péssima"; desta última, a criança não tem consciência.

As personificações, portanto, não correspondem à pessoa "real"; isto é, a personificação da mãe pela criança não corresponde à mãe "real", mas sim à maneira como a criança "vivencia" essa mãe, através das suas experiências anteriores, suas experiências atuais e suas expectativas. Tampouco a personificação que a mãe faz da criança corresponde à criança "real", mas também se acha impregnada das próprias experiências anteriores e expectativas da "mãe".

Disso decorre que, embora essas personificações estejam baseadas na relação real, vão ocorrer personificações inadequadas e inapropriadas tanto do "outro" como do "eu".

Essa diferenciação e crescente organização da experiência na criança vai ocorrer pela interação de dois fatores: a "possibilidade" de organizar a experiência e a "utilidade funcional" dessa organização, a qual vai se dar no sentido de satisfazer as necessidades e minimizar a ansiedade.

2.1.13 A linguagem e a fusão das personificações

A organização da experiência pode se processar em termos de operações "francas" ou "encobertas". As operações encobertas podem apenas ser inferidas, enquanto que as operações francas se manifestam através de gestos e da palavra.

Sullivan divide toda atividade também em "simbólica" e "não simbólica". Ambas podem ser francas ou encobertas. Simbolizar significa vincular coisas, formas e pensamentos às palavras que os representam. Isso permite nomeá-los e deduzir deles relações que não se delineavam claramente na expe-

riência.

A linguagem vai permitir a fusão das personificações de "mãe-boa" e de "mãe-mã". Antes, as necessidades eram satisfeitas por um ser que, ora era sentido como bom (quando satisfazia), ora era sentido como mau (quando não satisfazia), sendo vivido como absoluto, ora totalmente bom, ora totalmente mau; com a palavra, o ser vai ser nomeado para preencher esse papel, ou seja, a mesma mãe vai ser vivida como boa "e" má. Essa nomeação permite, não mais um processo de cisão, mas sim um processo de sutura.

Sullivan chama a atenção, no entanto, que nem todos os atributos da mãe estão fusionados na mãe da infância. Ao longo da vida a pessoa vai tender a buscar alguém que se encaixe nas personificações de mãe-boa e mãe-mã.

2.1.14 Fantasia

A criança também ganha acesso através da atividade simbólica à vida de fantasia que pode ser maior ou menor, dependendo da maior ou menor deficiência da sua vida de realidade. Assim, quanto mais solitária, mais ela recorrerá à busca de satisfação nessas personificações imaginárias.

Por outro lado, quanto mais jovem a pessoa, mais difícil a distinção entre essas experiências fantasiosas e as experiências reais. Com o desenvolvimento, a criança se aproxima mais do nível de realidade, embora a fantasia continue atuando através do brinquedo e através de processos encobertos.

2.1.15 Teorema da emoção recíproca

Vimos com o teorema da ternura que a necessidade da criança provoca um comportamento terno e cooperativo por parte da figura maternal nos primeiros períodos da vida. Com o crescimento e o advento da responsabilidade social da mãe, a criança vai também ser frustrada em suas necessidades. Assim, passa a funcionar o teorema da emoção recíproca, aparecendo agora a exigência de que a criança comece a satisfazer também o ser maternal. Surge aí, também, o aparecimento de palavras ou gestos que visam reduzir a ansiedade ligada ao comportamento que nos afastam do sentimento de segurança interpessoal.

Agora se desenvolvem ou se desintegram padrões recíprocos de atividades. Assim, o que se prevê não é somente as satisfações das necessidades, mas também os gestos proibitivos que trazem ansiedade.

2.1.16 O Sistema do eu

Assim, a fim de em primeiro lugar manter o nosso sentimento de bem estar, ou seja, evitar a ansiedade, e em segundo lugar proteger o alcance das necessidades, surge um dinamismo secundário que Sullivan chama de "sistema-do-eu". É um dinamismo secundário pelo fato de não ter nenhuma zona particular de interação.

O "sistema-do-eu" se desenvolve do desejo intenso de aprovação da criança pela pessoa significativa (de-ser-eu-bom) de um lado, e da habilidade crescente de detectar sinais de ansiedade nas relações interpessoais, do outro.

O desejo essencial de ser "eu-bom" é a mesma coisa que o não desejo essencial de estar ansioso, uma vez que a ansiedade é sinal de baixa auto-estima.

Na medida em que a criança vai crescendo e é reconhecida como passível de ser educada, a cooperação terna da pessoa maternal junta-se à necessidade de socialização, de educação da criança.

Agora a ternura muitas vezes é a recompensa por se haver aprendido algo ou por um determinado comportamento.

Com isso aparece na criança dinamismos dirigidos a como viver com essa pessoa significativa. (1)

Portanto, o "sistema-do-eu" começa a se formar, a partir dos gestos proibidos da pessoa maternal com o objetivo de evitar graus de ansiedade crescente que estão ligados ao processo educativo.

O "sistema-do-eu" é produto da experiência educativa, tanto em termos de evitar a ansiedade, quanto de procura de recompensa.

Assim, a criança vai aprendendo a se comportar de acordo com os padrões culturais a fim de adquirir um sentimento de pertencimento.

(1) "Na interação funcional, o outro significativo é a fonte da satisfação, um agente da aculturação e finalmente uma fonte de ansiedade e insegurança... que é a base do desenvolvimento do sistema-do-eu".

A origem do "sistema-do-eu" está pois, no caráter irracional da cultura, porém, da forma como esse é assimilado pela experiência da criança.

Sullivan define o "sistema-do-eu" como "um sistema dentro de uma personalidade, organizado nas primeiras etapas da vida e cujo conceito central é que satisfaçamos as pesoas que nos importam e por conseguinte nos satisfaçamos e assim nos poupemos a experiência da ansiedade" (46, p.329).

O "sistema-do-eu" é extraordinariamente resistente à mudanças e para tal, utiliza as "operações de segurança".

"Tudo o que tende a perturbar seriamente o equilíbrio, qualquer acontecimento que tende a trazer uma mudança bãsica num padrão estabelecido de lidar com os outros traz a tensão de ansiedade e clama por atividades de alívio... que são as operações de segurança porque se propõe a manter um sentimento de segurança na estima refletida numa pessoa através da outra significativa" (47, p.373).

2.1.17 Resistência a mudança no Sistema-do-eu

Sullivan diz em seu "teorema de fuga"⁽¹⁾ que: "O Sistema-do-eu, por sua natureza - seus fatores de existencia comunal, organização e atividade funcional - tendem a fugir da

(1) Esse teorema está de acordo com a Teoria da Dissonância Cognitiva de Leon Festinger

influência pela experiência que for incongruente com a sua habitual organização e atividade funcional" (47, p.190).

Para Sullivan haveria pois, uma tendência a afastar experiências afetivas-cognitivas⁽¹⁾ que fossem estranhas ao sistema-do-eu.

Assim, embora "o sistema-do-eu seja o principal obstáculo a mudanças favoráveis na personalidade...isso não altera o fato de ser também a principal influência que impede mudanças desfavoráveis na personalidade" (47, p.169).

No entanto, isso não significa que o sistema-do-eu seja rigidamente incapaz de mudança. Em condições especiais, o "sistema-do-eu" pode ser mudado pela experiência, embora esta tenha que ser suficientemente elaborada e prolongada.

O "sistema-do-eu" é uma parte absolutamente necessária na vida humana, uma vez que a presença de ansiedade severa seria desorganizadora da experiência, além de bloquear qualquer atividade.

No entanto, embora evitando a ansiedade, o "Sistema-do-eu" constitui também a fonte das grandes dificuldades nas relações interpessoais.

(1) Sullivan não separa o aspecto cognitivo do afetivo, uma vez que, o primeiro vem sempre acompanhado do segundo.

2.1.18 Desatenção seletiva

A desatenção seletiva é o modo mais simples e fácil de impedir a ansiedade. Através dela a difusão da conscientização é controlada.

No entanto, apesar da desatenção seletiva há um certo registro no eu, do acontecimento, uma vez que isto passa, rapidamente pela memória. Assim é passível de ser lembrado, embora com dificuldade.

Essa inibição de conscientização pode variar num contínuo desde um menor grau de inibição (desatenção seletiva) até um grau melhor (dissociação) com muitos graus intermediários existentes.

Segundo Sullivan, certas experiências, portanto, não chegam a fazer parte do sistema-do-eu por serem ansiogênicas.

Assim o sistema-do-eu vai opor uma "resistência" por meio da desatenção seletiva à conscientização (no sentido de avaliar o significado) dessas experiências, embora elas permaneçam gravadas no resto da personalidade. Portanto, para Sullivan, essas experiências nunca foram conscientes e consequentemente nunca precisaram ser reprimidas.

Citando Sullivan: "O termo "repressão" é usado para se referir a contextos de experiências de vida, os quais foram, como se, excluídos do "eu" por algo que o psicanalista chama de "resistência" e que são difíceis de trazer de volta ao eu... Tanto a "repressão", quanto a "supressão" como

eu as entendo, se referem a processos que se aplicam a motivos e quando eu falo de "desatenção seletiva" não estou falando de motivos. Estou falando de coisas que se nota mas não se presta atenção... A afirmação mais geral que posso fazer sobre "motivos" envolvidos na desatenção seletiva é a seguinte: Prestamos uma desatenção seletiva a/ou (1) a fim de concentrar o mais possível numa atividade particularmente difícil quando não podemos gastar recursos com coisas não relevantes ou (2) a fim de evitar ansiedade... Certamente nenhum desses motivos pode ser suprimido ou reprimido" (44, p.63).

Porém é também Sullivan quem diz mais adiante: "Embora com certeza eu já observei exemplos de desatenção seletiva que se aproximam intimamente da definição clássica de repressão. Muitas das coisas submetidas a desatenção seletiva estão de tal forma que não podem ser lembradas... No entanto, quando se tenta formular, em termos da minha teoria de desatenção seletiva, o significado provável de algo como repressão, encontramos num extremo a desatenção seletiva, e noutro a dissociação" (44, p.64).

Logo depois, Sullivan continua dizendo: "Prefiro falar de dissociações de tendências importantes, do que o que é algumas vezes chamado de repressão dessas tendências, porque não penso que repressão realmente descreve o que acontece. O que acontece é que a personalidade manifesta essas tendências, mas a conscientização do "eu" nunca, em hipótese alguma, se concentra nos acontecimentos quando essas tendências são manifestadas... Todos nós temos algumas tendências inte-

grativas dissociadas, todos nós temos alguns impulsos que não foram providos com canais razoáveis de desenvolvimento pela cultura... (assim)... existem na realidade certos impulsos que são abafados numa grande medida, muito cedo na nossa educação para sermos seres humanos socializados... (mas)... quando se trata de algo tão essencial para o ser humano quanto uma importante tendência integrativa... esta não vai ficar isolada do desenvolvimento de qualquer estágio de crescimento. Porém, se essas importantes tendências tem pouco lugar na vida socializada, de tal forma, que não obtêm satisfação material nas operações da pessoa consciente, o que ocorre é que nunca são, de modo algum, representadas no "sistema-do-eu". Não existem no "sistema-do-eu" e não necessitam de nenhum mecanismo para afastá-las, uma vez que "nunca" foram parte do "sistema-do-eu". É uma organização separada de processos e vem à tona quando o "sistema-do-eu" não faz sentir sua presença" (44, p.65/66).

A personalidade para Sullivan, portanto, abrange processos conscientes e não conscientes, isto é, aspectos do "sistema-do-eu" assim como aspectos de "desatenção seletiva" e dissociados.

2.1.19 "Dinamismos dissociados"

Assim, os "dinamismos dissociados" existem fora da consciência. São os dinamismos que o "sistema-do-eu" se recusa a conscientizar, uma vez que seu reconhecimento implicaria em alterações muito grandes no "sistema-do-eu".

Vimos que o "sistema-do-eu" não é estático, mas uma configuração de processos dinâmicos e portanto, também se desenvolve, cresce. No entanto, vimos também que a ansiedade tende a excluir a experiência de qualquer coisa que possa corrigir ou modificar a direção desse crescimento, cuja organização representa a influência estabilizadora da experiência passada. Assim, através da, e devido à ansiedade, o "sistema-do-eu" controla o que vai ser conscientizado ou não. No entanto, este controle não é absoluto, isto porque algumas necessidades vitais do organismo mostram-se mais poderosas que as inibições do "sistema-do-eu". Portanto, em circunstâncias especiais, algumas dessas forças dissociadas vão ser integradas no "eu" consciente.⁽¹⁾ Tampouco o que é dissociado é totalmente impedido de se desenvolver, de ser refinado.⁽²⁾

Um outro aspecto é que nem todo dinamismo que ocorre fora da consciência é dinamismo dissociado; há dinamismos, como os hábitos já automatizados, que não estão dissociados, nem são necessariamente conscientes.

Vimos que podemos perceber ou não experiências, formulá-las ou não. Percebemos muita coisa que não formulamos, isto é, que não desenvolvemos idéias claras a respeito, assim como também experimentamos coisas que não nos damos con-

(1) (45, p.268)

(2) (44, p.70)

ta mas que podem ser demonstradas para explicar acontecimentos posteriores.

O "inconsciente" é, pois, tudo o que não pode ser experimentado diretamente, mas que preenche os vazios da vida consciente⁽¹⁾.

Para Sullivan, o "inconsciente" inclui "muito do que é consciente, porém é pré-verbal - muitos elementos aos quais nunca se prestou atenção, de modo que podem ou não haver estado às margens da consciência - algumas experiências das pessoas que não possuem forma alguma de representação dentro do que denominamos consciência e incluem grandes desenvolvimentos que simplesmente foram omitidos no processo de socialização, porém que se manifestam de diferentes modos, como restos de prendas anteriores, de experiências prévias e de formas de condutas anteriores" (46, p.239).

3.1.20 O sono e o relaxamento das "operações de segurança"

Sempre que os dinamismos de segurança se enfraquecem, em situações onde não há necessidade de se estar particularmente alerta, os sistemas dissociados emergem. Isso ocorre quando estamos sonolentos e principalmente quando dormimos. Assim, as tendências dissociadas vão se expressar inadvertidamente em sonhos, fantasias ou chegam às vezes a ser

(1) Sullivan foi, sem dúvida, influenciado pelas formulações freudianas que visam explicar a descontinuidade da vida consciente, embora seu enfoque seja calcado no campo interpessoal (, p.8).

liberadas em situações interpessoais de forma disfarçada⁽¹⁾.

Assim, o sono, embora ele próprio possa ser usado como operações de segurança no sentido de evitar a ansiedade (vide item 2.1.10), pode funcionar também como alívio das operações de segurança, uma vez que o estado de sono implica numa diminuição do perigo que ameaça a nossa auto-estima. "A importância funcional, do ponto de vista psiquiátrico, é que existe um grande relaxamento das operações de segurança. Como resultado disso, muitos desejos não satisfeitos durante o dia - que não podem ser satisfeitos na vida de vigília por causa da ansiedade e das operações de segurança ligadas à elas - são satisfeitos como num "faz-de-conta", por operações encobertas, estratégias simbólicas que ocorrem durante o sono" (47, p.330).

No entanto, assim que acordamos, a censura funciona de forma a não nos permitir lembrar o que foi sonhado, ou antes, o sonho que lembramos não é o mesmo sonho que sonhamos. Essas elaborações para Sullivan são intervenções do "sistema-do-eu" que impede a possibilidade de se utilizar com sentido o relato do sonho⁽²⁾.

(1) Isso é o que Freud denomina "ato falho".

(2) Isso é o que se chama de "elaboração secundária" na teoria freudiana.

No entanto, uma vez que o sonho consiste em operações simbólicas com pessoas imaginárias ao invés de com pessoas reais, as tendências dissociadas não obtêm satisfação real.

Por outro lado, se o "sistema-do-eu" perde a capacidade de controlar a consciência de processos muito primitivos, pode advir uma ansiedade muito grande gerando o pesadelo⁽¹⁾.

Disso tudo podemos concluir que: o "sistema-do-eu" é necessário para impedir a revivência de ansiedades muito primitivas e desorganizadoras; que a capacidade para experimentar a ansiedade continua pela vida afora, mas na medida que a pessoa cresce, ela aprende a evitar situações ansiogênicas; que isso geralmente ocorre sem que a pessoa se dê conta disso.

Assim, a fim de evitar a ansiedade, o "sistema-do-eu" vai utilizar desde formas mais brandas de incapacidade de usufruir da experiência, como na "desatenção seletiva", até formas mais severas, como na "dissociação". Isso vai abranger experiências desnecessárias e experiências necessárias tanto à vida biológica quanto à vida de interação com as outras pessoas.

(1) (44, p.179).

Além disso, essas experiências vão continuar influenciando sobre o comportamento consciente da pessoa sem que esta se dê conta disso, e sem que a pessoa possa controlar essa influência.

Portanto, quanto mais dissociadas forem as experiências do indivíduo, ou seja, quanto mais ele tiver que recorrer às operações de segurança para evitar a ansiedade, mais difíceis se tornam a sua capacidade de aprender com a experiência, a sua capacidade de discriminar a experiência passada da presente e as suas relações interpessoais com os outros⁽¹⁾.

Sempre que as limitações do "sistema-do-eu" intensa e recorrentemente impedem as satisfações biológicas ou a integração de relações interpessoais satisfatórias, dizemos que a pessoa está mentalmente doente.

2.2 O "sistema-do-eu" e a situação terapêutica

Vimos que o "sistema-do-eu" embora ajude a impedir a vinda de uma ansiedade intensa e desorganizadora e como tal possibilita o desenvolvimento e a adaptação, é também o responsável pelas inadequações das relações interpessoais.

(1) Isso também é verdadeiro no que refere aos conteúdos reprimidos na teoria freudiana.

Sabemos também que o "sistema-do-eu" é o principal impecilho para que venhamos a usufruir da experiência no va, já que se opõe a mudanças tanto favoráveis quanto desfa voráveis na pessoa.

Porém, vimos também que a personalidade não se resume ao "sistema-do-eu", mas abrange aspectos de "desatenção seletiva" e aspectos "dissociados", que se manifestam sempre que o "sistema-do-eu" não está atuando.

Finalmente, vimos ainda que toda experiência possui potencialidades corretivas. Além disso, a personalidade, segundo Sullivan, tende em direção à "um estado de saúde mental ou sucesso no ajustamento interpessoal"(45, p.97).

Tudo isso, nos leva a concluir que numa situação terapêutica, de um lado o paciente está lutando por uma melhor participação social e conseqüentemente pela reconstrução de suas relações com os outros, e do outro lado, o paciente opõe uma resistência ao tratamento⁽¹⁾.

Assim, durante o tratamento, "qualquer conceito que carregue juntamente com suas qualidades, algum indício que vai refletir desfavoravelmente, na estima do paciente, provoca "resistência"... "Resistência" é algo que se opõe ao que presume-se poder ajudar" (49, p.219).

(1) Patrick Mullahy: "O sistema-do-eu" opõe uma resistência ao tratamento" (38, p.41).

A fim de melhor explicitarmos esse conceito, se faz mister entender antes os conceitos de "doença mental" e "situação terapêutica" para Sullivan.

2.2.1 A psiquiatria e a doença mental

Para Sullivan, a psiquiatria tem por objeto⁽¹⁾ "o estudo dos processos que envolvem pessoas ou se desenvolvem entre pessoas. O campo da psiquiatria é o campo das relações interpessoais, sob quaisquer circunstâncias nas quais essas relações existam... (uma vez que)... a "personalidade" não pode ser isolada do complexo de relações interpessoais no qual a pessoa vive e existe" (45, p.10). Assim, a psiquiatria torna-se estudo da vida humana ao invés do estudo dos fenômenos patológicos; seu campo são as situações interpessoais nas quais as pessoas manifestam saúde ou desordem mental⁽²⁾.

A doença mental é vista não como algo que o paciente "possui", mas como um "distúrbio nas relações intersoais". As raízes da doença mental, portanto, não estão no tecido do organismo, mas numa realidade transpessoal que requer que estudemos ao mesmo tempo o indivíduo e sua situação vital. Não é um nem outro que estão doentes, mas sua forma de interação⁽³⁾.

(1) Sullivan sofre grande influência de William A. White que vê a psiquiatria como a ciência de todo o humano, dos problemas do homem, tentando retirar as fronteiras entre o normal e o patológico (45, p.10).

(2) Para Adolf Meyer as desordens mentais são padrões dinâmicos, tipos de reações às demandas da vida (45, p.239).

(3) (38, p.135).

Como tal, para Sullivan, a doença mental fica colocada como o resultado de formas inadequadas de interações interpessoais, ou seja, como o resultado de comunicações inadequadas dada a influência que a ansiedade exerce sobre a comunicação e dado o fato de que toda a vez que uma pessoa se relaciona com outra ela está comprometida como uma parte de um campo interpessoal e não como uma entidade isolada.

Disso decorre que "o conhecimento organizado da psiquiatria não deriva de uma classe especial de dados com os quais opera o psiquiatra, mas sim das operações específicas ocorridas em campos interpessoais que incluem o psiquiatra" (45).

O psiquiatra estuda, portanto, os processos interpessoais biológica e culturalmente condicionados que se produzem em situações interpessoais, onde ele atua como "observador-participante".

2.2.2 O psiquiatra como "observador-participante"

O conceito de "observador-participante" é de grande relevância para a técnica analítica. O terapeuta não é visto como um sujeito ativo a fazer algo pelo paciente, me-ro receptor passivo. Aqui, terapeuta e paciente, ou analista e analisando, são participantes de uma mesma relação.

Assim, ao lado da dimensão conceitual de "observador" que permite ao terapeuta o parâmetro interpretativo, está a dimensão vivencial de "participante" sem a qual a relação não seria possível.

Portanto, o terapeuta vai entrar na relação como "observador-participante"; "observador-participante" significa aqui uma só realidade de tal forma que o terapeuta para se constituir como terapeuta não pode prescindir quer do parâmetro vivencial, quer do conceitual. Um permite a explicação, o outro a compreensão.

O psiquiatra, pela própria natureza do seu trabalho, tem que reconhecer que não é ele que faz algo por outra pessoa, mas que ele é "um aspecto de uma transação complexa que tanto o expressa quanto o modifica" (38, p.179) ⁽¹⁾.

2.2.3 A "situação terapêutica" e seus objetivos

A situação terapêutica é antes de mais nada, uma situação interpessoal ⁽²⁾. Segundo Sullivan, implica em algo mais do que a presença de duas pessoas, mas tem a ver com

(1) Ivan Ribeiro: A função do terapeuta é ajudar ao paciente que se encontra à margem da vida a poder usufruir das experiências que a vida lhe oferece, uma vez que a vida, ela mesma, é curativa (comunicação pessoal).

(2) Otto A. Will diz no prefácio de "The Psychiatric Interview" que a situação terapêutica é "um processo de interação... entre pessoas... (e que)... esse interjogo dinâmico de forças está em movimento constante... sugerindo a existência de um equilíbrio... (o qual)... é mantido pelos padrões que estão sempre se alternando do comportamento das partes envolvidas no campo. O processo psicoterápico... pode ser encarado dessa maneira operacional, na qual a pessoa observada pode ser compreendida apenas em termos de sua relação com os outros que a influenciam em seu "espaço-de-vida" ou campo de viver, e em termos do observador que é necessariamente uma parte desse campo. Neste sentido, o estudo da entrevista torna-se um estudo do processo ou da interação dos participantes no campo" (49, p.18).

duas pessoas que estão "envolvidas" uma com a outra e a isso chamamos de "integração"...Portanto, pode-se dizer que a situação de entrevista, ou série de entrevistas, está "integrada" por uma motivação coincidente recíproca de entrevistando e entrevistador" (49, p.52).

Assim, a situação terapêutica cai dentro do princípio geral do teorema da emoção recíproca.

Uma vez que as situações sociais são recíprocas elas também são transformativas.

O processo terapêutico fica, dessa forma, colocado como a reconstrução de todo o meio do paciente, onde o terapeuta é visto como catalizador dos processos em funcionamento do paciente com os outros.

Isso significa que, na situação terapêutica, o paciente revela, em sua maneira atual de se comportar, suas experiências em campos interpessoais passados.

A situação terapêutica visa, pois, uma reorganização do meio do paciente supondo um gradual aumento da consciência de suas relações interpessoais. Assim, a terapia tem como objetivo propiciar uma relação interpessoal, que seja corretiva das distorções da realidade produzida pelas personificações do paciente tanto de si como dos outros. Já que, como vimos, a noção do "eu" se forma em função da alteridade, também as modificações das personificações do "eu" e dos outros vão ocorrer concomitantemente.

Além disso, a situação terapêutica vai permitir uma maior conscientização dos dinamismos básicos de contato interpessoal.

Em suma, através do processo terapêutico, o paciente expande ao mesmo tempo sua consciência de si e sua consciência do outro, aprendendo a se relacionar mais construtivamente com os que cercam.

No entanto, essas modificações não ocorrem facilmente devido à resistência à mudanças do "sistema-do-eu".

2.2.4 A expansão do "sistema-do-eu" na situação terapêutica

Vimos que a relação atual com o terapeuta vai ser influenciada por ansiedades e dinamismos provenientes das relações prévias com as pessoas. À isso, chamamos de distorções paratáxicas⁽¹⁾, donde implicam num nível de comunicação não percebido claramente.

Com o decorrer da terapia, espera-se que aos poucos, parte das distorções paratáxicas, das quais o paciente investe o terapeuta, vão se dissolvendo (embora nunca sejam completamente abolidas) e se transformem em sintaxia.

Para que tal ocorra, necessário se faz a reconstrução de uma série de situações que possibilitem a expansão

(1) Otto A. Will diz: "Tais distorções chamamos de transferência ou contratransferência dependendo de sua referência ao paciente ou ao terapeuta" (49, p.9).

são do "sistema-do-eu" e a inclusão de experiências antes excluídas.

Nas palavras de Sullivan: "A resistência do "sistema-do-eu" à mudanças como resultado da experiência é em grande parte a razão porque na terapia, achamos proveitoso pensar em termos de operações terapêuticas complexamente organizadas, bastante prolongadas, pelas quais construímos gradativamente uma série de situações que requerem que o "sistema-do-eu" se expanda, isto é, que inclua experiências, que não haviam anteriormente, por causa da "desatenção seletiva" ou coisa semelhante, tido qualquer efeito material na susceptibilidade do paciente para a ansiedade em determinadas situações interpessoais" (47, p.191).

Uma pessoa só tem informações sobre suas próprias experiências na medida em que as formula ou tenta comunicá-las a outrem. "Muito do que consideramos inconsciente é "não-formulado". Assim, os processos não-verbais por sua natureza altamente autista, não revivem a experiência de forma a poder submetê-la à validação consensual. Portanto, podemos dizer que quanto mais corrigida a experiência sintática, maior a possibilidade de um relacionamento interpessoal satisfatório" (45, p.46).

Com a terapia, espera-se que o paciente expanda, pois, o seu "sistema-do-eu", a fim de se reconhecer o mais possível a mesma pessoa se comportando consigo mesmo e se comportando com os outros (45, p.117).

No entanto, a expansão do "sistema-do-eu" implica num aumento da capacidade de suportar alguma ansiedade.

Assim, um dos principais problemas na terapia é o de facilitar a entrada na consciência do paciente, de certos dados de relevante importância que estariam associados à ansiedade, ansiedade esta que antes haviam impedido a conscientização de tais dados. Por esta razão havia uma tendência por parte do paciente a não perceber esses dados (desatenção seletiva).

Portanto, é necessário tornar a pessoa capaz de aguentar alguma ansiedade a fim de capacitá-la para observar experiências até então ignoradas ou mal interpretadas.

Poderia se supor que considerando que o paciente sofre em decorrência de suas dificuldades interpessoais, a exploração de novas formas de relacionamento fosse tentador. Porém, isso não acontece, porque todas as satisfações que a pessoa já teve ocorreram também dentro desse "eu" familiar por mais rígido que seja ele. Assim, o paciente se defronta com a perspectiva de desistência de satisfações que conhece por outras que desconhece ou que não sabe se vai conseguir. Também a fim de mudar é obrigado a enfrentar o desconforto imediato daquelas áreas que são altamente carregadas de ansiedade. Portanto, por mais que necessite mudar, já que seus padrões de viver são inadequados, o "sistema-do-eu" do paciente o impele a permanecer como é

As operações de segurança do paciente que atualmente complicam suas relações com os outros, outrora foram uma adaptação natural (o melhor que podia fazer para lidar com a situação). No entanto, a dificuldade em discriminar o passado do presente não lhe permite lidar diferentemente com a situação atual.

Com o decorrer do tratamento, porém, vai ser possível reconhecer que certos recursos que antes, em determinadas circunstâncias, tiveram de ser utilizados ou evitados, agora já não são mais necessários.

Assim, o crescimento para o paciente significa tentar experimentar em situações adequadas, sistemas motivacionais que haviam sido dissociados.

Uma vez que as desordens do paciente tem sua origem em suas relações interpessoais precoces, a "cura" vai implicar em situações interpessoais especialmente facilitadoras, que propiciem a expansão do "sistema-do-eu".

Para Sullivan, "quanto maior a proporção de sistemas de energia numa personalidade que atuem exteriores à consciência da pessoa, tanto maior a possibilidade da pessoa enfrentar crises em relações interpessoais numa forma que não se pode chamar de saudável" (45, p.47). A recíproca também é verdadeira.

No entanto, embora existam aspectos do "sistema-do-eu" que tendam a perpetuar uma maneira insatisfatória de viver, isto, de modo algum, faz com que o "sistema-do-eu" seja

algo a ser lamentado.

2.2.5 A capacidade de alerta na situação terapêutica

Vimos que, na medida em que o "sistema-do-eu" se desenvolve, este tende a influenciar e até controlar a direção de seu próprio crescimento. Com isto, "as operações de segurança na verdade impedem o paciente de ter acesso a experiência que lhe remediaria* essas deficiências de vida precoce que inicialmente deram origem às operações de segurança" (49, p.142).

Por outro lado, vimos que o terapeuta vai entrar numa relação interpessoal com o paciente. Nela o paciente vai revelar os dinamismos básicos de seus contatos interpe-soais, que resultam de experiências passadas.

O terapeuta ao mesmo tempo que participa desse campo interpessoal, também observa.

O resultado de sua observação vai ser transmitido ao paciente sob a forma de interpretação. A finalidade dessa interpretação é capacitar ao paciente de se dar conta de experiências que antes não eram notadas ou compreendidas, devido a necessidade de evitar a ansiedade.

Por outro lado, a observação do terapeuta também é função de sua capacidade de alerta. Assim, o terapeuta necesita estar sempre alerta para o novo, o não esperado.

O analista, portanto, é aquele que desenvolveu sua capacidade de alerta e liberdade para formular processos in-

terpessoais. Supõe-se que tenha menores inibições na alerta das configurações interpessoais das quais participa.

No entanto, também possui inibições. Seu "sistema-do-eu" não só lucra com a experiência como também tende a resistir à mudanças.

Assim, o processo terapêutico enquanto expande o "eu" do paciente, expande também o "eu" do terapeuta; ambos se transformam.

Assim, também o processo terapêutico enquanto é inibido pelo "eu" do paciente, também o é pelo "eu" do terapeuta e ambos resistem.

Portanto, pode-se dizer que a interpretação do analista "será guiada por seu conhecimento e habilidade... (os quais)... dependerão parcialmente da própria elaboração automática e espontânea da sua própria experiência, e parcialmente da elaboração subsequente de colegas do mesmo campo e de campos afins... (No entanto), a própria alerta... (do analista)... na ocasião, quanto ao papel que ele assume na ocasião, fixa o limite do que ele observa... (assim)... sua alerta na situação terapêutica da qual ele participa, na qual ele está integrado com o paciente será determinada pelo seu próprio "sistema-do-eu" (45, p.149).

3. O CONCEITO DE CAMPO COMO UTILIZADO NA PSICOLOGIA PELA TEORIA DA GESTALT E POR KURT LEWIN

O conceito de campo tal como utilizado em psicologia, primeiramente pelos gestaltistas e posteriormente por Lewin é análogo ao conceito de campo da física.

Com a finalidade de clarificar esse conceito vamos falar de sua evolução na física. A intenção aqui não é de justificar o emprego do conceito de campo em psicologia, mas apenas de exemplificá-lo no sentido de possibilitar uma melhor compreensão do mesmo.

3.1 O conceito de campo na física

Na física, Isaac Newton explicou os movimentos dos corpos em termos da atração dos mesmos, ou seja em termos da ação a distância desses corpos entre si. Essa mesma forma de explicação em termos de ação temporal e a distância se manteve para as leis de atração e repulsão magnética.

Com Michael Faraday e Clerk Maxwell surge a necessidade de explicar e medir as forças elétricas e magnéticas através de propagação direta, ou seja, através dos processos que teriam lugar nos meios que os separam, que são o espaço e o tempo.

Faraday e Maxwell introduzem com isso a concepção de campo na física.

Segundo Maxwell a idéia do todo é tão primitiva

quanto a de um objeto tomado isoladamente.

Faraday considera o espaço inteiro "como um campo de forças onde as linhas de forças são geralmente curvas; aquelas que são devidas a um corpo se estendem em todos os sentidos a partir desse corpo e sua direção é modificada pela presença de outros corpos"... assim... "todo campo do espaço é cheio de linhas de forças no qual o arranjo depende do arranjo dos corpos no campo, e que a ação mecânica ou elétrica que se exerce sobre cada corpo é determinada pelas linhas que o ligam" (22, p. 58).

Assim, a noção de espaço vazio é substituída pela noção de sistemas gravitacional e eletro-magnético. Esses sistemas (campo), vão determinar o comportamento de um corpo, dada sua constituição particular. Por outro lado, a partir do conhecimento de um corpo e da observação do campo, pode-se deduzir as propriedades do campo.

"De modo que campo e conduta de um corpo são correlacionados. Como o campo determina a conduta dos corpos, esta conduta pode ser utilizada como indicadora das propriedades do corpo. A conduta do corpo... não significa somente seu movimento com respeito ao campo, mas se refere também à mudança que experimenta o corpo" (27, p. 61).

Portanto, a noção de campo implica na totalidade dos fatos coexistentes concebidos como mutuamente interde -

pendentes, formando um todo, ou seja, uma estrutura. (1)

3.2 O conceito de campo na Teoria da Gestalt

A teoria gestaltista está relacionada tanto a conceitos descritivos quanto a conceitos explicativos. Os conceitos descritivos se servem da fenomenologia.

A tese gestaltista se refere a existência de totalidades que não se resumem a soma de suas partes. (2)

(1) Edward Madden fala de dois sentidos da palavra "campo". Um, como um "sistema de correlações" (interdependência das partes), outro, no que se refere a teorias que trabalham com um meio de distribuição contínua ("continuously spread medium"). Segundo Madden, um esquema processual é chamado de "campo", no segundo sentido, quando esse sistema é definido como função que se distribui continuamente pelo espaço. Em psicologia, esse espaço seria o espaço psicológico, e não certamente o físico (7, p.565).

(2) A atmosfera do pensamento que antecede o movimento gestaltista está impregnado da noção de totalidades orgânicas. A reação filosófica ao elementarismo associacionista aparece principalmente com W. James, H. Bergson, e W. Dilthey.

William James já concebe a percepção como um todo global e não como a soma de elementos. De forma análoga, a consciência não seria uma soma de percepções isoladas, mas o resultado de um fluxo contínuo e ininterrupto de experiências. Henri Bergson também concebe a consciência como fluxo contínuo e ininterrupto, sendo que não há dois estados de consciências iguais, uma vez que a consciência é um puro devir qualitativo e heterogêneo. Para Wilhelm Dilthey, o fenômeno psíquico é pura temporalidade; não é substância, mas sim significado. Assim, a psicologia deve ser compreensiva e não explicativa. A análise psicológica deve abranger as relações da parte com o todo, ao invés de tomar os elementos isoladamente. O que nós é dado é a experiência imediata, isto é, a vida psíquica em seu conjunto estrutural, donde o comportamento do indivíduo tem que ser interpretado em função da totalidade do psiquismo do indivíduo em questão (23).

Também é de relevante importância o pensamento de Franz Brentano. Esta diferencia entre o fenômeno físico e o fenômeno psíquico. O fenômeno psíquico, diz Brentano, é intencional, isto é, pressupõe um objeto para o qual ele se dirige enquanto que o fenômeno físico se auto-contém, isto é, não precisa referir-se a outros objetos para existir.

A influência do todo sobre as partes se faz presente ainda em John Dewey, que propõe um enfoque molar do comportamento; este é visto como uma coordenação total com a finalidade de adaptar o organismo ao meio.

3.2.1 Início do movimento gestaltista

O movimento gestaltista se inicia com a preocupação de que certos conjuntos não podem ser explicados meramente pela soma de suas partes. (1)

Christian von Ehrenfels, a fim de mostrar que uma estrutura é mais do que a soma de seus elementos, concebe a noção de "Gestalt qualitatem", isto é, qualidade da forma. Embora essas qualidades dependem dos elementos organizados num certo padrão, elas não são inerentes a esses elementos, sendo antes experimentadas de um modo imediato. Essas qualidades podem ser "transportadas", isto é, levadas a elementos diferentes e mesmo assim se conservam. Desde que as relações se conservem as mesmas, podemos mudar os elementos que a forma permanece. Assim, a melodia para Ehrenfels além dos elementos (notas), teria uma sensação correspondente a qualidade da forma (isto é, propriedade que a forma teria enquanto forma). Aqui a forma seria um novo elemento. (2) A sensação total resultaria na soma desses elementos mais um novo elemento que daria a sensação de forma. A resposta de Ehrenfels não consegue, pois evitar o elementarismo, embora ele chame a atenção para o perigo da análise extrema distituir o fato de seu significado.

(1) Essa preocupação já se encontrava na Psicologia desde o princípio de sínteses criadora de Wundt como na química mental de Stuart Mills com a idéia de que novas características podem emergir da combinação de elementos no todo. (23)

(2) O físico Ernst Mach postula a existência de dois novos tipos de sensação (a sensação de forma espacial e a sensação de forma temporal) que independeriam de seus respectivos elementos. Tanto Mach quanto Ehrenfels, permanecem, porém, numa posição elementarista. (23)

3.2.2 A escola de Graz

Na escola de Graz para Alexius Meinong, Witalisck e Vittorio Benussi a forma é vista como uma abstração intelectual (não mais um elemento), abstração esta a partir dos elementos. A forma é, portanto, uma construção. Assim captamos sensações e produzimos uma percepção. Desta forma, a estrutura temporal e espacial seria resultante do percebedor, donde subjetiva.

3.2.3 A escola de Leipzig

A escola de Leipzig com Felix Krueger e Johannes Volkelt, defende o caráter estrutural dos fenômenos psíquicos. Segundo essa escola, a forma primitiva de uma Gestalt é um sentimento. Apenas os fenômenos psíquicos possuiriam organicidade e significação. Aqui o sujeito seria o responsável pela captação da forma, embora não de um modo intelectual, mas sim emocional.

3.2.4 A escola de Berlin

A escola de Berlin, com Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler, vai afirmar que a organização depende não apenas de condições subjetivas, como também de condições objetivas.

Max Wertheimer estuda o "phi-fenômeno", ou seja, a percepção de movimento resultante de uma série de estímulos imóveis entre os quais existe uma certa relação no tempo e no espaço. A observação desse movimento aparente con -

duz as seguintes conclusões: Primeiramente, vemos que já que existe necessidade de conservar certas relações espaço-tempo_{ra}is, a forma não pode resultar das partes tomada isoladamen_{te}. Estamos pois orientados para um todo e não apenas para as partes. A forma é antes uma estrutura. O dado está em si mesmo estruturado (Gestalt) em graus variáveis; consiste em to_{dos} mais ou menos estruturados e em processos globais, com suas propriedades e leis do todo, tendências características do todo e determinações das partes pelo todo. As peças aparecem como partes no processo global. Em segundo lugar, essa observação nos leva a diferenciar elemento de parte. As propriedades dos elementos independem da realidade à qual eles pertencem, enquanto que a parte ^é decorrente da própria totalidade a qual pertence. Dessa forma, a parte num todo é algo distinto da parte tomada isoladamente ou enquanto em outro todo, devido as propriedades que a parte deve ao seu lugar e à ^{seu} função no todo. A terceira questão que se levanta, é a da realidade psicológica do movimento aparente. Do ponto de vista psicológico, tanto o movimento aparente como o movimento real são "reais". Isso porque só temos acesso a realidade psicológica; a realidade física não nos é dada, mas sim construída. Só podemos falar de dado imediato quando no plano da consciência. Tampoco faz sentido falarmos de percepção ilisória no plano psicológico, mas apenas no plano filosófico ou físico, ao qual não temos acesso direto. Ora, já que só temos acesso ao dado psicológico e deste ponto de vista ambos os movimentos "real" (físico) e "aparente" são idênticos e

já que qualquer movimento percebido pode ou não ter realidade física, então podemos dizer que o movimento "real" (físico) é antes um caso particular de movimento.

Wertheimer, portanto, caracteriza a percepção como uma estrutura. Assim o fenômeno perceptivo é holista, ou seja, é uma unidade orgânica individualizada no espaço e no tempo. (1) É também dinâmico, já que está constantemente se reestruturando. Além disso é transportável, já que pode conservar-se o mesmo quando mudamos seus elementos. Uma outra característica do fenômeno perceptivo, é ser seletivo sendo percebido diferentemente de acordo com o percebedor. (2) Dessa forma a Gestalt é uma realidade dinâmica entre percebedor e percepto.

Para a escola de Berlin os fatos psíquicos são formas (unidades orgânicas) que se individualizam e se limitam no campo espacial e temporal. Além disso o fenômeno psíquico é irreduzível ao fenômeno físico.

Köhler fala do sentido duplo da palavra Gestalt em alemão que tanto conota "forma - atributo das coisas", quanto "forma - entidade concreta", que pode ter a forma co-

(1) Rubin introduz a noção de "figura e fundo" na percepção. São percebemos a figura em relação ao seu fundo e alterações no fundo levam a alterações na figura. Assim a identidade torna-se função do lugar das partes no todo e só pode ser entendida em termos de relações estruturais. (23).

(2) A consciência, segundo William James já era vista como um fluxo dinâmico, global e seletivo. (23) Também Freud ressaltava a atividade do sujeito no fenômeno perceptual, mostrando que a maneira de perceber a realidade é sempre expressiva do percebedor.

mo uma de suas características. Gestalt é empregada por ele nesse último sentido. A psicologia gestaltista enfatiza os acontecimentos que se distribuem como todos funcionais. Forma aqui é atributo das entidades que sobressaem. Como tal é dada e não construída. Logo não é resultante da aprendizagem.

Segundo Köhler a forma pode ou não está presente na experiência. No entanto se as entidades nos são apresentadas com uma determinada forma, isso não se dá devido unicamente às experiências anteriores, mas sim porque as outras experiências já teriam a forma em questão. Assim, não se pode atribuir à memória toda a organização da percepção, já que a memória não pode fornecer à nova experiência senão o que já existe. Em vista disso a memória não pode organizar novas experiências podendo apenas intervir quando uma experiência antiga mais organizada age sobre uma atual menos organizada.

Köhler afirma também que o organismo ao invés de reagir à estímulos locais independentes, responde antes à um padrão de estímulos, sendo essa resposta também um processo unitário, que leva à uma experiência sensorial global antes que a um mosaico de sensações locais. O gestaltismo é contra a hipótese da constância para qual a realidade significa uma conexão fixa entre a captação cerebral e a estimulação periférica. A hipótese da constância não explica, como percebendo uma pessoa de diferentes ângulos podemos iden

tificá-la como a mesma.

A fim de explicar sua teoria gestáltica neurológica e psicológica, Köhler nos remete ao conceito de auto-distribuição dinâmica da física.

Köhler distingue entre os fatores topográficos e os fatores dinâmicos de um sistema físico. Os fatores topográficos são as características do sistema que restringem o processo, enquanto que os fatores dinâmicos são as forças ou outros fatores inerentes ao próprio processo.

Embora em todos os sistemas as características topográficas exerçam algum efeito coercitivo sobre a dinâmica do processo, esse efeito varia consideravelmente dependendo do sistema. O caso extremo dessa influência seria um sistema no qual as condições topográficas fossem de tal forma limitantes, que admitissem apenas uma possibilidade ao processo. Nesse caso a dinâmica seria decorrente de uma imposição topográfica.

Frequentemente, a ordem no plano psicológico é explicada, quer em termos de hereditariedade, quer em termos de aprendizagem, i.e. condições topográficas inatas ou modificações dessas condições pelo ambiente. Köhler levanta a hipótese de que nem uma nem outra por si só dariam conta dessa ordenação. Segundo ele a experiência sensorial já estaria organizada em entidades específicas que percebemos como um todo. Portanto já captamos um campo sensorial organizado, embora essa percepção depende também do sujeito que

percebe.

Assim segundo Köhler inatos e adquiridos "referem-se a condições de um processo; o processo é um fato dinâmico, nem inato, nem adquirido".

Para Köhler, a natureza da experiência sensorial não pode ser explicada só pelas condições anatômicas do sistema, mas sim por seus fatores dinâmicos (livre interação).

Isso parece também ser verdadeiro para os fatos físicos, segundo Köhler. Na física observa-se que a interação dinâmica dentro de um sistema tende ao estabelecimento de distribuições ordenadas desde que não sofra interferência externas.

Nas transposições de Ehrenfels há necessidade que as relações se conservem as mesmas. Além disso, essas transposições são percebidas por animais inferiores e também ocorrem em sistemas físicos. Assim, um sistema de forças de distribuição dinâmica não se altera se todas as forças diminuírem ou aumentarem na mesma proporção. Vemos pois que o que explica a transposição é antes o conceito de auto distribuição dinâmica.

Wertheimer fala de isomorfismo, isto é, uma teoria segundo a qual os processos fisiológicos possuem a mesma forma que os processos psíquicos, isso também sendo verdadeiro para os fatos físicos.

Assim, Köhler vai falar de formas físicas e formas fisiológicas.

As formas fisiológicas implicam em que a sensação determina um campo de excitação e a condução também se dá de forma gestáltica, e determina toda uma área. O sistema nervoso funciona como um todo integrado e não em partes individualizados. É isso que permite o fenômeno da equipotencialidade, i.e. a possibilidade de certas áreas afetadas serem passíveis de substituição por outra em sua função. (1)

Tanto a escola de Graz como a escola de Leipzig aceitam a idéia de Gestalt apenas para o plano psicológico e não para o plano físico e fisiológico.

Os gestaltistas, embora admitam a existência de certos fatos físicos cujas partes são independentes entre si, postulam a existência também de outros fatos físicos cujas partes não permanecem idênticas, nem conservam as mesmas propriedades quando separadas desse todo.

(1) Karl S. Lashley faz experimentos que o levam a formulação das leis de equipotencialidade e da ação da massa. Essas exprimem que no processo de aprendizagem há a participação de toda a massa do sistema nervoso e se uma parte do sistema é lesado as partes restantes são equipotenciais para assumir a atividade que originalmente seria devida a essa área. O grau de detereoração é proporcional a quantidade de tecido cerebral lesado (extensão) mas independente da área de cortex afetada (local). Hans Driesch também constata em seus experimentos que outras células assumem a função de células removidas. Paul Weiss, por sua vez, conclui com suas experiências que não há correlação entre a periferia e a cortex assim como não há conexão anatômica rígida e constnate entre as partes do sistema nervoso. Por outro lado Spearman e Weiss falam do embrião em seu crescimento ser governado por uma estrutura de campo definida, onde cada célula depende de sua localização e das formas que agem sobre elas, tornando-se assim expressão do seu meio. (38).

As formas físicas dizem respeito a possibilidade dos fatos físicos reagirem uns sobre os outros dentro de certas condições espaciais e temporais.

Quando aproximamos dois corpos isolados de tal forma que sua estrutura se modifica "por influência" uma da outra, chega-se a uma nova estrutura, isto é, uma forma única. Quando se afastam, chega um momento em que cada um readquire sua estrutura própria. Assim, as condições de proximidade no espaço e no tempo vão determinar a possibilidade das partes reagirem uns sobre os outros, formando ou não um todo.

Assim os gestaltistas vão distinguir entre "formas fracas" e "formas fortes".

Nas formas fortes, as partes sofrem integralmente a influência do todo enquanto que nas formas fracas, as partes conservam sua autonomia.

Segundo Köhler, as condições para um sistema ser considerado como um todo é de que as disposições totais das formas no sistema, em relação umas às outras, sejam de um certo tipo definido. "Assim, um circuito elétrico é um sistema físico precisamente, porque as condições que prevalecem em qualquer ponto dado são determinados pelas que regem em todas as outras partes do sistema. Contrariamente, um grupo de circuitos elétricos, completamente isolados uns dos outros constitui um complexo de sistemas singulares e independentes. Esse complexo somente é um "todo" na mente

de quem quizer pensá-lo como tal; de um ponto de vista físico é apenas a soma de entidades independentes" (36, p.284). Aqui é que se encaixaria a concepção gestaltista da escola de Graz.

Koffka preocupa-se com as dimensões gestálticas, psicológicas e sociais. Preocupa-se também com a explicação em psicologia. Citando Wertheimer, Koffka diz que não podemos sacrificar em psicologia nem os "princípios da ciência", nem do "significado". Para Wertheimer "explicar" e "compreender" são duas maneiras idênticas de tratar o conhecimento. Segundo Koffka, "recorrer a categoria de causa e efeito significa descobrir que partes da natureza pertencem como partes a todos funcionais, descobrir sua posição nesses todos, seus graus de independência relativa e a articulação de todos maiores em subtodos" (27, p.39).

Koffka aplica o conceito de campo à psicologia. Para tal distingue inicialmente entre meio geográfico e meio comportamental (ou fenomenal). O primeiro é o meio enquanto considerado em suas características físicas ao passo que o segundo é o meio enquanto considerado em suas características fenomênicas, isto é, enquanto afetando o indivíduo.

No entanto, Koffka faz uma distinção entre meio comportamental e campo psicológico⁽¹⁾. O campo psicológico é mais amplo abrangendo não apenas o meio comportamental como ainda outros determinantes tais como ações reflexas, hábitos e determinantes inconscientes e subscientes.

(1) A nosso ver não caberia uma comparação entre o meio comportamental e o campo psicológico, já que se trata de dois níveis diferentes de teorização. O meio psicológico diz respeito ao nível descritivo (dato vivencial) enquanto que, o campo psicológico diz respeito ao nível explicativo (constructo).

Koffka vê como enorme contribuição o isomorfismo de Wertheimer. Os processos fisiológicos tem que ser considerados enquanto molares e não moleculares. A física também é uma ciência molar e sua ênfase encontra-se cada vez mais deslocada para o estudo de campos de força. De forma análoga, nas ciências sociais também os seres humanos são realidades, como ainda sua linguagem, sua arte, sua história etc.

Assim, os processos fisiológicos são afins dos processos psicológicos.

De acordo com Wertheimer: "Qualquer consciência real não somente está estritamente enlaçada com seus correspondentes processos psicofísicos, mas como também é afim a eles em suas propriedades estruturais"... assim.., "os movimentos dos átomos e moléculas no cérebro não são fundamentalmente distintos dos pensamentos e sentimentos, mas são, ao contrário, em seus aspectos molares, considerados processos em extensão, idênticos" (27, p. 83)

Koffka propõe, então, a introdução do termo "campo psicofísico" incluindo nele tanto sua natureza fisiológica quanto sua relação com a experiência direta (consciência no sentido fenomenal).

Assim para aplicar o conceito de campo em psicologia há necessidade de fazer uma descrição do campo psicológico ou antes psicofísico (propriedades topográficas) num dado momento, e das forças atuantes nele naquele momento (propriedades dinâmicas).

3.3 O conceito de campo em Kurt Lewin

Faz-se necessário distinguir entre a utilização por Kurt Lewin do conceito de "campo" e a construção de sua Teoria de Campo.

3.3.1 Teoria de Campo

A Teoria de Campo não é uma teoria no sentido usual do termo mas sim uma meta teoria. Como diz Lewin, ela "é melhor caracterizada como um método, isto é, um método de analisar relações causais e criar construções científicas" (33, p. 51). Como tal, diz respeito não ao mundo dos dados, mas às condições metodológicas e conceituais prévias para qualquer ciência em geral e para a psicologia em particular. (1)

3.3.2 O conceito de campo

O conceito de "campo" no entanto, tal como empregado na concepção de "campo psicológico", é análogo à noção de "campo" dos gestaltistas e à noção de "campo" da física. Neste sentido, campo consiste na totalidade dos fatos coexistentes concebidos como mutuamente interdependentes.

(1) A Teoria de Campo diz respeito: 1 - ao fato de que qualquer acontecimento resulta de múltiplos fatores interdependentes. 2 - à necessidade de formular uma construção teórica que confira significado ao dado científico. 3 - à necessidade da utilização de conceitos genéticos condicionais. 4 - à representação matemática desses conceitos, e sua operacionalidade. 5 - à formulação de leis ou seja à um conjunto de afirmações gerais sobre a natureza das condições de mudanças. 6 - à necessidade da análise em termos estruturais e não elementaristas.

Dessa forma, "campo" implica numa dimensão temporal e espacial, qualquer que seja ela.

Campo implica também numa concepção dinâmica da realidade no sentido de se conceber a realidade em constante reestruturação.

A noção de campo implica ainda num abandono de uma "concepção linear de causa e efeito" em favor de uma "concepção estrutural de causalidade". Assim as causas de um fenômeno não vão mais ser buscadas numa associação entre dois fatos dizendo-se que o primeiro foi a causa do segundo; uma vez que qualquer fenômeno depende de um todo extenso, implica em si esse todo, donde a causa de um processo tem que ser visto como as vinculações das partes com o todo.

Portanto, o estudo de um fenômeno não pode mais ocorrer, tomando-se este fenômeno isoladamente, mas tem que ser função de suas relações e condições de interação num dado momento.

Em outras palavras, uma vez que reconhecemos que um acontecimento é sempre resultante de numerosos eventos, importa não mais subtrair um fato de uma situação, mas sim descobrir os fatores determinantes de estrutura dinâmica total circundantes que se acham mais evidentes: assim se faz necessário nos referirmos ao conteúdo concreto de uma situação específica.

3.3.3 Campo psicológico

A psicologia, segundo Kurt Lewin, se defronta com a impossibilidade de estudar a pessoa independentemente do seu meio. Isso porque pessoa e meio são realidades interdependentes.

O comportamento, para Lewin, é função do "espaço de vida". Espaço de vida é a totalidade dos fatos que determina o comportamento de um indivíduo num determinado momento e abrange a pessoa e o seu meio. Esse meio é o meio enquanto afetando a pessoa, ou seja, o meio psicológico da pessoa.

Lewin se preocupa em estudar não apenas "a estrutura do espaço de vida" (através de uma psicologia topológica), como também "a dinâmica desse espaço de vida" (através de uma psicologia vetorial). O espaço de vida quando concebido dinamicamente é um "campo psicológico".

A psicologia topológica vai se preocupar com a "descrição" do fenômeno psicológico, i.e. com a estrutura do espaço de vida.

A psicologia vetorial se preocupa com a descrição e com a explicação desse fenômeno, i.e. com a dinâmica de "espaço de vida".

3.3.3.1 A psicologia topológica do espaço de vida

A fim de representar descritivamente o espaço de vida, Lewin se vale da topologia. A topologia é um ramo não quantitativo de matemática que trata das relações espaciais que podem ser estabelecidas em termos de "parte" e "todo" (22, p. 66). Assim, a esses conceitos puramente matemáticos Lewin vai coordenar conceitos psicológicos constituindo sua psicologia topológica.

Entre os conceitos da psicologia topológica temos os de:

"Região psicológica" - Tudo o que se caracteriza como uma parte do espaço de vida. Portanto a pessoa é uma região do espaço de vida, no qual ela ocupa uma posição e se locomove. O espaço de vida considerado como um todo também é uma região psicológica.

"Locomoção psicológica" - Qualquer mudança de posição ou de estrutura do espaço de vida, Topologicamente, uma locomoção implica numa reestruturação de todo o espaço de vida.

"Região conexa" - Espaço de movimento livre numa região. A estrutura topológica de uma região pode ser determinada por referência a locomoção que nela ocorre; isto é o que se chama de espaço de movimento livre. Em oposição temos o conceito de "regiões não-conexas". Por outro lado esse espaço de movimento livre pode ser representado por uma "região de conexão simples" ou por uma "região de conexão múltipla".

"Fronteiras das regiões psicológicas" - Constitui-se pelos pontos da região para os quais há uma circunvisi-nhança que não pertence inteiramente à região. Quando essa zona de fronteira não é bem determinada chamamos de "zona de qualidade indeterminada".

Um outro importante conceito, é o de mudanças es-
truturais" que se traduzem em termos de "diferenciação" "in
tegração"é "reestruturação".

Essas mudanças na estrutura do espaço de vida de-
pendem de fatores dinâmicos que vão permitir uma maior ou
menor locomoção. A locomoção está ligada ao grau de resis-
tência que as fronteiras oferecem, donde fluidez, elastici-
dade e plasticidade se referem aos aspectos dinâmicos des-
sas mudanças estruturais.

Vemos pois, que aos conceitos topológicos se faz
necessário acrescentar conceitos dinâmicos a fim de não apenas
"descrever", mas também "explicar" o espaço da vida. Esses
conceitos dinâmicos vão conduzir à uma psicologia vetorial.

3.3.3.2 A psicologia vetorial do espaço da vida

A psicologia vetorial visa explicar o comportamen-
to em termos de forças psicológicas, ou seja, vê o comporta-
mento como resultante de um campo de forças.

O conceito de "força psicológica" está diretamen-
te ligado a causa do comportamento. Portanto, dinamicamente
o espaço de vida é determinado pelas forças operando dentro

dele.

As propriedades dinâmicas são "constructos" e como tal se referem à uma teoria subjacente que lhes confira significado. Portanto, "força" é um conceito dinâmico que designa fatos que não são observáveis, mas relaciona observáveis. Consequentemente depende de uma teoria onde signifique algo. No entanto, as propriedades conceituais do "constructo força" são idêntica para as diversas teorias. Como tal, Lewin utiliza o constructo força, com suas propriedades conceituais, no caso, direção, intensidade e ponto de aplicação, e vai aplicar a noção de "força psicológica" ao espaço de vida. Assim força psicológica numa determinada região do espaço de vida (ponto de aplicação) é a direção e a intensidade da tendência a locomoção.

Uma locomoção atual está relacionada ao conjunto de forças atuando naquele determinado momento. A estrutura do espaço de vida determina as possibilidades de uma locomoção, mas a ocorrência dessas mudanças dependem de um conjunto de forças psicológicas.

A estrutura do espaço de vida se refere às posições relativas das diferentes partes entre si, mas as mudanças nessa estrutura dependem de fatores dinâmicos tais como fluidez e elasticidade, que vão possibilitar uma maior ou menor locomoção.

Assim, a facilidade de mudança vai ser função dos

diferentes graus de fluidez do campo psicológico, ou seja, quanto mais fluida uma situação menor a força necessária para produzir mudanças.

Lewin utiliza também o conceito de valência. Valência é a característica que uma determinada região do espaço de vida possui de atrair ou repelir em função do estado de tensão. É a valência que dá a direção à locomoção. A valência não é uma força; no entanto "valência positiva" corresponde à um campo de forças no qual todas as forças estão voltadas na direção de uma mesma região (campo de forças central positivo); "valência negativa" corresponde à um campo de forças voltadas na direção oposta a uma mesma região (campo de forças central negativo).

O conceito de "barreira", significa uma resistência à locomoção. Essa resistência pode ser representada por uma força contrária à locomoção. A direção das forças relativas à uma barreira é equivalente a direção das forças correspondentes à uma valência negativa. (22, p. 119)

Assim, pode-se dividir as forças em dois tipos: forças impulsoras (que provocam a locomoção) e forças frenadores (que impedem ou dificultam a locomoção). As forças impulsoras podem ser classificadas conforme sua origem em: pessoais (correspondem às necessidades do próprio indivíduo), induzidas (correspondem aos desejos de outras pessoas) e impessoais (determinadas pelo contexto social).

Lewin postula a existência de um estado de equilíbrio entre indivíduo e meio de tal forma que sempre que haja um afastamento do nível de energia para além do nível ótimo, num sistema de tensão (necessidade) surge uma tendência atingir um novo estado de equilíbrio (locomoção). Isso, segundo Lewin, é uma característica de todos os processos psíquicos, sendo análogo aos processos biológicos, físicos e sociais.

Dessa forma, à uma necessidade psicológica corresponde um estado de tensão da região interna da pessoa, de tal forma que sua satisfação corresponde à diminuição da tensão desse sistema. Tensão, por sua vez, corresponde a um estado de um sistema que tende a se igualar ao estado dos sistemas vizinhos. Um sistema é pois uma região considerada em relação ao seu estado de tensão.

A persistência de um estado de tensão implica numa estabilidade dinâmica do sistema e decorre da pouca fluidez do meio.

A valência de uma região é a função tanto da necessidade da pessoa quanto da natureza da região; ambos considerados num momento dado.

A valência de uma região do campo psicológico, isto é, de uma atividade ou objeto desse campo, está relacionada a sua possibilidade de satisfação da necessidade, embora esta satisfação possa ou não ocorrer na realidade.

O "conflito" é uma situação caracterizada pela oposição de forças de igual intensidade. Existem três diferen -

tes possibilidades de conflito: entre duas valências positivas, entre duas valências negativas ou entre uma valência positiva e uma negativa.

Um outro aspecto, é que equilíbrio não significa ausência de tensão; um sistema pode estar em equilíbrio e sob tensão. Assim, equilíbrio é um caso especial de movimento ou mudança.

Vimos que campo psicológico é o "espaço de vida" considerado dinamicamente, isto é, a totalidade dos fatos coexistentes considerados como mutuamente interdependentes, compreendendo tanto a pessoa como o meio. (22, p. 136)

Como tal é uma realidade fenomênica e não física.

Assim os fatos físicos, sociais e conceituais vão fazer parte do meio enquanto percebidos pela pessoa. Daí se falar de fatos "quase-físicos", "quase-sociais" e "quase-conceituais", ou seja, a realidade enquanto fenomênica. Como diz Lewin "o real é o que tem efeitos" (32, p. 138)

3.3.3.3 O princípio de contemporaneidade

Esse campo psicológico possui, no entanto, uma dimensão temporal que pode ser maior ou menor, já que segundo o "princípio de contemporaneidade" de Lewin "qualquer comportamento ou qualquer outra mudança no campo psicológico depende somente do campo psicológico 'naquele momento' (33, p.52)

Como tal, a "causa" de um fenômeno é sempre "pre -

sente", embora possa ter tido sua "origem" no passado. Assim, o campo psicológico passado pode ser uma das origens do campo presente, mas somente o campo presente é a causa do comportamento.

Portanto, o comportamento tem que ser explicado em função do campo presente e de sua perspectiva temporal. Tudo isso significa que esse comportamento não depende do passado nem do futuro em si, mas apenas desse passado e desse futuro enquanto presentes no campo. Desse modo, a dimensão do espaço da vida vai incluir passado, presente e futuro psicológicos.

Consequentemente, isso não torna a perspectiva lewiniana "a histórica". Ao contrário, para Lewin o papel da experiência passada é da maior importância na estruturação do campo presente, porém essa experiência enquanto modificada pelas vivências subsequentes.

A perspectiva lewiniana, tampouco é atemporal. Ao contrário a explicação do campo presente implica necessariamente na tomada de uma determinada espessura temporal, que vai variar de acordo com a estrutura do campo e a finalidade da situação a ser explicada.

Lewin fala de dois procedimentos possíveis para se determinar as propriedades de um campo num momento dado; o procedimento histórico e o procedimento sistemático. Segundo Lewin, o procedimento histórico só é válido quando se está lidando com sistemas fechados. No caso de sistemas abertos,

como por exemplo na tentativa de explicar um comportamento humano atual por um acontecimento passado se faria necessário todo um conhecimento de como esse acontecimento foi vivenciado no passado e de como essas vivências se modificaram até o momento presente. Por outro lado, o procedimento sistemático implicaria numa avaliação diagnóstica da situação presente. (33, p. 55)

3.3.3.4 A constituição do campo psicológico

Vimos que a fim de explicar ou prever um comportamento, i.e. uma mudança no campo psicológico, tem-se que relacioná-lo com as condições do campo naquele momento. Esse princípio básico torna a probabilidade subjetiva de um acontecimento uma parte do espaço de vida daquele indivíduo, mas ele exclui a probabilidade objetiva de fatores estranhos que não podem ser derivados do espaço de vida. (33, p. 67)

No entanto, Lewin fala que o campo psicológico não se resume à visão que o indivíduo tem dele. Além das "variáveis psicológicas" existem ainda "variáveis não-psicológicas", que operando na zona de fronteira, incidem sobre o comportamento. Essas variáveis podem ser físicas, sociais e biológicas e seu estudo constitui a "ecologia psicológica". (22, p. 152)

As variáveis psicológicas, como já vimos, constituem o espaço de vida e se referem à pessoa e ao meio. Para Lewin, a pessoa é vista como uma região diferenciada em sub-

regiões: região percepto-motora e região intra-pessoal. A região percepto-motora ocupa uma região de zona de fronteira entre a região intra-pessoal e o meio psicológico. Tanto a região percepto-motora quanto a região intra-pessoal possuem camadas mais periféricas e camadas mais centrais. Um outro aspecto relevante na constituição do campo psicológico diz respeito à dimensão realidade-irrealidade. O nível de realidade corresponde ao plano da fantasia. Assim, a locomoção pode ocorrer quer no nível de realidade quer no nível de irrealidade.

O número de regiões e de sub-regiões da pessoa, assim como, do meio psicológico varia de acordo com o momento e com o desenvolvimento.

Por outro lado, a estrutura cognitiva do espaço de vida se refere as relações de posição que as diferentes partes mantêm entre si, i.e. de um maior ou menor grau de diferenciação entre suas regiões.

O desenvolvimento é portanto um processo que diz respeito a pessoa e meio. Assim no início o espaço de vida é indiferenciado, mas na medida que os fatos vão adquirindo existência psicológica, este vai-se estendendo e se diferenciando.

Dessa forma, o desenvolvimento consiste numa crescente diferenciação de campo em regiões, ou seja, numa crescente distinção em relação ao "eu" e ao "não eu", em relação ao "tempo psicológico" e em relação aos níveis de "realidade" e "irrealidade". (22, p. 139).

Há várias possibilidades de mudanças na estrutura

cognitiva do espaço de vida: - aumento na diferenciação de uma região, levando ao surgimento de novas sub-regiões: - combinação de regiões separadas em uma única região, - diminuição na diferenciação ou seja, decréscimo no número de sub-regiões, - separação de sub-regiões previamente conexas em regiões independentes, - e reestruturação, ou seja, mudança nas posições relativas das regiões sem que ocorra, simultaneamente, um aumento ou diminuição de diferenciação.

3.3.3.5 A motivação do comportamento

Vimos que a noção de campo possibilita a representação das necessidades em termos de sistema de tensão. No entanto, para uma explicação do comportamento humano em termos de campo, se faz necessário levarmos em consideração o conceito de valência também.

"O comportamento da pessoa em direção a uma meta não pode ser explicado apenas em termos de um sistema de tensão interpersonal, pois no caso das forças internas ao sistema romperem a resistência das fronteiras o que ocorrerá será uma pressão difusa sobre o sistema motor. Tal pressão não poderá justificar a direção do comportamento de uma pessoa em direção a um objetivo específico. A explicação do comportamento apenas em termos de sistema de tensão interiores à pessoa é típico de teorias do tipo classe" (22, p. 190).

Assim, o comportamento tem que ser explicado não apenas em função do sistema intrapessoal da pessoa, mas também em função do sistema interpessoal da pessoa, ou seja, da

relação da pessoa com o meio.

A característica básica de um sistema de tensão se refere à tendência desse sistema de igualar sua tensão aos sistemas vizinhos. Isso ocorre tanto mais facilmente, quanto menor a resistência oferecida pelas fronteiras. Ora, a necessidade diz respeito à existência de uma tensão em um, ou vários sistemas intrapessoais.

A tensão leva a uma pressão sobre a região motora. No entanto, a difusão da tensão pela região intrapessoal e a conseqüente pressão sobre o sistema motor não é capaz de produzir um comportamento dirigido i.e. é insuficiente para explicar porque um comportamento ocorre em direção a um determinado objetivo. O sistema motor é apenas um instrumento e como tal capaz apenas de produzir descargas desordenadas. Há pois necessidade de orientar essa descarga tensional para certas metas a fim de que ela se torne efetiva e conseqüentemente satisfaça a necessidade.

Por esta razão é que precisamos considerar, além do conceito de tensão, também o conceito de valência, que é o valor que uma determinada região do espaço de vida, ou antes, do meio psicológico possui no sentido de satisfazer uma necessidade, para explicar a locomoção.

Além disso, é preciso considerar que as necessidades individuais não são apenas determinadas pelas forças psicológicas induzidas ou mesmo impessoais (tais como os valores do grupo ou da sociedade em geral).

Para Lewin e os gestaltistas, os motivos sociais são tão primários quanto os biológicos. Ambos são expressões do campo psicológico.

Assim, segundo Lewin, um grupo (incluindo o grupo de duas pessoas) não é uma realidade estática, mas um fazer-se contínuo, ou antes, um processo dinâmico que no entanto mantêm certas características estruturais constantes por um período relativamente grande de tempo.

Existe, para Lewin, uma estreita relação entre o comportamento de indivíduo e do grupo a que ele pertence, ambos se interinfluenciam.

Lewin concebe o grupo como uma Gestalt, e que não é apenas a soma de seus integrantes, mas possui propriedades específicas enquanto todo.

Pode-se dizer ainda que, uma vez que tanto o campo social (o grupo e o seu meio) como o campo psicológico (a pessoa e o seu meio) são estruturas, e estudo de um é análogo ao estudo do outro.

Parece-nos pois, que o estudo da psicologia individual e da psicologia social poderia ser visto em termos da dimensão do campo a ser considerada. Isso porque da mesma forma que o indivíduo faz parte de um grupo, esse mesmo grupo pode fazer parte de um outro mais extenso.

Portanto quando escolhemos estudar o espaço de vida da pessoa, estamos delimitando nosso campo.

No entanto, embora pessoa e meio não possam ser consideradas isoladamente "isto não significa diluir a personalidade individual no meio"... "A dinâmica da pessoa e do meio implica em considerarmos a interdependência entre ambos de tal forma que as propriedades que definem um sistema inter-pessoal decorram, em parte, da relação deste com o meio" (22, p. 159)

4: RESISTÊNCIA E CONTRA-RESISTÊNCIA ENFOCADAS DO PONTO
DE VISTA DO CAMPO PSICANALÍTICO

A necessidade da transposição da noção de campo para a psicanálise vem, tanto das evoluções na prática analítica, quanto na teoria, uma vez que ambas se interinfluenciam.

Assim, avanços na prática analítica demandam reformulações teóricas; por sua vez reestruturações na teoria introduzem modificações técnicas que vão ser utilizadas na prática.

Pretendemos aqui, mostrar como essa evolução, tanto teórica quanto prática da psicanálise, leva à noção de campo psicanalítico e, como os conceitos de resistência e contra-resistência são tratadas dentro desse modo de pensar. Para tal vamos utilizar os pensamentos de Jose Bleger, de Reinrich Racker e de Willy e Madeleine Baranger. (1)

4.1 Uma concepção dialética materialista da psicanálise segundo José Bleger

Bleger enfoca a psicanálise dentro de uma concepção dialética materialista. Para isso, parte da suposição que o "drama" é o objeto da psicologia. (2)

(1) Essa escolha se deve ao fato dos referidos autores lidarem com o conceito de campo e com os conceitos de resistência e contra-resistência. Assim interessa ao desenvolvimento do trabalho.

(2) Idéia introduzida por Georges Politzer. (5, cap. 1)

A idéia de "drama" pretende abarcar a conduta humana em termos da vida concreta, tanto interior quanto exterior

Segundo Bleger, cada vez mais a psicanálise trabalha em seu campo operacional com a "dramática". Assim, a interpretação implica numa compreensão da conduta em função de motivações, fatos e situações concretas da vida humana (5. p. 113).

4.1.1 O enfoque dinâmico e o enfoque dramático.

Bleger fala da confusão existente entre o critério histórico-genético e o dinâmico em psicanálise. Enquanto o primeiro procede do evolucionismo e significa o estudo de conduta enquanto processo, em sua origem, desenvolvimento e transformação, o segundo vem da física e consiste em reduzir os fenômenos às forças que os originam.

Um critério não implica necessariamente no outro nem o exclui. O erro estaria em empregar um pelo outro.

A confusão surge da polissemia do termo "dinâmica" em psicanálise.

Em psicanálise, a palavra psicologia dinâmica (1) ,

(1) Em física se reconhece: a estática - mecânica dos corpos em repouso a cinemática - mecânica dos corpos em movimento, e a dinâmica - estudo das forças. No entanto, uma vez que a palavra cinemática foi introduzida posteriormente, frequentemente se utiliza o significado de cinemática como parte do conceito de dinâmica. Assim dinâmica é utilizada tanto para significar o estudo dos movimentos dos corpos (em oposição à estática), quanto o estudo das forças à que respondem ditos movimentos. (5, p. 93).

é utilizada para significar uma psicologia que estuda os fenômenos psicológicos em suas transformações, evoluções e desenvolvimento, ou seja. enquanto "processos", quanto para definir o estudo das forças à que correspondem como efeitos os fatos psicológicos.

Para Bleger a verdadeira evolução efetuada por Freud no terreno da psicologia não seria a explicação dinâmica da conduta - no sentido de reduzir ou transpor a conduta em um sistema de forças - mas sim a compreensão da conduta como processo e a possibilidade de trabalho em um campo operacional concreto e próprio no qual modificamos a conduta com nossa atuação" (5 , p. 95)

Além disso o enfoque dinâmico em psicologia vai ser reformulado (da mesma forma que o foi na física).⁽¹⁾ Assim a conduta deixa de ser "o efeito único das forças operando no interior do sujeito para ser considerada como uma mudança na estrutura de campo num momento dado" (5, p.110). Isso torna-se de fundamental importância para a psicanálise.

A descrição dramática admite dizer que o comportamento de uma determinada pessoa em um determinado momento é função, tanto das experiências anteriores do sujeito, quanto da atitude dos demais em direção à ele. (5, p. 115)

(1) K. Lewin nos mostra como na dinâmica aristotélica os vetores e suas direções estão completamente determinadas pela "natureza" do objeto, enquanto que na física moderna, ao contrário a existência de um vetor sempre depende da interação de vários fatos físicos que inclua a relação do objeto com seu meio (5, p. 110)

Na dramática o impulso emerge de uma situação enquanto que na dinâmica a situação é índice e expressão dos impulsos.

"Na análise da dramática são factíveis atitudes distintas do investigador: ele pode estabelecer o peso de sua compreensão sobre o plano atual, o histórico e o prospectivo. Freud pôs ênfase especialmente sobre o segundo, porém de que já de nenhuma maneira são exclusivos e um estudo completo deve incluir os três. Na realidade não fica lugar para uma eleição arbitrária se nos atemos à nosso campo de trabalho, a sessão psicanalítica, na que tudo o que ocorre se faz a partir de uma situação definida, concreta, : O "aqui-agora-comigo". (5, p. 113)

Bleger coloca que somente a totalidade concreta que compreende o objeto e sua situação pode determinar a dinâmica do fato, embora isso nem sempre signifique uma análise dramática. (1)

No entanto, temos que considerar em psicologia as relações que se estabelecem em cada momento entre o sujeito e a situação da qual ele é sempre integrante.

Como consequência, "a dinâmica de K. Lewin amplia o enfoque da dinâmica freudiana, porém por sua vez se enri -

(1) Como vimos, segundo K. Lewin, na dinâmica da física moderna a situação adquire tanta importância como o objeto; no entanto Bleger diz que Lewin quando reduz a conduta a vetores estaria fazendo uma colocação ahis-tórica que consiste justamente num afastamento da dramática. (5, p. 123) Isto será discutido no cap. 5.

quece com a dramática, cuja introdução e estudo na psicologia se devem à Freud". (5, p. 124)

Segundo Bleger se deveria enfatizar não apenas o fato que a psicanálise inaugura uma psicologia dinâmica, mas ainda a introdução pela psicanálise do estudo da conduta humana como acontecer subjetivo em termos de historicidade. "Com Freud um fato psicológico adquiriu movimento, se integrou em um processo,⁽¹⁾ porque foi relacionado com outros fatos psicológicos da mesma pessoa no plano atual e histórico". (5, p. 128)

Assim, tanto a dinâmica quanto a dramática estão presentes em Freud integrando uma "praxis" e se interinfluenciando.

Em suma, a conduta humana em qualquer nível que se expresse pode ser descrita em função do sujeito que a realiza ou vivência (dramática). Por outro lado, essa conduta pode, teoricamente, ser expressa em termos de vetores de forças que descrevem essas relações (dinâmica). No entanto no que concerne a explicação da conduta, não se pode isolar a dinâmica do contexto dramático, concedendo-lhe autonomia ou lhe conferindo a causalidade da dramática ou da conduta total.

Assim, para Bleger se faz necessário teorizar em termos de uma "dialética da necessidade" para englobar os en

(1) Equivalente à cinemática da física.

foques dramático e dinâmico. Isso significa que "a teoria da dinâmica verá ocupado o lugar da força pelo "impulso necessidade" integrado no movimento das relações objetais. Dessa maneira a necessidade subjetiva, percebida ou atuada como impulso, em que se baseia a dinâmica, constitui um dos elementos de um contexto total que chamamos de "situação de necessidade". (5 , p. 132)

4.1.2 A situação analítica como uma "Gestalt-gestaltung"

"A psicanálise se configura a partir de uma prática, concreta, em uma situação determinada com um marco ou "oldura" definido que é sessão; nela se colocam com papéis ou funções bem definido, duas pessoas". (5 , p. 134).

Através do estudo das resistências, transferências e contratransferências, o terapeuta passa a ser visto não mais como um mero receptor mas sim como um participante, incluído na sessão, e sendo a conduta do paciente durante a sessão, uma consequência dessa relação, deste vínculo entre ambos. Assim o terapeuta passa a ser "agente ativo" de forma inevitável, ativo ainda que permanecendo passivo e "comprometido" inevitavelmente com o que ocorre na sessão".(5 ,p.135)

No primeiro caso, enquanto consideramos o analista como "receptor" o interesse recai sobre os "conteúdos mentais" do paciente que seriam consequência do que o paciente havia experimentado durante a vida. O emergente aqui é considerado como "repetitivo" e "pre-existente".

No segundo caso, enquanto consideramos o analista

como parte integrante da situação analítica, esta vai ser encarada como "uma relação bi-pessoal", na qual a conduta de cada um de seus integrantes está em relação com as características de cada, mais as características da situação presente.

"Nesta relação bi-pessoal intervem não apenas o que se expressa verbalmente, como também a conduta total do analista e do paciente. A conduta deste é captada pelo analista em função da situação atual em que estão integrados ambos e, especialmente, em função de seu esquema referencial. O mesmo ocorre com o analisando ante a conduta do analista".(4, p.142)

O emergente aqui é um emergente situacional. A interpretação vai ser desse emergente, provocando a criação de um novo emergente por sua vez interpretável, surgindo assim, um processo dialético em espiral.

"A sessão psicanalítica é então uma totalidade ou configuração dinâmica (Gestalt-gestaltung), na qual qualquer modificção em um dos seus elementos não deixa de alterar a estrutura total do campo, porque todos esses elementos são interdependentes e... o emergente que surge nessas condições é um original da situação dada e não uma mera exteriorização de algo já totalmente presente no psiquismo do paciente" (5, p.114).

Bleger comenta que este enfoque introduz a dimensão social em termos de "relação interpessoal" na psicanálise.

Assim, "o que aparece em cada momento da sessão é um fato novo, original, produto da relação dialética entre psicana-

lista e analisando e em relações dialética com o pré-existente na história individual de cada um deles. Cada momento da espiral é sempre original e único; jamais volta a repetir-se de maneira totalmente idêntica"... "Paciente-médico formam uma gestalt em que nada é ocasional e o que sucede "nos" dois está condicionado pelo que sucede "entre" os dois e pela totalidade da gestalt em um momento dado". Toda ocorrência no terapeuta ou "distração" do mesmo não é "sair-se" do campo operacional da sessão, mas sim uma resultante dessa mesma gestalt".(5, p. 145)

4.2 Resistência e contra-resistência e suas relações com transferência e contra-transferência na situação analítica segundo Heinrich Racker.

Racker salienta a importância do estudo da resistência, uma vez que "o eixo em redor do qual gira todo o tratamento é efetivamente a resistência".(41, p.112) Fala também da necessidade de relacionar resistência com transferência, contra-transferência e contra-resistência.

4.2.1 Resistência em função da transferência

Segundo Racker podemos distinguir dois aspectos no que Freud afirma da relação entre transferência e resistência. No primeiro aspecto a transferência é considerada predominantemente em função da resistência e no segundo aspecto a resistência é considerada predominantemente em função da transferência. No primeiro caso a transferência é enfocada

como uma resistência que tem de ser dissolvida a fim de permitir a recordação das vivências reprimidas. No segundo caso, a transferência consiste na própria revivência das experiências anteriores, só que não mais da mesma maneira mas em novas condições.

Esses dois enfoques tem como objetivo "fazer consciente o inconsciente" ou seja "a superação das resistências". A diferença reside no fato de que no primeiro enfoque o reprimido se faz consciente no "passado", enquanto no segundo o reprimido se faz consciente no "presente" i.e. na relação do analisando com o analista. (4, p. 119)

No primeiro caso a finalidade do tratamento é a recordação e a "resistência" é vista como "o repetir para não recordar". No segundo caso a finalidade do tratamento é a revivência retificada e a resistência consiste em "evitar vivências tidas como perigosas ou catastróficas".

Esse último implica na necessidade de viver o passado, não enquanto passado mas enquanto presente, ou seja na transferência. Nesse enfoque o viver o passado enquanto passado, não é senão uma resistência.

4.2.2 A interdependência entre transferência e contra-transferência.

Vimos que a análise visa tornar consciente o inconsciente, isto é a superação das resistências.

A função do analista neste processo é dupla: de um lado ele é interprete dos acontecimentos inconscientes e de outro ele é objeto desses mesmos acontecimentos.

Racker se refere a transferência como o "conjunto de imagens, sentimentos e impulsos do analisando em direção ao analista enquanto determinados pelo passado do analisando" e contra-transferência "ao conjunto de imagens, sentimentos e impulsos do analista em direção ao analisando, enquanto determinadas pelo passado do analista."

Tanto a transferência quanto a contra-transferência existem e se manifestam sempre.

A contra-transferência pode intervir enquanto o analista é intérprete e/ou enquanto ele é objeto dos impulsos do analisando.

Assim de um lado a contra-transferência pode dificultar ou falsar a percepção do analista e de outro sua percepção pode ser correta, mas provocar reações que perturbem sua capacidade interpretativa, no que diz respeito ao analista como intérprete.

Em relação ao analista como objeto a contra-transferência vai aparecer na maneira de ser do analista e na sua conduta, as quais vão influir sobre a imagem que dele forma o analisando.

Assim a contra-transferência ao influir sobre a compreensão sobre a conduta do analista influi também sobre o analisando e em especial sobre sua transferência.

Portanto, "assim como no analisando, em sua relação com o analista, vibra sua personalidade total, sua parte

sã e neurótica, o presente e o passado, a realidade e a fantasia, assim também vibra o analista, ainda que em quantidades e qualidades diferentes, em sua relação com o analisando" (41, p. 184)

A compreensão da transferência do analisando depende da capacidade do analista de se identificar com o analisando e ser consciente dessas identificações. O ser consciente dessas identificações é por sua vez função do grau em que o analista aceita sua contra-transferência.

Assim a contra-transferência pode ser impecílio ou instrumento para o trabalho analítico.⁽¹⁾ É um instrumento na medida em que o analista necessita identificar-se com a fantasia de analisando e torna-se um impecílio na medida em que esta identificação não é conscientizada.

No entanto da mesma forma que a contra-transferência é uma resposta psicológica as transferências do analisando, também a transferência é uma resposta as contratransferências do analista.^{(2) (3)}

(1) A contratransferência pode ser um obstáculo, quando originária predominantemente do consciente do analista, desconhecida ou negada, é um instrumento, quando conscientizada e elaborada. (vide trabalho de N.Armony: A contratransferência obstáculo e a contratransferência instrumento).

(2) Ora, se a transferência e a contratransferência se interinfluenciam mutuamente é porque, tanto uma quanto outra, são função também da "relação real" e não apenas da "relação fantasiosa".

(3) Veremos mais adiante, que dentro de uma perspectiva de "campo psicanalítico", não há porque distinguir transferência, nem tampouco resistência de contra-resistência.

Segundo Racker, "a análise das fantasias do analisando com respeito às contratransferências, que constituem as causas e conseqüências da transferência, são uma parte integrante da análise dessas últimas. A captação das fantasias do analisando referentes à **contra**-transferência dependerá por sua vez do grau em que o analista, ele próprio, perceba seus processos **contra**-transferências, ou seja, do grau (a continuidade e profundidade) de seu contacto consciente consigo mesmo." (41, p. 229)

Assim, pode se formar um círculo vicioso onde a repressão da **contra**-transferência leva necessariamente à deficiências na análise da transferência o que por sua vez pode levar à repressão **contra**-transferencial quando o analista é um candidato que se converte em analista.

A objetividade do analista consiste pois, principalmente, em uma determinada posição tomada frente à própria subjetividade.

Num extremo o ideal neurótico de objetividade estaria na repressão e bloqueio da subjetividade, e no outro extremo estaria no fundir-se na **contra**-transferência. "A verdadeira objetividade se baseia em uma forma de desdobramento interno que capacite o analista a tomar-se a si mesmo (sua própria subjetividade ou contratransferência) como objeto de sua observação e análise contínuos. Essa observação o capacita também para ser relativamente "objetivo" frente ao analisando". (41, p. 231)

Portanto, a única maneira de se ser objetivo na análise é conscientizado a própria subjetividade ao invés de negá-la ou fugir dela, uma vez que isso é impossível, já que é essa participação que possibilita a análise.

É através de desenvolver em si um "eu" observador de suas reações contratransferências, as quais são contínuas, que o analista é capaz de fazer consciente as contínuas situações transferenciais de analisando o interpretá-las ao invés de atuá-las inconscientemente.

Na contratransferência, da mesma forma que na transferência, não basta um saber teórico, mas aqui também, tem que ser vencidas as resistências e deve se seguir à elaboração. (1)

A essas resistências por parte do analista chamamos contraresistência.

4.2.3 A contraresistência: impecílio à compreensão e/ou interpretação na situação analítica.

Assim a contratransferência quando não conscientizada se transforma em um impecílio ao trabalho analítico, ou seja, em uma contraresistência.

Esta resistência por parte do analista, ou contraresistência, interfere quer na compreensão do que está ocorrendo, quer na sua interpretação.

(1) Dai a importância fundamental da análise pessoal do analista.

No que se refere à compreensão, a contra-resistência atua como "pontos-cegos" levando a uma não percepção ou avaliação inadequada do que está ocorrendo, por parte do analista.

No que se refere à interpretação, do que foi compreendido a contra-resistência atua como um "pacto oculto" entre analista e analisando. Pode significar que esta situação é a situação de mais urgência no momento atual. Pode significar também, que a interpretação está incompleta e tem ainda que ser completada. Pode ser ainda, expressão da identificação do analista com as resistências do analisando, ainda que se relacione com os próprios conflitos do analista.

Assim, também a contra-resistência, possui uma raiz objetiva e uma subjetiva.⁽¹⁾

4.3 A cristalização ou mobilização do campo psicanalítico segundo Willy e Madeleine Baranger

Willy e Madeleine Baranger encaram a dinâmica analítica, no plano teórico, em termos de integração e clivagem, o que corresponde no plano técnico à cristalização e mobilização do campo.

Assim, nesta concepção, resistência e contra-resistência são dois lados de uma mesma moeda que diz respeito à cristalização do campo psicanalítico.

4.3.1 A situação analítica com um campo dinâmico

Willy e Madeleine Baranger falam da necessidade de

⁽¹⁾ Numa perspectiva de campo, os termos "objetivo" e "subjetivo" são inadequados e só justificamos seu emprego, pela falta, no momento, de um instrumental teórico mais apropriado. Mesmo assim, achamos que indiferenciação e diferenciação do campo são termos mais adequados.

introduzir o conceito de campo na situação analítica dado as características estruturais da dita situação. "A situação analítica tem sua estrutura espacial e temporal, está orientada por linhas de forças e dinâmica determinadas, tem suas leis evolutivas próprias, suas finalidades gerais e suas finalidades momentâneas. Esse campo é o nosso objeto imediato e específico de observação. A observação do analista, sendo por sua vez a observação do analisando e auto-observação correlativas, não pode senão ser definida como observação desse campo". (2 , p. 130)

O campo psicanalítico se estrutura de acordo com uma configuração funcional básica que diz respeito à distribuição de papéis entre os participantes. É essa configuração básica que permite a regressão do paciente e uma outra do terapeuta (esta última é parcial, preservando seu aspecto de observador) passando a existir assim também uma distribuição de papéis implícitos. A análise vai consistir em sua explicitação.

Willy e Madeleine Baranger chamam de "relação psicoterápica bi-pessoal" à essa configuração funcional básica, a qual nunca é única, mas implica sempre em situações superpostas. Nela, os acontecimentos vão ser vividos na categoria do "como se", sendo tal ambivalência essencial para a análise. "É essa condição que pode liberar em certa medida o processo dialético da constituição do passado e do futuro a partir do presente. (2 , p. 143).

A descoberta do fenômeno da transferência nos mostra que o analista não é apenas um observador, mas também um participante de uma mesma situação. O analista participa duplamente em sua função de "entender" e "interpretar" quanto em sendo depositário das "projeções" do analisando.

No entanto essas projeções não ocorrem unidirecionalmente. Com a descoberta da contratransferência o analisando também se torna depositário das "projeções" do analista.

A contratransferência é pois a contrapartida da transferência; ou seja "o que chamamos de contratransferência é o campo bi-pessoal enfocado do ponto de vista do analista, quando este está incluído no campo. Este campo por sua natureza bi-pessoal, é a estrutura única, comum e original da qual só podemos isolar por abstração transferência e contratransferência". (2, p. 233)

No entanto a observação analítica requer que o analista se diferencie do campo do qual ele faz parte a fim de entender a situação e interpretar. Na medida que o analisando, também ele, vai compartilhando da compreensão do analista ele não fica mais fundido com este campo, mas torna-se como o analista, sujeito e objeto ao mesmo tempo.

Willy Baranger ressalta que é curiosa essa situação onde "o analisando se faz objeto do conhecimento para encontrar-se como sujeito do mesmo e onde o analista se deixa em certa medida envolver (quer dizer, reduzir-se ao âmbito de

objeto) para resgatar-se como sujeito do conhecimento" (2, p. 233).

A relação psicanalítica é pois, uma relação de sujeito a sujeito, ambos tentando entender uma situação onde participam, de formas diferentes, enquanto objetos.

O estudo específico da psicanálise visa pois, este campo intersubjetivo.

Por outro lado o que permite a movimentação desse campo é a interpretação a qual possibilita a elaboração. "A interpretação não somente reflete e expressa o campo, como também contribui em grande parte para construí-lo e orientá-lo. O processo analítico é a modificação consistente do campo intersubjetivo mediante a palavra" (2, p. 234).

4.3.2 O "ponto de urgência" como fantasia inconsciente da diáda analítica

Entre as múltiplas situações que intervêm na configuração do campo, uma é mais vivida que as outras, não por causalidade, mas pela dupla e entrelaçada sequência das vivências da análise e das vivências exteriores". (2, p. 139)

Esta é denominada "ponto de urgência" e sua interpretação é o que leva a mudança efetiva no campo.

Essa fantasia básica da sessão - "ponto de urgência" - é uma fantasia da diáda analítica. Ela se constroi na relação e para tal se faz necessário que o analista também participe dela, embora não da mesma maneira; enquanto do lado do

analisando ela é total, do lado do analista ela tem de ser parcial, sem o que fica paralizado o trabalho analítico.

Aqui a utilização do conceito de fantasia inconsciente da díada está baseada na definição estrutural desse conceito:

"Esta estrutura não pode, em absoluto, ser considerada como determinada pelos impulsos instintivos do analisando, nem tampouco do analista, ainda que os impulsos de ambos intervenham em sua estruturação. Tampouco, e isso é o mais importante, pode ser considerada como a soma das duas situações. É algo que se cria entre ambos, dentro da unidade que constituem, dentro da sessão, algo radicalmente distinto do que são separadamente cada uma delas" (2, p. 141).

A fantasia na análise é, portanto, a estrutura dinâmica que não só se constitui no campo bi-pessoas, como também confere a cada momento um significado a esse campo.

Assim a díada analítica é uma "Gestalt".

A diferença entre esse tipo de díada (analítica) e as outras existentes no dia a dia é que na primeira "se vivência todas as demais e não se atua nenhuma delas" (2, p. 142)

Toda a vez que uma díada natural é invadida por outra isso provoca conflito levando à sua desintegração.

No entanto, enquanto o patológico para a díada natural é perder sua estruturação e tornar-se permeável à es -

truturação alheia, para a díada analítica o patológico é justamente cristalizar-se e se assemelhar à uma díada natural.

"A diferença entre ambos os tipos de "Gestalten" está em que as primeiras tendem a definição e cristalização"; enquanto que as últimas "tendem a mobilização e indefinição... (levando) ... em direção a utilização distinta do processo de identificação projetiva num e noutro caso" (2, p. 143).

"Identificação projetiva" significa que o analisando coloca no analista parte das suas vivências⁽¹⁾ e o analista vai responder a elas, o que chamamos de "contra-identificação projetiva"⁽²⁾.

Embora o par analítico dependa do interjogo de identificações e contra-identificações projetivas, é preciso que isso ocorra em circunstâncias especiais.

Assim, a situação analítica deve permitir o livre jogo das "identificações projetivas" possibilitando a ocasião de estruturar a fantasia da díada tanto quanto o necessário.

O analista tem que utilizar a "identificação e a contraidentificação projetivas" sem o que não lhe é possível entender o analisando, porém de forma tal que não ultrapasse certo limite, paralisando o seu trabalho interpretativo.

(1) O conceito de "identificação projetiva" é um conceito de Melanie Klen

(2) Leon Grinberg chama de "contra-identificação projetiva" a resposta por parte do analista à invasão das vivências do analisando nele colocadas.

Em outras palavras, o analista tem que conservar tanto sua possibilidade de acesso a estas fantasias, quanto de resgate delas. Se ele não for capaz de resgatar-se o campo analítico fica sem condição de ser modificado.

Nessa concepção a análise deixa de ser uma "hermenêutica" onde se vai descobrir o que está oculto para ser uma estrutura do campo. Como dizem W. e M. Baranger não estamos diante de uma pessoa reconstruída por uma teoria mas sim diante de uma pessoa viva.

Portanto, temos que partir de uma experiência concreta, que vai ser revivida através das leis dinâmicas da situação bi-pessoal. É na medida em que situações originais emergem num novo contexto, que surge a oportunidade de tal processo ser rompido e reorganizado na vida da pessoa.

O campo analítico se estrutura pois, da interação entre analista e analisando. Assim, as interpretações do analista ou a ausência de interpretação da mesma forma que o material do analisando, contribuem para a estruturação da sessão. Por isso é que dizemos que a fantasia inconsciente da sessão se forma no curso do diálogo entre analisando e analista.

Por outro lado a interpretação da fantasia emergente no campo na medida em que coincide com uma fantasia do mundo interno do analisando produz alívio. No entanto, esta fantasia é primeiramente algo que se estrutura dentro do diálogo analítico e a partir daí é que fazemos referência a sua

existência no mundo interno do analisando.

Assim, "interpretável com prioridade é a situação inconsciente dada no aqui e agora ... (embora) ... a interpretação fique incompleta se não se permite ao analisando simultaneamente uma recuperação do seu passado e uma abertura ao seu futuro" (2, p. 237)

Um outro aspecto no entanto, é que, quando falamos do mundo interno de um sujeito não fazemos senão uma inferência de algo que só temos acesso no campo interpessoal. Assim, é sempre uma tentativa de traduzir em termos unipessoais, um fenômeno bi-pessoal, donde é necessariamente uma construção hipotética.

4.3.3 O efeito da interpretação no campo psicanalítico

Como vimos, o efeito terapêutico da interpretação é função da inclusão do analista no campo. É apenas enquanto este se faz depositário das partes "clivadas" (não aceitas) do paciente e as "interpreta" (devolvendo-as) que o paciente vai ser capaz de reassumí-las de forma a poder integrá-las.

É pois, o processo interpretativo que, atuando na mobilização da "neurose transferencial-contratransferencial", permite o duplo resgate dos aspectos paralizados, tanto do analista quanto do analisando.

Ao mesmo tempo esse processo interpretativo depende de "comunicações de inconscientes" donde a necessidade

da "atenção flutuante" do analista⁽¹⁾, possibilitando assim a consciência do inconsciente.

Segundo Pichon-Rivière⁽²⁾, essa reestruturação do campo vai ocorrer de forma dialética entre a compreensão do "ponto de urgência", sua interpretação e a produção de um novo "ponto de urgência" por sua vez também interpretável. Assim consiste num processo em espiral.⁽³⁾

A interpretação implica na conexão de duas "Gestalten": a fantasia inconsciente do campo bi-pessoal e o material manifesto levando ao "insight".

O "insight" vai atuar no campo ampliando-o e reestruturando-o. O veículo da interpretação é a palavra. Esta tem duplo valor: unir as regiões isoladas e clivadas, e determinar e diferenciar os vários fatores. Assim de um lado a palavra equipara o símbolo ao simbolizado, e de outro discrimina a ambos.⁽⁴⁾

(1) Vide cap. 1, pg.

(2) 2, p. 157

(3) Freud diz que "a via seguida pelo processo analítico avança numa série de espirais" (10, p. 766, ed. esp.)

(4) Quando falta o primeiro processo, como no caso dos neuróticos obsessivos, ocorre o perigo da intelectualização da interpretação impedindo que esta seja elaborada, uma vez que a palavra se acha desvinculada do seu conteúdo psíquico. Na falta do segundo processo, o perigo é da interpretação ser vivida como concreta, já que a palavra não se diferencia daquilo que designa; neste caso frequente em histéricos, a interpretação pode levar a fortes reações emocionais que também impedem sua elaboração. (2, p. 160)

Neste sentido, o "insight" pode ser entendido como um fenômeno do campo bi-pessoal e para tal se faz necessário o estabelecimento de uma situação de campo e a interpretação do estado atual desse campo, levada a efeito pelo analista e compartilhada pelo analisando.

"Insight" é pois "a integração das fantasias transferenciais-contratransferenciais do trabalho analítico".
(2, p. 163)

4.3.4 O "baluarte" como impecilio à mobilização do campo

Vimos que não se trata simplesmente de reviver emoções ou ansiedades passadas mas sim o fato desses surgirem num novo contexto que não as paralise. O essencial é pois a mobilização ou cristalização do campo.

Enquanto que, num plano teórico os dois polos da dinâmica analítica são a integração e a clivagem, no plano técnico esses polos correspondem à mobilização e ao estancamento.

"O campo da situação analítica é a oportunidade, mediante a repetição em um novo contexto de situações originárias que motivaram a clivagem, de romper esse processo defensivo e reintegrar os setores clivados da experiência ao conjunto da vida do analisando. Daí a necessidade de desmornar "baluartes" internos . (2, p. 153)

"Baluartes" na concepção de Baranger são fantasias que o analisando não quer arriscar perder.

Sempre que o analista tende a se aproximar desses "baluartes" o campo tende a imobilizar-se. Assim a imobilização do campo é sempre uma medida de proteção que tende a impedir a intrusão do analista e de suas interpretações.

No entanto essa imobilização também ocorre devido aos "baluartes" do próprio analista.

Vimos que a contribuição do analista na criação e manutenção da situação analítica é imprescindível. Também é imprescindível ao êxito terapêutico o vai-vem entre a constituição da fantasia do campo e a compreensão consciente por parte do analista. Esse vai-vem pode ser bloqueado ou distorcido pelas dificuldades pessoais do analista, transformando-se em pontos cegos que impedem a interpretação paralisando o curso da análise. (2, p. 246)

Em suma, o objetivo da análise é o funcionamento livre do campo sem cristalização patológicas. Assim o processo analítico pode ser concebido como a resolução sucessiva dos impedimentos que se opõe à comunicação e a mobilização do campo.

Vimos que é esse processo que vai permitir a integração das partes clivadas do analisando.

No entanto, sempre que na situação bi-pessoal, a clivagem do analisando encontra uma cumplicidade inconsciente do analista, i.e., um ponto cego, dá-se a paralização do processo. Dessa forma se constitui o "baluarte" do campo que se opõe a mobilização deste.

Quando esses "baluartes existem só por parte do analisando, não havendo então uma cumplicidade do analista, constitui apenas uma "resistência" mas não um "baluarte" dentro do campo. Porém se tal cumplicidade se produz "um setor do campo se cristaliza, englobando a resistência do analisando e a contraresistência do analista, comunicadas inconscientemente e operando justas" (2, p. 171) , ainda que em outros setores do campo a comunicação possa continuar fluindo.

Essa "resistência-contraresistência" pode transformar a dinâmica do campo de um "processo em espiral" em um "movimento circular uniforme".

Esse caso extremo implicaria na total paralisação do analista pelo analisando ou de forma análoga, na paralisação do analisando pelo analista.

5. ANALOGIA ENTRE AS TEORIAS FREUDIANA E SULLIVANIANA,
NO QUE SE REFEREM A CONCEITOS EXPLICATIVOS DO FENÔ-
MENO DA "RESISTÊNCIA"

Embora todo conceito, qualquer que seja ele, numa teoria, tenha necessariamente que se referir à teoria em questão, isso não invalida a possibilidade de uma analogia entre conceitos de diferentes teorias.

Analogia não significa identidade. Assim podemos ter "processos" equivalentes sem que os "conteúdos" referentes aos ditos processos sejam obrigatoriamente os mesmos.

É pois, com a intenção de tecer uma "analogia" que vamos comparar aqui o conceito teórico de "repressão" em Freud, com o conceito teórico de dinamismo de "desatenção seletiva" e "dissociação", (dinamismos do "sistema do eu") em Sullivan, assim como o conceito clínico de "resistência" em Freud com o conceito clínico de "operações de segurança" em Sullivan. Isso tudo, com a finalidade de uma abordagem explicativa do dado fenomenico, que evidenciamos durante o processo terapêutico como oposição à evolução desse processo. A esse, chamamos genericamente de "resistência".

5.1 Relação entre "repressão freudiana" e "dissociação sulliv
vaniana" no que diz respeito a descontinuidade da vida
consciente

A analogia a que nos referimos, é que tanto o cons

tracto "repressão" de Freud, quanto o constructo dissociação do "sistema-do-eu" de Sullivan, têm a finalidade de explicar a descontinuidade da vida consciente. Em outras palavras, "repressão" de "dissociação" do "sistema-do-eu" são postulados que visam preencher as lacunas da vida consciente, tornando mais inlegível o comportamento humano.

5.2 Relação entre "repressão" e "dissociação" no que diz respeito a ansiedade

Além disso, esses postulados, em ambas as teorias tem o objetivo de evitar a ansiedade embora a ansiedade em Freud não signifique a mesma coisa que ansiedade de Sullivan.

A ansiedade freudiana é de origem intrapsíquica, enquanto que a ansiedade em Sullivan se origina na relação interpessoal. No entanto, ambos são experimentados pela pessoa como intensamente desprazerosos e visam ser evitados. Além disso, ambas as concepções de ansiedade, dizem respeito a forças perturbadoras de equilíbrio de um sistema, i.e., à tensão, quer se trate de equilíbrio de um sistema individual, quer se trate de equilíbrio de um sistema que abranja pessoa e meio.

Um outro aspecto é que ambas as concepções de "repressão" e de "dissociação" são provenientes da presença de um conflito, ou seja de necessidade incompatíveis, sejam elas biológicas e/ou socialmente determinadas. Por esta razão, o que quer que seja "reprimido" ou "dissociado" corresponde a

necessidades não satisfeitas (tensão) que continuam existindo na pessoa, mesmo não sendo conscientes.

Como tal, podem se manifestar no comportamento humano, quando a ação da censura diminuir; isso ocorre no sono, em atividades inadvertidas do dia a dia (ato falho), ou em formas inadequadas de relacionamento interpessoal (sintoma).

O conflito pressupõe pois, uma satisfação que se deseja obter juntamente com um sofrimento que se deseja, evitar ambos ligados a uma mesma representação.

5.3 Relação entre "repressão" e "dissociação" no que diz respeito ao inconsciente

Tanto para Freud quanto para Sullivan, não podemos ter consciência senão do que já experienciamos. No entanto, isso não significa que tudo o que é inconsciente é necessariamente "reprimido" (na linguagem freudiana) ou "dissociado" (na linguagem sullivaniana).

Em outras palavras, vimos que muito do que é experienciado é afastado da consciência ou é impedido de ter acesso à consciência, por causar ansiedade. Porém, nem toda experiência que deixa de ser conscientizada é necessariamente ansiogênica.

Freud diferencia entre o que já foi "consciente" e passou a ser "reprimido", e o que nunca chegou a ser consciente. Vimos que em um certo momento de sua teoria, caracteri

za inconsciente na medida em que um símbolo não se liga a um significado. Assim o acesso ao reprimido consistiria em refazer o "enlace verbal", desfazendo a "repressão", ou seja, o material reprimido torna-se consciente na medida em que os "resíduos mnêmicos" que foram uma vez percepção, entram novamente em conexão com suas "representações verbais". Por outro lado, Freud vai dizer que nem tudo o que é inconsciente é necessariamente reprimido, uma vez que muitas experiências nunca chegaram a ser passíveis de verbalização, e portanto sempre foram inconscientes.

Sullivan, por sua vez, diz que o que é alvo da "desatenção seletiva" ou o que é "dissociado" (já que um e outro são dois momentos de um contínuo) é ansiogênico. porém nunca foi consciente. No entanto, para Sullivan, também, nem tudo o que é inconsciente é dissociado. Assim, o inconsciente abrangeria não somente as tendências dissociadas ou de desatenção seletiva, mas ainda experiências que foram experimentadas de tal foma (ao nível prototáxico ou paratáxico) que não podem ser representadas dentro do que se denomina consciência; abrangeria ainda, atividades que já se acham tão automatizadas (hábitos) que não necessitam de uma atenção conscente para sua execução. Isso significa que Sullivan caracteriza o inconsciente como o não-verbalizável, quer isso ocorra por causar ansiedade se for verbalizado, quer ocorra pela impossibilidade de ser verbalizado, ou quer ocorra por não haver necessidade de ser verbalizado.

Assim tanto para Freud quanto para Sullivan, a experiência é condição necessária para a consciência, mas não é condição suficiente. A possibilidade ou não de verbalização também é uma condição importante. (1)

Portanto, tanto para a teoria da repressão freudiana quanto para a teoria do "sistema-do-eu" sullivaniano, linguagem e experiência são conceitos necessários, de serem levados em consideração.

Além disso, tanto a "resistência" quanto as "operações de segurança" impedem que se luche com a experiência, ou seja são "resistentes a mudanças".

(1) Se nos ativermos a esse enfoque de "consciente como experiências vinculadas à representações verbais", ou seja, o que é passível de ser simbolizado, outra analogia se faz possível entre as duas teorias. Um símbolo, pode ser empregado para representar um objeto, simbolizando; é o mesmo tempo, se diferencia daquilo que se designa. A linguagem implica assim, num processo de equiparação e de discriminação. Como coloca Baranger, a palavra, de um lado equipara o símbolo ao simbolizado e de outro, discrimina a ambos. Dessa forma, a palavra deixa de significar, ou quando está desvinculada de seu conteúdo, ou quando não se diferencia daquilo que designa. Portanto, a palavra de um lado, tem que estar vinculada a experiência, e de outro, tem que se diferenciar dessa experiência. Poderíamos dizer que a "equiparação" é o que possibilita a "fantasia", enquanto que é a "discriminação" o que permite que essa "fantasia" se distinga da "realidade". Pretendemos aqui apenas abrir possibilidades para estudos posteriores dessa "função mediadora" da linguagem relacionada à conscientização.

Um outro aspecto, é que a fantasia na medida em que não é conscientizada, não é tampouco contrastada com a realidade, e dela não se diferencia. Assim seria a revivência da experiência, acompanhada da interpretação, cujo veículo é a palavra, que vai permitir a conscientização da fantasia e sua discriminação da realidade.

Somente assim, as manifestações da fantasia inconsciente podem ser passíveis de serem controladas pelo "eu" consciente da pessoa.

5.4 Relação entre "Resistência" freudiana e "operação de segurança" sullivaniana que diz respeito a resistência à mudança

Vimos que a proteção contra a ansiedade ("repressão" ou "dinamismos do sistema-do-eu" pressupõe que a pessoa em algum momento já tenha experimentado ansiedade e se ache incapaz de lidar com ela de forma mais satisfatória. Assim a "proteção" que a pessoa emprega para lidar com a ansiedade, em termos de repressão freudiana ou processos dissociados sullivaniana, consiste num afastamento ou impedimento de conscientização de certas experiências, necessárias à adaptação e ao crescimento da pessoa.

Por outro lado, a presença de uma ansiedade muito intensa e desorganizadora também impede a adaptação e o crescimento. Disso decorre que tanto a "repressão" quanto a "dissociação" são em certos aspectos necessários e em outros prejudiciais ao indivíduo. É neste sentido que se faz necessário compreender essa "defesa" contra a ansiedade, que enquanto fenômeno clínico, se denomina "resistência" na teoria freudiana, e "operações de segurança" na teoria sullivaniana. É neste sentido que se faz necessário entender porque ambos esses conceitos implicam numa resistência à mudança, tanto na vida quanto durante o processo terapêutico.

6. O MODELO DE "CAMPO" EM PSICANÁLISE: JUSTIFICATIVA, AVALIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Aqui tentaremos justificar a necessidade do uso de um modelo de campo em psicanálise, levando em consideração "a que" temos acesso na situação analítica assim como também o próprio processo de desenvolvimento.

Em seguida vamos avaliar o modelo de campo em psicanálise, considerando, de um lado, os requisitos necessários para se falar de um modelo de campo, e de outro, os requisitos para se falar de psicanálise.

Após, discutiremos o conceito de campo psicanalítico e suas condições para uma maior sistematização.

6.1 Justificativa para o uso de um modelo de campo em psicanálise

Só temos acesso à personalidade de uma pessoa através de suas manifestações, ou seja, através do comportamento dessa pessoa. É apenas a partir desse comportamento que podemos inferir tanto o consciente quanto o inconsciente dessa pessoa. No entanto, esse comportamento nunca é um comportamento se manifestando isoladamente, mas sempre enquanto se manifestando em relação a alguém.

Como diz Sullivan, só temos acesso à personalidade de uma pessoa através de suas "relações interpessoais".

Assim, qualquer abordagem psicológica que pretenda explicar e compreender o comportamento humano, incluindo

uma abordagem psicanalítica, tem que levar em consideração a situação onde esse comportamento emerge.

6.1.1 Comportamento e abordagem fenomenológica

Vimos que só temos acesso ao comportamento de uma pessoa; é esse o fato manifesto através do qual vai-se, em psicanálise, inferir o latente.

A psicanálise, porém, vai se preocupar com esse comportamento enquanto significativo. Dessa forma, nenhum comportamento é totalmente destituído de significação.

Assim, é através do comportamento ou antes dos "padrões de comportamento" que a personalidade se manifesta. São esses "padrões de comportamento" que vão fornecer identidade ao psiquismo, embora eles sejam passíveis de re-estruturação.

Por outro lado, vimos que não podemos considerar a pessoa independentemente de seu meio; esse meio é o meio enquanto fenomênico, ou seja, enquanto afetando o indivíduo.

No entanto, isso não significa diluir a personalidade individual no meio.

Ser consciência de alguma coisa implica sempre na experiência⁽¹⁾. Essa experiência por sua vez nunca é a "coi

(1) Não podemos separar consciência desse algo de que se tem consciência, ou seja, da experiência. Tanto William James quanto Henri Bergson já concebiam a consciência como um fluxo contínuo e ininterrupto de experiências. Para Franz Brentano o atributo essencial da consciência é ser consciência de alguma coisa. Note-se porém, que Brentano atribui à consciência a "qualidade" de ser intencional, isto é, de referir-se a um objeto para o qual se dirige. Já para Edmund Husserl no entanto, a consciência só é na medida de sua intencionalidade, isto é, enquanto consciência de alguma coisa.

sa em si", mas a "coisa em nós". Isso quer dizer que a experiência, embora função do acontecimento real é também função da significação que tem para a pessoa. Dessa forma, temos consciência do nosso relacionamento com o outro, mas esse outro, nunca é o "outro em si", é sempre o "outro em mim". No entanto, é através de uma forma mais sintática de experiência, como diria Sullivan, que se torna possível uma maior objetividade do outro (embora esta nunca seja completa), isto é, que a minha imagem do outro, se aproxime da imagem que o outro possui dele mesmo. Somente assim, a comunicação torna-se mais adequada e as relações interpessoais são facilitadas. Isso é, sem dúvida, função da linguagem.

Assim tampouco podemos considerar um comportamento independente das experiências anteriores e da experiência atual, na qual ele sempre tem um significado.

6.1.2 Comportamento e situação

Vimos que para K. Lewin, o comportamento é sempre emergente de um campo num momento dado. Por esta razão, não podemos considerar o comportamento independente da situação onde ele emerge.

Também para J. Bleger, o comportamento ou conduta não pode ser isolado da sua "situação", ou "campo". Segundo Bleger, a relação sujeito-meio "não é uma simples relação linear de causa e efeito entre dois objetos distintos e separados, mas sim que ambos são integrantes de uma só estrutura total, na qual o agente é sempre a totalidade do campo e os e-

feitos se produzem também sobre, ou dentro do mesmo, como unidade. A conduta é assim uma modificação do campo, e não uma mera exteriorização das qualidades internas do sujeito nem tampouco um simples reflexo ou resposta linear a estímulos externos" (4, p.48).

Como coloca Lewin, a pessoa não pode ser considerada independentemente do seu meio. O comportamento é função do espaço de vida do sujeito e abrange a pessoa e seu meio psicológico. Mais especificamente, o comportamento para Lewin, consiste numa mudança do campo psicológico. Além disso, o comportamento vai ser explicado não apenas em termos do sistema intrapessoal, mas também do sistema interpessoal da pessoa.

Por tudo isso é que não podemos considerar a personalidade de um indivíduo independente de aonde essa personalidade se manifesta. Além disso, o próprio processo de desenvolvimento dessa personalidade, ou seja, de individualização (distinção entre o "eu" e o "não-eu") consiste na diferenciação progressiva entre a pessoa e seu meio. O meio, isto é, o "não-eu" é como o "fundo" necessário para fazer aparecer a "figura", isto é, o "eu". É na medida em que a pessoa se defronta com obstáculos, limitações externas, que ela pode se diferenciar do mundo e diferenciar o mundo em sua volta.

Vimos que para Sullivan, a identidade se constroi a partir da alteridade, isto é, o "eu" se desenvolve da interação com o "outro". A experiência com outras pessoas é ne-

cessária para a própria diferenciação.

6.1.3 O desenvolvimento como diferenciação progressiva entre pessoa e meio

Para Lewin o desenvolvimento é um processo que diz respeito à pessoa e a seu meio psicológico. O espaço-de-vida é indiferenciado inicialmente e aos poucos vai se diferenciando. É dessa diferenciação progressiva que resulta a discriminação entre o "eu" e o "não-eu".

Assim, a identidade se constitui em relação à alteridade. É na medida em que diferenciamos o mundo em nossa volta, que vamos poder nos diferenciar enquanto indivíduos.

Também para Henri Wallon o desenvolvimento é uma questão do alargamento gradual que se estrutura entre indivíduo e meio.

No início a união da pessoa com o seu meio é global, indiferenciada. Aos poucos essa união vai se diferenciando em função das necessidades da vida.

O estado inicial do psiquismo é, portanto, um estado de não-divisão entre aquilo que é proveniente do exterior e aquilo que é proveniente do próprio sujeito. É através de uma série de experiências que esta diferenciação vai se fazendo.

Sullivan, como vimos, coloca que a criatura humana para existir como pessoa humana, não pode prescindir, quer do contato com o ambiente físico-químico, quer do contato com

o ambiente cultural. É neste sentido que a personalidade se desenvolve e se manifesta através da interação com os outros. O ser humano é um organismo biológico-aculturado, existindo assim uma continuidade entre o biológico e o cultural.

Isto porque, desde o nascimento, a criança necessita entrar numa relação interpessoal a fim de sobreviver. Esta situação interpessoal vai ser integrada pela busca de satisfação e de segurança. Assim se processa a organização da experiência, a qual é função tanto da possibilidade de organização da criatura quanto da utilidade funcional dessa experiência. É essa organização da experiência que possibilita a diferenciação do campo organismo-meio.

No entanto, na relação interpessoal o outro significativo é fonte de satisfação ao mesmo tempo que fonte de ansiedade. O que possibilita, pois, essa diferenciação do campo é tanto a presença da satisfação quanto a presença da ansiedade.

Para Wallon também, é através de uma série de experiências que essa diferenciação se faz, em função da ansie

dade e da alegria⁽¹⁾.

Um outro aspecto é que essa diferenciação nunca é completa. É sempre uma questão de um grau menor ou maior de diferenciação.

Portanto, quando Lewin se refere ao desenvolvimento como um processo de diferenciação progressiva, isso significa que sempre vão existir algumas áreas de menor diferenciação e outras de maior diferenciação.

Isso equivaleria à colocação sullivaniana de que os diferentes modos de experimentação perduram por toda vida, embora variando em diferentes proporções.

Vimos que no modo prototáxico de experimentação, tal como descrito por Sullivan, as experiências são incomunicáveis, como de uma identificação cósmica. Neste modo de ex

(1) Para Henri Wallon a consciência individual surge do encontro de limitações, obstáculos. Segundo Wallon, tampouco para Freud "a consciência é uma célula individual que se deve abrir um dia sobre o corpo social, mas é antes" o resultado da pressão exercida pelas exigências da vida em sociedade sobre as pulsões de um instinto ilimitado que é bem aquele que o indivíduo representa e é representado pela espécie" (52, p.280). No entanto, Wallon coloca que esse fazer-se do "eu" pelo meio, isto é, da consciência individual pelo ambiente coletivo, "não é necessariamente ligado ao duelo freudiano entre o instinto sexual e os imperativos sociais. É a consequência de inaptitudes prolongadas aos quais a criança do homem está condenada pela extrema lentidão de seu desenvolvimento, lentidão portanto, tornada possível pela instituição de uma sociedade organizada e que traz segurança" (52, p.281). Assim, das tensões que o recém-nascido sofre, proveniente quer do organismo, quer do exterior, vai surgir a necessidade de recorrer à assistência do meio. A criança vai emitir manifestações emotivas decorrentes dessas tensões, que aos poucos vão adquirindo não apenas a função de expressão dos desejos da criança como ainda a função de suscitar nos outros a disposição para ajuda (função comunicativa e operativa da emoção).

perenciar não há diferença alguma entre quem experiencia e o que é experienciado. Aqui não se pode falar de sujeito e objeto. O "eu" e o "outro" são vividos de forma totalmente indiferenciada. É um modo de experiência anterior ao emprego dos símbolos.

No modo paratáxico de experienciar, o símbolo já é empregado, porém de forma privada. Aqui já há alguma diferenciação entre sujeito e objeto, embora não haja uma discriminação adequada.

O modo sintáxico de experienciar implica numa possibilidade não somente de diferenciar entre o "eu" e o "ou - tro" como ainda de discriminar entre ambos. Implica num processo de equiparação e de discriminação. O modo sintáxico de experienciar se faz possível através da socialização e da acuculturação; por outro lado, ele é também socializador e acuturador. Como vimos, é também esse modo sintáxico de experienciar que vai permitir a validação consensual da linguagem, permitindo assim, a fusão das personificações de si mesmo, e dos outros.

A experiência é, pois, essencial para a diferen - ciação entre o "eu" e o "não-eu". Vimos também que, para Sullivan, a experiência se dá em termos de tensão e transformação de energia. É isto que possibilita a reestruturação do campo pessoa-meio.

Poderíamos dizer, pois, que o que vai possibili - tar o desenvolvimento, ou seja, a reestruturação do campo pes

soa-meio é tanto um desequilíbrio como uma nova estruturação.

Assim, essa diferenciação ou desenvolvimento pressupõe a "instabilidade" e a "irreversibilidade" da estrutura "organismo-meio".

Instabilidade no sentido de "desequilíbrio ne - cessária" para que seja possível atingir um outro estado de equilíbrio. Irreversibilidade, uma vez que esse equilíbrio não é o anterior, mas vai se produzir um "deslocamento" do equilíbrio ou seja uma "reestruturação".

Em suma, o sujeito está sempre em interação com o meio. Sujeito e meio formam uma estrutura no sentido de um campo. Essa interação sujeito-meio leva a mudanças nesse campo, isto é, a reestruturações. A esse processo de constante reestruturação chamamos de desenvolvimento. Desenvolvimento consiste pois, numa equilibração progressiva do campo psicológico.

Assim o próprio conceito de desenvolvimento nos remete a noção de "estrutura estruturante".

.2 Avaliação do modelo de "campo" em psicanálise

Na transposição do modelo de "campo" da física para a psicologia, tanto os gestaltistas quanto Lewin, não pretendem senão transpor as propriedades conceituais da noção de "campo". Dessa forma, podemos dizer que o espaço psicológico se estrutura "como" um campo físico, o que é diferente de querer encaixar o "campo psicológico" no "campo físico".

De forma análoga, quando falamos de "campo psicanalítico" este conceito só pode ser constituído dentro da própria psicanálise. Assim o que vai regular o conceito de campo em psicanálise é a própria psicanálise e não a física nem tampouco a psicologia dos gestaltistas ou mesmo de Kurt Lewin.

Portanto, nesta transposição, de um lado temos que considerar quais as "propriedades conceituais" da noção de "campo" que devem ser conservadas para que se possa falar da utilização de um modelo de campo e não outro modelo qualquer; de outro lado, temos que considerar a constituição da própria psicanálise, isto é, quais os fundamentos necessários que têm que ser conservados para que se possa falar de "psicanálise". Somente assim pode ser válido, a aplicação do modelo de "campo" em psicanálise. Somente assim podemos começar a falar de "campo psicanalítico".

3.2.1 Condições necessárias para se falar de "campo"

Uma das condições para se falar de "campo" é considerar esse campo como uma "estrutura" ou seja, considerar a totalidade dos fatos de forma a concebê-los como mutuamente interdependentes. Isso significa não podermos abstrair um fato de uma determinada situação e considerá-lo isoladamente, mas termos que considerar este fato dentro da situação onde ele emerge.

Numa estrutura, temos que considerar sua delimitação no espaço e no tempo, ou seja, esse "campo" tem que ser

considerado dentro de uma dimensão espacial e temporal.

Essa estrutura tende a se re-estruturar segundo leis e princípios próprios, isto é, possui sua própria organização.

Essa estrutura é pois estruturante.

A teoria da Gestalt, enfatiza a estrutura e a dinâmica da estrutura, dizendo que todo processo é determinado por dois tipos de fatores: os topográficos e os dinâmicos.

Os fatores topográficos ou estruturais vão impor as condições limitativas (condições de contorno) à dinâmica do processo, fornecendo de certo modo a "direção" do processo, enquanto que o "deslocamento" em si, resultará dos fatores dinâmicos.

Se de um lado não há condições limitativas e restritivas dos fatores topográficos, a direção e o deslocamento são determinadas pelos fatores dinâmicos; se, de outro lado as condições topográficas são de tal forma limitantes que admitam apenas uma possibilidade ao processo, a dinâmica é decorrente da imposição topográfica.

A organização é condição prévia e inerente à estrutura; no entanto, é capaz de ser modificada pelas condições em que se dá. Podemos dizer também que a dinâmica do processo pode ser modificada pelo processo mesmo.

Vimos que segundo o Princípio de Contemporaneidade de Lewin, uma estrutura particular, ou seja, um "campo",

não pode ser definido nem explicado em função passada, mas somente em função desse campo no "momento dado".

Vimos também que a estrutura num momento dado é resultante tanto de fatores topográficos quanto dinâmicos. Tais fatores podem ser especificados e descritos para cada estrutura.

A experiência passada enquanto atuando nesta estrutura presente pode ser um desses fatores.

Lewin diz portanto, que o campo presente vai ser explicado em função tanto de sua topografia quanto de sua dinâmica. Dinâmica é pois um conceito explicativo. Embora um conceito necessário, não é porém suficiente para a explicação desse "campo"; temos que considerar ainda as condições topográficas desse "campo".

Assim não concordamos com o pensamento de Bleger quando ele aponta a dinâmica como um conceito puramente descritivo. Tampouco concordamos quando ele contrapõe o enfoque dinâmico ao enfoque dramático, relacionando o segundo à significação adquirida através de um critério histórico-genético. Para haver gênese é necessário estrutura e processo de estruturação.

Tal processo implica em fatores topográficos e dinâmicos.

Toda estruturação implica em instabilidade e irreversibilidade.

Instabilidade porque a passagem de uma estrutura para outra implica na perturbação da estrutura anterior, ou seja, numa desequilibração. Irreversibilidade porque essa perturbação vai ser compensada por um deslocamento de equilíbrio ao invés de um retôrno ao equilíbrio anterior.

Por outro lado, concordamos com Bleger quando ele diz que somente a totalidade concreta que compreende um objeto e uma situação pode determinar a dinâmica do fato, embora discordemos que isso nem sempre signifique uma análise dramática no sentido de gênese. Vimos que gênese e estrutura não são separáveis. Assim, não se trata de uma dicotomia "enfoque dinâmico versus enfoque dramático" mas antes da dicotomia "concepção linear de causalidade versus concepção estrutural de causalidade". Nesta última concepção, a causa de um fenômeno, como vimos, tem que ser vista como as vinculações das partes com o total, no campo presente. Assim, a "causa" é sempre presente, embora esse campo tenha tido sua origem no passado.

O modelo de campo não pressupõe tampouco uma redução do fenômeno físico ao fenômeno psicológico. Mesmo quando os gestaltistas se referem ao "isomorfismo", dizendo que os processos físicos e fisiológicos teriam a mesma forma que os processos psicológicos, estão aqui se referindo ao fato de todos serem estruturais.

As formas físicas dizem respeito à possibilidade dos fatos físicos reagirem uns sobre os outros em certas con

dições.

Analogamente, as formas psicológicas também dizem respeito à possibilidade dos fatos psicológicos reagirem uns sobre os outros dentro de certas condições.

Genericamente chamamos essas condições de "condições de contorno" do campo.

Quando falamos de um "campo", estamos falando de um conjunto que constitui um todo, isto é, de uma não aditividade, uma vez que esse todo não equivale à soma de suas partes, mas possui uma "organização" enquanto "todo".

Um outro aspecto a ser focado quando falamos de "campo" é a necessidade de considerar tanto as características ou possibilidades das "partes" quanto as características da "situação como um todo". Tanto uma quanto outra importam na estruturação do campo.

No campo psicológico, a teoria da Gestalt, ao colocar a estrutura organizada como prévia à experiência não considera essa estrutura "independente do sujeito", mas procura estabelecer as leis gerais de organização (34, p.33).

Além disso, como vimos, a própria estrutura é estruturante.

Bleger fala de "integração" como um desenvolvimento onde vai haver crescente e progressivo aperfeiçoamento e complexidade na organização, estrutura e função, as quais se cumprem em níveis.

Bleger concebe "o nível de integração como uma organização particular que abarca um conjunto de objetos e fenômenos, constituindo uma unidade que responde a leis particulares que lhe são inerentes e específicas. Neste sentido, o ser humano apresenta evidentemente uma organização e uma unidade muito particulares, que nos permite admitir 'um nível de integração especificamente humano'" (4, p.289).

Para Bleger "em cada um desses níveis, a crescente diferenciação, complexidade e aperfeiçoamento da organização funcional coincide com a aparição ou surgimento de novas qualidades ou características que não existiam em níveis precedentes. Os "elementos" são sempre os mesmos, em última instância, em todos os níveis de integração, porém diferem as relações e a organização que se estrutura em cada nível. A aparição de novos fenômenos faz necessária a investigação das leis específicas, às quais respondem cada novo nível de integração, as quais ficam subordinadas às leis que regem a organização dos níveis precedentes" (4, p.75).

Portanto, a noção de nível de integração implica na emergência de novos processos de organização em níveis superiores, que são irreduzíveis a níveis de integração infe-riores. A transformação dos níveis de integração é um movimento dialético com características e leis próprias. No homem, essa estrutura estruturante emerge ao nível da "significação".

Segundo Roger Mucchielli, podemos subtrair da palavra estrutura dois sentidos: um, como "sistema de correlações" significando que os elementos não têm existência separada num todo, sendo cada elemento ou parte, função de um todo em relação ao qual tem um lugar e portanto adquire um significado; outro, como um "princípio de ordem e estabilidade", significando que qualquer tentativa de estabelecer relações e diferenciações entre uma multiplicidade de fenômenos vem de estruturá-los.

Assim, a idéia de estrutura é a de organização, de articulação das relações entre as partes. Estrutura é ordem, e estruturar é estabelecer ordem entre, ou coordenar elementos por meio de um sistema de relações estáveis que fazem de le um todo organizado. (1)

6.2.2 Condições necessárias para se falar de "psicanálise"

Agora vamos nos perguntar quais as condições necessárias para se falar de "psicanálise". O que faz da psicanálise uma psicanálise e não outra forma qualquer de método de investigação ou prática psicoterápica? Em outras palavras, qual o "fato psicanalítico" por excelência?

Parece que o que há de comum nas várias "correntes psicanalíticas" para que se possam intitular psicanálise, é a "passagem de um conteúdo 'manifesto' a um conteúdo 'la -

(1) Sullivan pode ser visto como pré-estruturalista, uma vez que para ele as estruturas se estruturam em exercício.

lente'" (30, p.31).

Essa porém enquanto vista em relação à transferência e a resistência.

Aqui estamos lidando com um universo de "signifi-cações"(1).

Através de um conteúdo manifesto (um determinado nível de expressão), chega-se a um conteúdo latente (um novo nível de expressão). Como diz Eliane Amado Lévy-Valensi, tra-ta-se de descobrir "chaves novas" numa linguagem, ou antes de "uma reintegração numa linguagem mais ampla" (30, p.32).

Assim para Eliane Lévy-Valensi, o "fato psicanalí-tico" se inscreve na tentativa de Freud reintegrar pela sig-

(1) Para R. Mucchielli, na medida em que aplicamos a noção de estrutura ao fenômeno psicológico, esse para de pertencer a um "sistema de corre-lações" para pertencer a um "sistema de significações". "Uma estrutura de significação é aquilo em relação a que um elemento no mundo adquire um significado para o sujeito. Mais precisamente, isto é, como se de-signa uma realidade operacional na qual não há nada subjetivo ou consci-ente (não é diretamente observado e não é contido na consciência) e cu-ja influência torna os fatos do mundo significantes para um sujeito. A estrutura de significações supõe e implica em uma relação essencial e existencial entre o sujeito e seu universo, e a estrutura é uma forma dinâmica constante dessa relação. Conteúdos variantes aparecem; de um ponto de vista externo, descritivo eles são diferentes, mas todos eles portam a mesma estrutura de significações" (37, p. XII). Neste senti-do a estrutura é o que vai fornecer significado ao que ela estrutura, is-to é, é um "vazio", mas uma forma dinâmica e definida que "molda" e que dá significado ao que é preenchido. Como na linguagem, a forma (gramá-tica) vai fornecer significado ao conteúdo (palavras), ou antes o signi-ficado vem da articulação entre ambos.

nificação, o que foi retirado da experiência.⁽¹⁾

Essa reintegração tem que ser feita à experiência atual (transferência).

Qualquer que seja a articulação que damos ao sonho, ato falho, sintoma, etc., isso significa sempre uma passagem do explícito (manifesto) ao implícito (latente). O latente é pois o que se esconde.⁽²⁾

Eliane Lévy-Valensi fala que "o fato psicanalítico apreendido assim implica certas estruturas psicológicas e esquemas operacionais pelos quais tentamos defini-los" (30, p.34).

Entre esses estariam o inconsciente, a força da repressão e a transferência.

Sobre inconsciente, E. Lévy-Valensi vai dizer que mesmo que se trate de uma estrutura, isso seria no sentido onde as estruturas inconscientes seriam inseparáveis de um cer

(1) O sujeito humano, segundo Mucchielli, vai experimentar o mundo em sua volta e dar um significado a essas experiências. Além disso, a significação de uma situação experienciada varia conforme o "sistema de significações" de cada pessoa, donde a compreensão psicológica consistiria em captar esse princípio de organização que se impõe ao indivíduo.

(2) Para Mucchielli, tanto as fantasias, os sonhos, os sintomas, seriam expressão dessa estrutura de significação, ou seja, uma expressão significativa do inconsciente. Para ele, inconsciente é portanto "o todo das estruturas presentes e ativas na nossa vida pessoal, organizando, regulando e determinando as expressões da nossa existência. Por esta razão não há nem pode haver uma linguagem do inconsciente, no sentido que o inconsciente é uma linguagem" (37, p.147)

to dinamismo⁽¹⁾. "O inconsciente se coloca como tal no ato mesmo que o constitui: a repressão e o inconsciente são correlativos". No entanto, "esse processo se situa em diferentes níveis ou pode referir-se a vários (níveis) ao mesmo tempo, ou passar de um a outro" (30, p.34).

A força da repressão se refere à proibição da representação. Assim, o que se "reprime" é o que se recusa a ver. Segundo E. Lévy-Valensi, "é mais que repressão, é antes um soterramento inevitável do sujeito o qual apreende através dos mais primitivos afetos sob as camadas ulteriores do seu próprio desenvolvimento ao qual ele deveria inevitavelmente assumir e integrar. A força da repressão será no limite, na incompatibilidade mesma - é a coexistência inevitável - de dois modos de afrontamento do mundo e de adaptação ao mundo" (30, p.36).

Essa força da repressão é o que lidamos na análise como "resistência".

No que se refere à transferência, E. Lévy-Valensi vai dizer: "Quer se trate de amnésia infantil, quer se trate de todas as repressões, de todos os não conhecimentos que ul

(1) Para Mucchielli, a idéia de "estrutura de relação sujeito-mundo" equivaleria à idéia de "padrões de personalidade" ou "padrões de comportamento". Para ele "um padrão é um modelo que modela, uma forma constante de estruturação ativa" (37, p.211). Neste sentido a estrutura se refere a centros significativos para os quais todos os modos de expressão de uma personalidade se referem. Assim, tornar o inconsciente consciente consistiria em tornar explícitas essas estruturas de significações, as quais só podem ser inferidas a partir da observação do sujeito numa "situação".

teriormente aí se vinculam e levam a marca, a "estrutura", que será ulteriormente analisável ou decifrável como sentido e como "linguagem" é inseparável de toda a dinâmica efetiva da qual ela resulta. O que é fixado em palavra próxima, em significação latente é o resultado de uma significação a um momento dado vivido pelo sujeito. É o traço, o ponto de impacto de um certo afrontamento do sujeito com o meio do qual ele guardou no estado latente, não uma carta morta, mas uma carta enigmática, sempre ligada à nostalgia de um objeto perdido. E é justamente por causa de toda esta dinâmica viva que a análise é finalmente possível" (30, p.37).

Assim, é a transferência que torna possível o trabalho analítico. Dessa forma, vemos que o inconsciente implica num duplo jogo de forças, umas centrípetas, que o constituem (força da repressão), e outras centrífugas, que o manifestam (transferência, ato falho, sonho, sintoma).

Resumindo, pode-se dizer que qualquer modelo que possa ser aplicado à psicanálise, não pode prescindir do "fato psicanalítico", isto é, partindo do manifesto inferir-se o latente (inconsciente), trabalhando com a resistência e a transferência⁽¹⁾. Isso porque "o percurso psicanalítico se

(1) Note-se que quando nos referimos aqui ao conceito tanto de "repressão freudiana" quanto de "dissociação sullivaniana" (5.2), falamos que ambos tinham a função de explicar a discontinuidade da vida consciente e neste sentido ambos se referiam também a "estruturas inconscientes inseparáveis de um certo dinamismo" (inconsciente), a "proibição de representação (resistência) e a "dinâmica viva ligada à experiência" (transferência) tal como vistos aqui por E. Lévy-Valensi. Em suma, tanto a "repressão freudiana" quanto a "dissociação sullivaniana" são conceitos, cada um dentro de sua teoria, que tentam explicar o "latente" em função do "manifesto", ou seja, tentam "reintegrar pela significação o que foi retirado da experiência".

articula e se define em função do fato psicanalítico do qual ele se conserva inseparável" (30, p.38).

Um outro aspecto que precisa ser enfatizado é que o fato psicanalítico assim definido, nunca é totalmente esgotado. Como diz E. Lévy-Valensi "há diferentes escolas, há também diferentes sujeitos. Cada momento em que o sujeito epistemológico se defronta com um sujeito que é objeto de seu percurso (psicanalítico) implica numa "dosagem" da análise. Um sonho, um sintoma podem enfatizar mais de um sistema do que outro, sem porém, excluir os outros. Eles são, além disso, modificados em suas dinâmicas pela interpretação que eles recebem ou pela acolhida mesma, implícita, que se faz deles. Neste sentido o fato psicanalítico nunca é "puro" e não contém jamais toda a realidade, pelo fato mesmo que essa realidade é um vir-a-ser. Ele pode inferir esse vir-a-ser sem limitar verdadeiramente as potencialidades infinitas" (30,p.40).

6.3 "Campo psicanalítico" e sua sistematização

Na medida em que enfocamos a situação analítica como uma situação de campo e a estruturamos como tal, torna-se possível efetuar uma "análise sistemática" dessa situação (vide 3.3.3.3).

6.3.1 O campo psicanalítico como uma "situação experimental"

Isso significa que o analista, ao invés de se preocupar em buscar a causa de um comportamento (ou seja o significado de um fato manifesto) na história de um indivíduo

através de um procedimento anamnético, vai interagir com esse indivíduo no "aqui e agora", estruturando com ele uma situação de campo. Isso equivale a criar com o paciente, uma "situação experimental".

Freud fala da necessidade de fazer o paciente reviver ao invés de relembrar.

Assim, a ênfase vai ser deslocada do "conteúdo" do material para a "forma" como surge esse material, na relação com o analista.

Dessa maneira, a causalidade dos fenômenos que aparecem vai ser explicada em função do "campo presente". Ora, esse campo abarca tanto analisando quanto analista. Ambos participam de sua estruturação, formando uma unidade orgânica de tal ordem que qualquer modificação das partes (analista ou analisando) implica numa modificação do todo (relação diádica).

Dentro deste enfoque são de grande significação os conceitos de "transferência" e "compulsão a repetição" freudianos, assim como "dinamismos ou padrões de comportamento" sullivaniano.⁽¹⁾

(1) Vimos que Mucchielli define "estrutura de significação" como aquilo em relação a que as experiências adquirem significado para uma pessoa. Por outro lado, essa "estrutura de significações" é formada pelas próprias experiências anteriores da pessoa, equivalendo a noção de "padrão de personalidade" ou "padrão de comportamento". Para Mucchielli o comportamento é expressão dessas "estruturas de significação". Como diz Mucchielli: "A significação, ou mais precisamente, o sistema que dá significação (através do qual as coisas tem significações) é um certo estilo de "ser-no-mundo" uma experiência de relações com pessoas e com o ambiente" (37, p.48). Portanto, enquanto a significação do que o sujeito experiencia numa situação persistir nele, seu comportamento vai permanecer o mesmo. Esse comportamento só é passível de ser alterado se a significação experienciada for modificada.

Nessa acepção o indivíduo é prisioneiro não de "conteúdos mentais" mas de "formas de interação"⁽¹⁾.

De acordo com a concepção sullivaniana, cada organismo desenvolve "padrões de comportamento" calcados nas experiências precoces da vida que vão ser repetidas frente às situações interpessoais subsequentes. Como diz Sullivan: "As pessoas se comportam em campos interpessoais. Os padrões de seus comportamentos revelam as forças de campo em virtude da susceptibilidade das pessoas a essas forças, mas diferentemente das limalhas de ferro, essas pessoas que em seu modo de se comportar revelam os campos interpessoais, são numa medida extraordinária o resultado de suas experiências passadas com outros campos interpessoais. Não fez muita diferença no que concerne o comportamento atual se uma determinada partícula de ferro sempre ou apenas ocasionalmente foi submetida a um campo magnético forte. A sequência do tempo de exposição histórica a campos interpessoais pode grandemente afetar os "traçados" com que uma determinada pes

(1) Segundo Mucchielli, o que se vai procurar descobrir são "essas estruturas de relação entre o sujeito e seu universo de experiências, ou seja, as estruturas de significação que constituem o "campo existencial" do sujeito (as quais ele acredita serem objetivas), e ao mesmo tempo as estruturas afetiva-posturais de sua personalidade, uma vez que essas duas realidades são uma mesma coisa" (37, p.216). Para tal se faz necessário "relacionar as estruturas de expressão verbal ou de reações afetiva-postural ao "significado da situação experienciada para o próprio sujeito, incluindo especialmente o significado de sua relação com o psicólogo no aqui e agora" (37, p.216).

soa se manifesta num novo campo interpessoal. A experiência passada em campos interpessoais, e o padrão de tempo dessas experiências, pode grandemente afetar a susceptibilidade de uma pessoa...no campo no qual ela participa. ...O primeiro passo em direção a essa ciência parece ser a observação e análise do comportamento em campos interpessoais...(38,p.165).

Portanto, é na maneira atual de se comportar que a pessoa vai revelar os "padrões de comportamento" resultantes das suas experiências anteriores em campos interpessoais passados. Por esta razão uma re-estruturação desses padrões de relacionamento interpessoal só se torna possível através da participação dessa pessoa em novos campos interpessoais.

6.3.2 O campo psicanalítico como um sistema de correlações

Na situação analítica isto se traduz em termos de analista e analisando estarem envolvidos num mesmo processo de interação dinâmica.

No entanto, isso implica em uma nova visão da situação analítica, uma vez que, como diz Michael Balint, não podemos descrever "situações bi-corporais", tal como a situação analítica, numa linguagem pertencente unicamente a "situações unicorporais".

Esse "campo bi-pessoal" é a estrutura comum entre analista e analisando, onde ambos vão atuar com suas comunicações e comportamentos.

Assim o campo psicanalítico vai se constituir como uma estrutura no sentido de uma interdependência entre analista e analisando.

6.3.3 O campo psicanalítico como um "princípio de ordem e estabilidade"

No entanto, não basta considerarmos esse campo como um sistema de correlações, é preciso ainda considerá-lo como um princípio de ordem e estabilidade.

O campo psicanalítico se estrutura por suas condições topográficas, ou condições de contorno, e por suas condições dinâmicas.

Aqui vamos levantar a possibilidade da "moldura" (ou "enquadre" tal como definido por Bleger) analítica se constituir como essas "condições de contorno" necessárias à estruturação do campo para que possa ocorrer o processo.

6.3.3.1 A "moldura" analítica como "condições de contorno" do campo psicanalítico

José Bleger define a situação analítica como "a totalidade dos fenômenos incluídos na relação terapêutica entre analista e analisando" (5a, p.237).

Diz ainda que esta situação abarca fenômenos que constituem um processo⁽¹⁾ (variáveis) e fenômenos que consti

(1) Processo aqui usado no sentido de dinâmica.

tuem um "não-processo" (constante) que denomina "moldura".

A "moldura" é o fundo que permite o aparecimento da "figura", isto é, do "processo". Às vezes, a "moldura" se converte no próprio "processo" quando é objeto da análise. No entanto, é aquilo que se luta por restabelecer.

A "moldura" se mantém e tende a ser mantida de tal forma que só se toma consciência dela quando ela nos falta. Por esta razão, Bleger coloca que a "moldura" serve de depositária da parte indiferenciada da personalidade, aquela dos primitivos vínculos simbióticos (por isso permite a regressão)⁽¹⁾.

Porém, a "moldura" serve para restabelecer a simbiose (indiferenciação) original, justamente para modificá-la. Assim a "moldura" vai permitir o desenvolvimento do "eu" pela imobilização do "não-eu".

A nossa proposta aqui é a da possibilidade de se considerar essa "moldura" como os fatores topográficos (condições de contorno) do campo psicanalítico, onde se desenrolam os fatores dinâmicos, isto é, o processo analítico. No entanto, acreditamos que essa discussão ou sistematização da mesma, seria assunto para uma outra dissertação.

6.3.3.2 O processo analítico como a dinâmica do campo

Dentro da "moldura" analítica vai se fazer possível ocorrer o "processo analítico". Só dentro dessas condições de contorno é possível emergir o princípio de organização da estrutura, ou seja, o princípio de ordem e estabili-

⁽¹⁾ Do ponto de vista de "campo psicanalítico" a "moldura" é depositária da parte indiferenciada da diáde analítica (tanto da personalidade do analisando, quanto do analista). Daí a quebra dessa "moldura" constituir muitas vezes uma ameaça também para o analista, que tenderia a se "esconder" por trás dela.

dade da estrutura.

Por outro lado é apenas na medida em que essa organização aparece e é experienciada em outro contexto, que ela vai poder ser re-organizada.

Em outras palavras, busca-se o "latente" por trás do "manifesto", busca-se a significação do campo. É na medida em que essa significação é explicitada e transformada pela nova experiência, que o campo pode ser re-estruturado.

7. IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS RESISTÊNCIA E CONTRA-RESISTÊNCIA
DENTRO DE UMA PERSPECTIVA DE CAMPO

Vimos que resistência é um conceito clínico da maior relevância em psicanálise.

Foi a evidência do fenômeno clínico da resistência que tornou possível a própria constituição da psicanálise.

Além disso, o fenômeno da resistência está intimamente ligado ao fenômeno da transferência.

Em suma, é o trabalhar da transferência e da resistência que vai permitir o acesso ao "fato psicanalítico", isto é, ir-se do "manifesto" ao "latente", do consciente ao inconsciente.

Vimos por outro lado, que se faz necessário uma abordagem de campo em psicanálise. Essa abordagem é justificada dentro da proposição sullivaniana onde o próprio processo de tornar-se pessoa depende de uma interação com os outros, ou seja, com o meio interpessoal.

A teoria sullivaniana torna-se também particularmente útil para nos referirmos ao fenômeno da resistência, dada a analogia existente entre os conceitos de resistência freudiano e de dinamismos do "sistema-do-eu" sullivaniano.

Dentro de um enfoque de campo, o que temos acesso na situação analítica, é sempre o "campo interpessoal" que se instala entre analista e analisando.

Nessa "relação bi-pessoal", o comportamento de cada integrante é função, não apenas, de suas características próprias (experiências anteriores) mas também das características da situação atual (experiência atual). Dessa forma, o emergente a ser interpretado é pois, sempre um emergente situacional, original da situação dada, ou seja, produto da relação dialética entre analista e analisando. A interpretação é o que explicita o significado desse emergente. No entanto, o efeito da interpretação é função da inclusão do analista no campo.

Partindo desse enfoque de campo, tampouco podemos considerar transferência isoladamente de contra-transferência e resistência isoladamente da contra-resistência, mas temos que considerar suas interimplicações.

Vimos ainda, que para se falar de "campo", não basta considerarmos a interdependência entre as "partes" do "campo", isto é o campo como um "sistema de correlações", no caso da psicanálise, a interdependência entre analista e analisando. Faz-se necessário também considerarmos esse campo como um "sistema de organização", isto é, os fatores topográficos e dinâmicos que estruturam o campo como um campo, no caso da psicanálise, a "moldura" do campo analítico e seu "sistema de significações".

Assim, o estabelecimento do "campo analítico", onde vai ocorrer o processo, vai ser dado, de um lado, pela "moldura" (enquadre), e de outro, pela dimensão de "observador -

participante" do analista agregada a "participação" do analisando.

A contrapartida da "associação livre" do analisando é a "atenção flutuante" no analista, significando que o analista apreende o inconsciente do analisando também com o seu próprio inconsciente. No entanto, isso também quer dizer que as transferências e resistências do analisando vão suscitar aspectos transferenciais e resistenciais no analista. Este, se não atento à sua função de observador, vai contribuir com suas próprias contra-resistências para a cristalização do campo psicanalítico. Isso quer dizer que a mudança da significação experiencial do campo não se dá, ocorrendo a paralização do processo. É neste sentido que dizemos que resistência e contra-resistência são dois lados de uma mesma moeda, consistindo num impedimento a mobilização do campo analítico.

Isso não significa negar que o analisando tenha suas próprias resistências, mas sim considerar que a dinâmica do analisando mobiliza a dinâmica do analista e vice-versa.

Se o analista, ao mesmo tempo que é participante, estiver atento à sua função de observador, o que lhe é possibilitado tanto pela sua bagagem teórica, quanto pela sua análise pessoal, as resistências do analisando, na medida em que fizerem parte do "campo analítico", e somente assim, vão poder ser trabalhadas ao invés de se constituírem como um ponto cego na relação.

Portanto, é nesse oscilar entre observador e participante que se faz possível o mergulho na fantasia inconsciente que se estrutura na díada analítica. Sem a função de participante do analista esse mergulho não seria possível, sem a função de observador o resgate não se daria.

Assim, é a função de participante que permite a própria constituição do campo, e a função de observador que permite a não paralização do processo, isto é, um não compactuar do analista com as resistências do analisando, em termos de contra-resistências.

O processo analítico visa pois, o funcionamento livre do campo sem cristalizações, ou seja, a resolução sucessiva dos impedimentos à comunicação e à mobilização do campo.

Por outro lado, tudo isso traz implicações teóricas, de que o "reprimido" ou o "dissociado" não se constitui como algo estático, mas sim como estruturas, que embora "clivadas" da parte consciente da pessoa, estão também em transformação, pois caso contrário a experiência analítica não poderia proporcionar mudanças significativas na personalidade.

Neste sentido, concordamos com o dizer de W. e M. Banger, de que o objetivo da análise na teoria é uma maior integração das partes clivadas e na prática, uma maior mobilização do "campo analítico".

Por último, poderíamos dizer ainda que o emprego dos termos contra-transferência em oposição a transferência ou contra-resistência em oposição a resistência é extremamente inadequado. Como vimos, são faces de uma só moeda, o "campo psicanalítico". Esta distinção dentro de um enfoque de campo só se justifica porque embora compreendendo a necessidade e justificativa desse enfoque de campo em psicanálise, não desenvolvemos ainda um instrumental teórico adequado à sua utilização. Por esta razão, empregamos aqui "contra-transferência" e "contra-resistência" e por esta razão também fizemos questão de colocar no título a barra: "resistência/contra-resistência" já que estamos tratando de "campo psicanalítico".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARMONY, N. A Contra-transferência-obstáculo e a contra-transferência-instrumento. Trabalho para o Instituto de Medicina Psicológica, RJ, 1975.
2. BARANGER, W. e M. Problemas del Campo Psicoanalítico. Ediciones Kargieman, Buenos Aires, 1969.
3. BELLO, L. Resistência de transferência: um estudo. Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1973.
4. BLEGER, J. Psicología de la Conduta. Paidós, Buenos Aires, 1976.
5. BLEGER, J. Psicoanálisis y Dialectica Materialista. Paidós, Buenos Aires, 1973.
- 5a. BLEGER, J. Simbiosis y Ambiguidad. Paidós, Buenos Aires.
6. FARO, S.M. Apostila da disciplina Teorias e Técnicas Psicoterápicas, PUC/RJ, 1974.
7. FEIGL, H. e BRODBACK, M. Readings in the Philosophy of Science. Appleton-Century-Crofts, New York, 1953.
8. FREUD, S. The Standard Edition of the Complete Work of Sigmund Freud. The Hogarth Press, London, 1974, V.I.
9. _____. op. cit., V.II.
10. _____. op. cit., V.III.
11. _____. op. cit., V.IV.
12. _____. op. cit., V.V.
13. _____. op. cit., V.VII.
14. _____. op. cit., V.XI.
15. _____. op. cit., V.XII.
16. _____. op. cit., V.XIV.
17. _____. op. cit., V.XVI.

18. FREUD, S. The Standard Edition of the Complete Work of Sigmund Freud. The Hogarth Press, London, 1974, V.XVII.
19. _____. op. cit., V.XIX.
20. _____. op. cit., V.XX.
21. _____. op. cit., V.XXIII.
22. GARCIA-ROZA, L.A. Psicologia Estrutural em Kurt Lewin. Ed. Vozes, Petrópolis, 1972.
23. _____. Apostila "Gestaltismo", Instituto de Psicologia da UFRJ, 1977.
24. GLOVER, E. The Technique of Psycho-Analyses. International University Press, N.York, 1968.
25. GUILLAUME, P. Psicologia da Forma. Atualidades Pedagógicas, São Paulo, 1966.
26. HUSSERL, E. La Filosofia como Ciencia Estricta. Ed. Nova, Buenos Aires, 1969.
27. KOFFKA, K. Princípios da Psicologia da Forma. Paidós, Buenos Aires, 1973.
28. KOHLER, W. Gestalt Psychology. Liveright Publishing Corporation, Mentor, USA, 1947.
29. LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. Vocabulário de Psicanálise. Livraria Martins Fontes, Brasil, 1967.
30. LÉVY-VALENSI, E.A. Les voies et les pièges de la psychanalyse. Editions Universitaires, Paris, 1971.
31. LEWIN, K. A Dynamic Theory of Personality. McGraw-Hill, New York, 1935.
32. _____. Princípios de Psicologia Topológica. Cultrix, São Paulo, 1973.
33. _____. Teoria de Campo em Ciência Social. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1965.

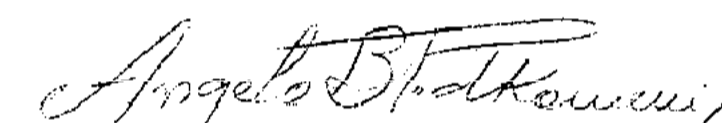
34. LISBONA, Y. Equilíbrio, Aditividade e Reversibilidade. Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1971.
- 34a. MALAN, A.M. O conceito de regressão na teoria freudiana. Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1975.
35. MARX, M. Psychological Theory. Macmillan, New York, 1951.
36. MARX, M. e HILLIX, W. Sistemas e Teorias em Psicologia. Cultrix, São Paulo, 1973.
37. MUCCHIELLI, R. Introduction to Structural Psychology. Equinox Books, Avon, 1970.
38. MULLAHY, P. The Contributions of Harry Stack Sullivan. Hermitage House, N.York, 1972.
39. _____ . Psychoanalyses and Interpersonal Psychology - The Contributions of Harry Stack Sullivan. Science House, N.York, 1970.
40. MUSSO, R.J. Falácias y Mitos Metodológicos da Psicologia. Editorial Psique, Buenos Aires,
41. RACHER, H. Estudios sobre Técnica Psicoanalítica. Paidós, Buenos Aires, 1973.
42. SÁ EARP, A.C. Uma reavaliação metapsicológica dos conceitos de defesa, repressão e resistência. Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1973.
43. SULLIVAN, H.S. Schizophrenia as a Human Process. W.W. Norton, N.York, 1974.
44. _____ . Clinical Studies in Psychiatry. W.W. Norton, N. York, 1973.
45. _____ . Conceptions of Modern Psychology. W.W. Norton, N. York, 1953.
46. _____ . La Fusión de la Psiquiatría y las Ciencias Sociales. Ed. Psique, Buenos Aires, 1968.

47. SULLIVAN, H.S. The Interpersonal Theory of Psychiatry. W.W. Norton, N.York, 1953.
48. _____ . Personal Psychopathology. W.W. Norton, N. York, 1972.
49. _____ . The Psychiatric Interview. W.W. Norton. N. York, 1954.
50. WERTHEIMER, M. Productive Thinking. Social Science Paperbacks, London, 1961.
51. SWENSEN, Jr. e CLIFFORD, H. Introduction to Interpersonal Relations. Scoth, Foresman & Company, Slewview, Illinois, 1973.
52. WALLON, H. Enfance (Numereau Especiale), Psychologie et Education de L'Enfance, 5-10/59; But et Method de la Psychologie, 1-4/73.
53. WOLMAN, B. Teorias y Sistemas Contemporaneos em Psicologia. Ediciones Martinez Roca S.A., Barcelona, 1970.

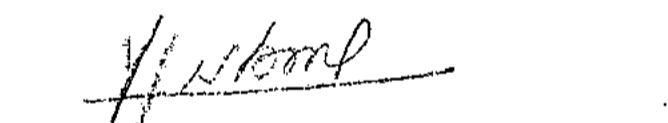
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, fazendo
do parte da banca examinadora os seguintes professores:



Samuel Menezes Faro




Angela Baraf Podkameni



Yolande Mayer Lisboa

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 04/78


Coordenadora dos Programas
de Pós-Graduação do Centro
de Teologia e Ciências Hu-
manas